

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC/SP**

**Yara Rodrigues de Andrade**

**(Im)possível nação: o Brasil de Manoel Bomfim e de  
Paulo Prado no início do século XX**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**SÃO PAULO**

**2008**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC/SP**

**Yara Rodrigues de Andrade**

**(Im)possível nação: o Brasil de Manoel Bomfim e de  
Paulo Prado no início do século XX**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Doutor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida.

**SÃO PAULO**

**2008**

## **Banca Examinadora**

---

---

---

## AGRADECIMENTOS

Todo trabalho humano é consequência da contribuição de trabalhos anteriores, das circunstâncias históricas e da cooperação de muitos. Como já disse o filósofo, a pena de um escritor é carregada de sociabilidade.

Esta dissertação não foi diferente. Beneficiou-se dos estudos anteriores, do avanço técnico, só se tornando realidade graças a uma complexa rede de relações sociais. Começando pela grande amiga e "cúmplice da vida" Danielle, que tanto impulsionou meu mestrado. Rosa Vieira tem grande responsabilidade por aproximar-me do debate, trazendo-me o livro *América Latina: males de origem*. Beto iluminou as minhas reflexões e Paqueta permitiu-me vencer os obstáculos da língua espanhola. Já o inglês e boa parte da revisão textual ficaram a cargo do cunhado Mário.

As armadilhas do nosso idioma foram encaradas com o fundamental apoio de meu irmão Luiz Carlos. Minha irmã Silvia, além do português, cuidou da parte estrutural do texto.

Merilyn, com paciência e habilidade, soube entender minhas dúvidas e dialogar comigo nas piores horas. O Binho e o Homero, apesar da distância, também marcaram presença.

Meu orientador, Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, deu seu voto de confiança, a professora Márcia D'Aléssio e o colega Celso Uemori concorreram com as valiosas sugestões e críticas na etapa de qualificação.

O CNPq financiou a pesquisa, tornando-a possível.

Arthur acompanhou todo o processo e manteve-se firme ao meu lado. A todos os que me suportaram o meu mais sincero agradecimento. Estejam certos de que as páginas a seguir, bem mais do que uma dissertação de mestrado, são partes de um projeto de vida que vocês ajudaram a construir.

À memória de meus pais

## RESUMO

A partir da Revolução Francesa, a nação tornou-se um forte referencial teórico e prático para a organização das comunidades humanas na Europa e, ao avançar pelo século XIX, essa idéia se disseminou para outros continentes. Em diversos países, os debates sobre a nação como realidade ou projeto, se travaram em termos racialistas. Foi o que ocorreu no Brasil, de um modo muito peculiar, pois em um contexto marcado pela longa existência de um sistema escravista moderno. Orientados pelas teorias das raças inferiores, muitos pensadores brasileiros questionaram seriamente a viabilidade de uma nação mestiça.

Esta pesquisa tem por objetivo, explorando o cenário da época, destacar e cotejar o trabalho de dois estudiosos das coisas e causas nacionais. Pretende-se averiguar a influência que as doutrinas européias exerceram sobre suas reflexões e compreender as concepções de cada um destes autores sobre as nações em geral e as possibilidades de se constituir uma nação neste país situado nos trópicos.

O trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro, é feito um breve apanhado de algumas das principais abordagens teóricas acerca de 'nação' para, em seguida, nelas se inserirem as concepções de Manoel Bomfim e Paulo Prado. No segundo capítulo, é examinada a influência da noção de 'raça' no processo de constituição do Brasil e como isto foi interpretado por ambos os autores. No último capítulo, busca-se examinar o destaque que os dois estudiosos deram aos 'paulistas', personificados pelos bandeirantes, que teriam atuado no sentido de consolidar a nova nação ao redesenharem o mapa do Brasil e incluírem o nativo na sociedade nascente.

Palavras-chave: nação, nacionalismo, racismo, formação nacional brasileira, pensamento social brasileiro.

## **ABSTRACT**

Since the French Revolution, nation became a strong theoretical reference to the organization of the human communities in Europe and, arriving at the 20th century, this idea was disseminated to other continents. In many countries, the debates about nation as reality or project were performed in racist terms. This happened in Brazil, in a very peculiar way, because marked by the long existence of the slavery. Guided by theories of inferior races, many Brazilian thinkers have doubted that a country of mestizos and mulattos would be feasible.

This research, exploring the set of the age, aims to emphasize and compare the studies of two authors on national things and themes. We intend to verify the influence of the European doctrine in their reflections and understand the conception that each author has of nation in general and about the possibility of a nation be constituted in this country situated on the tropics.

This work has three chapters. In the first, there is a brief account of some of the principal outlooks about “nation” and, next, we insert the conceptions of Manoel Bomfim e Paulo Prado. In the second chapter, is examined the influence of the notion of race in the Brazil’s process of constitution and how it was interpreted by both authors. In the last chapter, we search to examine the prominence given to the “Paulistas” by the two authors – inhabitants of the Brazilian state of São Paulo –, personified by the Bandeirantes, which would act to consolidate the new nation redesigning the map of Brazil and including the native in the rising society.

Key words: nation, nationalism, racism, Brazilian national formation, Brazilian social thought.

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b>	9
-------------------	---

<b>CAPÍTULO I – MANOEL BOMFIM E PAULO PRADO DIANTE DO PROBLEMA NACIONAL BRASILEIRO.</b>	14
---	----

- |   |    |
|---|----|
| 1. Nação: teoria e história.  | 14 |
| 2. Nação no trabalho de Manoel Bomfim e de Paulo Prado.                       | 29 |
| 3. Formação nacional brasileira na análise de Manoel Bomfim e de Paulo Prado. | 40 |

<b>CAPÍTULO II – A NAÇÃO E A QUESTÃO RACIAL.</b>	54
--	----

- |  |    |
|--|----|
| 1. A influência da noção de 'raça' no debate sobre a formação do Brasil.             | 54 |
| 2. Brasil: uma nação miscigenada na interpretação de Manoel Bomfim e de Paulo Prado. | 69 |

<b>CAPÍTULO III – A IMPORTÂNCIA DE SÃO PAULO PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL.</b>	85
---	----

- |   |    |
|---|----|
| 1. O papel dos paulistas.   | 85 |
| 2. O bandeirante paulista na visão de Manoel Bomfim e de Paulo Prado. | 94 |

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	114
-----------------------------	-----

<b>FONTES E BIBLIOGRAFIAS</b>	119
-------------------------------	-----



## INTRODUÇÃO

O período que se estende do século XVIII até pouco depois da Segunda Guerra Mundial foi definido por Hobsbawm, como um intervalo entre duas eras essencialmente transnacionais.<sup>1</sup> A particularidade desse momento histórico foi o fortalecimento das formações nacionais. Ainda que os pensadores liberais tivessem alguma dificuldade para aceitar a idéia de nação, a temática tornava-se candente, e muitos se renderam a sua influência e significado, até porque o processo de constituição de Estados nacionais territorializados se impunha.

Nação é entendida por alguns como uma comunidade cultural, que partilha um mesmo território e compartilha as mesmas instituições; por outros, como um agrupamento social, em que os indivíduos manifestem vontade de pertencer a esse grupo, e se identifique com ele; outros ainda, preferem compreendê-la como uma unidade política unificada, com códigos morais particulares e em que os indivíduos estabeleçam vínculos naturais. A língua e a religião foram apontadas como os principais agentes aglutinadores das pessoas, e que funcionam, portanto, como balizadores nacionais.

Nação é um poderoso imperativo moderno que diversos autores como Gellner a vinculou à industrialização e à educação de massa;<sup>2</sup> outros destacaram a associação histórica de nação com o Estado; outros ainda se referiram à “idéia de nação”.

Alguns autores de orientação marxista, como Almeida, explicam esse desenvolvimento pela característica particular de relação que se estabelece, entre os indivíduos no modo de produção capitalista. Estas relações não são indiferentes às determinações, por um lado, do Estado burguês e, por outro, da esfera mercantil das relações econômicas do capitalismo. Ressalta o estudioso, que nesta sociedade, as relações sociais são reificadas, isto é, são intermediadas pela mercadoria. Dessa coisificação emerge uma aparente igualdade humana, que contribui para ocultar as relações de dominação de classe. Daí sua afirmação de que no capitalismo a relação entre os homens "aparece como uma relação entre iguais". Nesse sentido, a idéia de nação funciona como um aglutinador social e é fundamental para a reprodução da sociedade burguesa.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> HOBBSWAM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*, p. 38.

<sup>2</sup> GELLNER, E. *Nações e nacionalismo*, p. 99-100.

<sup>3</sup> ALMEIDA, L. F. *Ideologia nacional e nacionalismo*, p. 20.

No Brasil, o debate sobre a questão nacional estava presente desde os escritos de José Bonifácio, e ganhou expressão no transcorrer dos Oitocentos, afinal esse período foi pródigo em movimentos de grande significação histórica, como: a independência em relação a Portugal, a abolição da escravatura e proclamação da República. Contudo, o que nos diferenciava era a nossa condição de periferia do capitalismo. Além do atraso econômico, a dívida social brasileira era enorme, impossibilitando, na interpretação de muitos, a viabilidade do Brasil enquanto nação.

Paralelamente às dificuldades econômicas e sociais, enfrentadas pela jovem nação, em fins do século XIX, o país foi invadido por uma nova onda de “idéias novas”, vindas, como sempre, da Europa. Os princípios do liberalismo, que já haviam sido inseridos na retórica dominante, foram articulados por inúmeros autores, na forma de “um discurso científico evolucionista como modelo de análise social”.<sup>4</sup>

É neste bojo que se inserem os trabalhos de Manoel Bomfim e Paulo Prado, dois intérpretes do Brasil do início do século XX que problematizaram a possibilidade de se construir uma nação, dois pensadores que se propunham elaborar um projeto de nação para o Brasil.

O perfil de cada um é bem distinto. Manoel Bomfim era nordestino, originário da classe média. A principal marca de seu pensamento era o nacionalismo. O amor pela terra está presente em todo seu trabalho, que incluía atividades sócio-pedagógicas, além de uma vasta bibliografia. Enalteceu o Brasil como pôde, enxergou na rude colônia qualidades de uma grande pátria. Aceitou seu povo e refutou as idéias que o inferiorizavam. Cultuava o Estado, pois o entendia como o responsável pela construção da nação. Mas não conseguiu libertar-se de seus condicionantes históricos e suas interpretações foram pautadas pelo parâmetro racial, pelo biologismo, pelo empirismo.

Quiçá pela sua formação acadêmica, suas formulações freqüentemente recorrem ao mundo animal. Para ele "*sentimento nacional é o apego necessário do animal ao ambiente em que está acostumado*". Muitas definições são ambíguas, oscilando entre o subjetivismo e o objetivismo. Como ao dizer "*a pátria é um sentimento e é um fato*". Contudo, em sua densa produção, é possível captar uma essência única: de *América Latina: males de origem* até *O Brasil nação*, Bomfim se contrapôs, às doutrinas e as ações favoráveis ao imperialismo. Foi

---

<sup>4</sup> SCHWARCZ, L. M. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro, p. 28.

duro em suas críticas à corte portuguesa, apontou os interesses das grandes nações em terras brasileiras e denunciou a conivência dos governantes locais.

Os Prados acumularam imensa riqueza com a exploração do café, o que lhes possibilitou exercer forte influência econômica e política no país. Tendo recebido uma educação européia, o culto, liberal e cosmopolita, Paulo Prado estava pouco engajado na construção nacional, até porque, nacionalismo lembra estatismo, indo contra seus interesses econômicos e sua orientação política. Mas isto, não o impediu de se voltar para seu país e se propor a elaborar um projeto para investigar as origens da nação, o que significava, antes de tudo, entender e explicar as razões do nosso atraso. Seus escritos são contundentes críticas ao Brasil colonial, ao comportamento dos colonizadores e ao povo mestiço, a quem ele mais culpou pelos problemas nacionais.

Paulo Prado foi sutil ao adotar as doutrinas dominantes em sua época. Ele não falava em 'raças inferiores'; embora acreditasse na 'degeneração da raça' e defendesse o branqueamento. As idéias deterministas o faziam ver no povo brasileiro herdeiros da lascívia e da melancolia e seu pessimismo não permitia que vislumbrasse luz no fim do túnel. É perceptível nele o endosso da idéia de que se o Brasil tivesse sido colonizado por um país mais desenvolvido que Portugal, diversa teria sido sua fortuna. Não por outro motivo fez dele as palavras do historiador britânico James Bryce: "se esta terra fosse anglo-saxônica, em trinta anos teria 50 milhões de habitantes"<sup>5</sup>. A administração portuguesa era vista como corrupta e inepta.

Este trabalho é resultado da leitura de muitos estudiosos do período, sobretudo brasileiros, para estabelecer quais foram os lineamentos gerais sobre a nossa formação presentes no pensamento de Manoel Bomfim e Paulo Prado. Busca revelar como eles conseguiram – ou não – suplantarem os limites de suas determinações sociais. A idéia central é cotejar duas obras, escritas no mesmo momento histórico: *O Brasil na América* e *Retrato do Brasil*, para apreender o sentido de nação, e qual o projeto para o Brasil em cada um deles. No entanto, considerando que o pensamento dos autores se expressa em suas produções como um todo, não ficaremos adstritos a esses dois textos e recorreremos aos demais livros que compõem suas bibliografias.

Muitos textos acadêmicos desta natureza já foram produzidos, especialmente no que tange a Manoel Bomfim. Algumas dissertações e teses o colocaram frente a frente a

---

<sup>5</sup> Citado por Paulo Prado (1997, p. 199).

pensadores, como: Silvio Romero<sup>6</sup>, Euclides da Cunha<sup>7</sup> e Manuel Gonzalez Prada<sup>8</sup>. Já Paulo Prado, recebeu menos atenção por parte da academia. Entre os trabalhos mais recentes destacam-se os escritos de Assa, que o aproxima de Mário de Andrade<sup>9</sup>. As principais referências ao autor particularizam sua atuação no movimento modernista de 1922. A comparação entre Manoel Bomfim e Paulo Prado contribui para a reflexão e conhecimento do processo de formação do Brasil, resgata a colaboração desses dois brasileiros para o debate e revela que a discussão se mantém em aberto.

A relevância da pesquisa se coloca pela atualidade do tema, pois o projeto de nação discutido por eles parece nunca ter sido implantado e grande número dos problemas apontados em seus trabalhos, ainda é motivo de preocupação para a sociedade brasileira. E, esses dois brasileiros contemporâneos, singulares, de origem distinta, com trajetórias tão diferentes e pontos de vista diversos, guardavam algumas afinidades, tinham concepções comuns. Ao cotejá-los, essas identidades se realçam e suas propostas se clarificam.

O método de trabalho empregado consistiu fundamentalmente na investigação dos textos de Manoel Bomfim e Paulo Prado, analisando-se as idéias expressas pelos autores. Mas antes foi necessário contextualizar o debate no momento histórico, para destacar quão importante era a questão nacional para os pensadores da época, evidenciando o prestígio e a força dos princípios do nacionalismo. Outras predisposições ideológicas, como o racismo, que revestiam o debate, também foram levantadas. As teses de que as raças inferiores enfraqueciam nossas possibilidades, tornando inviável os projetos de nação, foram muito enfatizadas pelo pensamento conservador. A singularidade que os autores atribuíam a São Paulo, nos levou a uma análise mais específica da região, procurando examinar, mesmo que sem grandes aprofundamentos, as razões históricas do bandeirantismo, fenômeno social que concorreu para o alargamento das fronteiras deste país.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro, denominado *Manoel Bomfim e Paulo Prado diante do problema nacional brasileiro*, apresenta três tópicos. No inicial, será

---

<sup>6</sup> NUNES, M. T. *Silvio Romero e Manoel Bomfim: pioneiros de uma ideologia nacional*. Aracaju: Cadernos da UFS, 1976.

<sup>7</sup> KROPF, S. P. Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, III (1), p.80-98 Mar-Jun. 1996.

<sup>8</sup> BECHELLI, R. S. *Nacionalismos anti-racistas: Manoel Bomfim e Manuel Gonzalez Prada (Brasil e Peru na passagem para o século XX)*. São Paulo, 2002, 161p. Dissertação de Mestrado (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

<sup>9</sup> ASSAD, S. *Macunaíma e Retrato do Brasil: a construção da identidade nacional, sob o traço da luxúria*. Capturado na internet, em 10/10/2006, no endereço eletrônico: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br>.

abordada a discussão teórica sobre a nação. Da essência do debate, pode-se apreender que o surgimento desta, nos moldes modernos, estabelece um vínculo necessário com o modo de produção capitalista e a categoria 'nação' tem papel fundamental para reproduzir este modo de produção. O segundo tópico é *Nação no trabalho de Manoel Bomfim e de Paulo Prado*. É a parte em que será demonstrado como os dois autores interpretam o sentido de nação. As especificidades brasileiras são abordadas na *Formação nacional brasileira na análise de Manoel Bomfim e de Paulo Prado*, terceira e última parte deste capítulo, em que os dois autores discorreram sobre as nossas circunstâncias históricas e as dificuldades encontradas para a realização da nação brasileira.

No capítulo dois, *A nação e a questão racial*, procuramos destacar que a categoria 'raça' predominou nas discussões acerca da questão nacional. É de que trata o primeiro tópico deste capítulo, *A influência da noção de 'raça' no debate sobre a formação do Brasil*, mostrando as principais correntes teóricas brasileiras do período e, em que medida, essas idéias marcaram o pensamento de Bomfim e de Prado. O resultado do conagraçamento das 'três raças tristes' é *Brasil: uma nação miscigenada na interpretação de Manoel Bomfim e de Paulo Prado*. É o momento em que os autores manifestam suas impressões da mistura racial. Um povo que construiu uma nação, pois o Brasil tinha o que de melhor existia em cada um dos elementos étnicos que o compunham, na visão de Bomfim. Já Prado enxergava o 'cruzamento' como conseqüência da luxúria, originando uma raça que, formada no vício, tendia à degeneração.

O ponto de encontro dos autores se dá no planalto de Piratininga, com os bandeirantes. No terceiro capítulo, que leva o título *A importância de São Paulo para o desenvolvimento nacional*, cabe destaque à história de São Paulo e às grandes realizações das bandeiras paulistas, além do mameluco. No primeiro tópico, *O papel dos paulistas*, é feito um breve resgate das origens da cidade, as condições econômicas, a necessidade das incursões pela mata em busca de ouro. No segundo, *O bandeirante paulista na visão de Manoel Bomfim e de Paulo Prado*, os autores se voltam para os feitos dos mamelucos. Neste ponto suas opiniões convergem. O local, onde a miscigenação deu certo, gerando um tipo forte, apto para enfrentar os obstáculos da terra, no entender de Prado, ou um núcleo essencial da formação da nacionalidade brasileira, nas palavras de Bomfim, foi São Paulo, por isso, a região tornou-se o centro das análises dos dois estudiosos, que engrandeceram os feitos do povo paulista, atribuindo os excessos cometidos à "rudeza dos tempos".

Por fim, obviamente, as considerações finais.

# CAPÍTULO I – MANOEL BOMFIM E PAULO PRADO DIANTE DO PROBLEMA NACIONAL BRASILEIRO.

## 1. Nação: teoria e história.

O tema nação, que ocupou intensamente os debates ao longo do século XIX e começo do século XX, volta à tona nas discussões atuais. Conceituar algo tão controverso é uma tarefa difícil. Bagehot, em seu livro *Physics and Politics*,<sup>10</sup> instado a opinar sobre o tema afirmou: "we know what it is when you do not ask us," but we cannot very quickly explain or define it".<sup>11</sup> Segundo Hobsbawm, "o conceito de nação é historicamente muito recente" e tendia a significar "o povo". "A 'nação' era o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política".<sup>12</sup> Estudiosos de matizes ideológicos distintos se debruçaram sobre o assunto. Ribeiro destacou duas perspectivas teóricas como correntes fundamentais na teoria das nações e dos nacionalismos:

o *modernismo*, para quem as nações e os nacionalismos são erupções instrumentais e funcionais da modernidade, e o *eticismo*, que mais ou menos tributário do primordialismo, considera que umas e outros relevam de uma história de longa duração, da comunidade étnica e de partilhas culturais profundas. Entre os primeiros são referências incontornáveis Elie Kedourie (1969), Ernest Gellner (1983), Eric Hobsbawm (1990) e Benedict Anderson (1983). Os etnicistas pertencem a uma geração posterior, representada por Anthony D. Smith (1997), Walker Connor (1998), John Armstrong (1982), Adrian Hastings (1997), Liah Greenfeld (1992) e Josep Llobera (2000) e com uma abordagem etnicista mais atenuada Alain Dieckhoff (2001).<sup>13</sup>

Assim posto, aparentemente nação e nacionalismo são conceitos que se entrelaçam. É possível relacionar nação ao Estado nacional, entendido como a sua expressão política. Mas também é cabível observar que propor este vínculo sem levar em conta inúmeras determinações, inclusive de caráter ideológico, traz o risco de se assumir *acriticamente* um procedimento típico dos nacionalismos modernos. Até porque, mesmo se considerando que

---

<sup>10</sup> BAGEHOT, W. *Physics and Politics: or Thoughts on the Application of the Principles of Natural Selection and Inheritance to Political Society*, p. 15.

<sup>11</sup> Sabemos o que é quando não somos perguntados, mas não podemos rapidamente defini-la ou explicá-la.

<sup>12</sup> HOBBSWAM, E. J. *Op. cit.*, p. 30/1.

<sup>13</sup> RIBEIRO, R. *A nação na Europa: breve discussão sobre a identidade nacional, nacionalismo e supranacionalismo*, p. 4.

inúmeros estudiosos destacam esta relação, existem os que postulam a existência de nação sem Estado e Estado sem nação.

Guibernau leva em conta a possibilidade de haver nação sem Estado,<sup>14</sup> e não somente nação, mas também nacionalismo e Estado nacional, exemplificou com as relações do Reino Unido para com a Escócia e o País de Gales, lembrou-se da Catalunha e do País Basco dentro da Espanha e se referiu a Québec e Flandres, além das situações extremas de palestinos, tibetanos e curdos.

Ela distinguiu claramente *nação, estado, estado nacional e nacionalismo*. Por nação a autora entende um agrupamento:

humano consciente de formar uma comunidade e de partilhar uma cultura comum, ligado a um território claramente demarcado, tendo um passado e um projeto comuns e a exigência do direito de se governar. Desse modo, a "nação" inclui cinco dimensões: psicológica (consciência de formar um grupo), cultural, territorial, política e histórica.<sup>15</sup>

A autora defendeu, ainda, que nação se diferencia de grupo étnico, pois este, apesar de partilhar "de algum modo inespecífico, uma origem comum e múltiplos laços culturais, históricos e territoriais, não apresenta exigências políticas específicas".<sup>16</sup>

A definição de Estado, em seu trabalho parte da célebre conceituação weberiana de comunidade humana que reconhece e aceita o monopólio do uso força dentro de um dado território. Já Estado nacional é quase que a ampliação deste conceito, entendido como:

um fenômeno moderno, caracterizado pela formação de um tipo de estado que possui o monopólio do que afirma ser o uso legítimo da força dentro de um território demarcado, e que procura unir o povo submetido a seu governo por meio da homogeneização, criando uma cultura, símbolos e valores comuns, revivendo tradições e mitos de origem ou, às vezes, inventando-os. (...) O estado nacional procura criar uma nação e desenvolver um senso de comunidade dela proveniente. (...) O estado nacional tem como objetivo a criação de uma cultura, símbolos e valores comuns.<sup>17</sup>

Por fim, nacionalismo que, para Guibernau, é o "sentimento de pertencer a uma comunidade cujos membros se identificam com um conjunto de símbolos, crenças e estilos de vida, e têm a vontade de decidir sobre seu destino político comum".<sup>18</sup> Ela entende que esse era o poder do nacionalismo.

---

<sup>14</sup> GUIBERNAU, M. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*, p. 110-1.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 56.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p. 110.

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 56.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 56.

Em *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo do século XX*, a autora apresentou três abordagens para explicação do nacionalismo. A primeira, denominada *essencialismo* busca focalizar "o caráter imutável da nação". Num nível de profundidade maior, de acordo com ela, a segunda enfatiza os "fatores econômicos" e a terceira "desenvolve teorias psicológicas associadas às necessidades que os indivíduos têm de se envolverem numa coletividade com a qual possam identificar-se".

A concepção essencialista, nas palavras de Guibernau, não chega a constituir uma teoria do nacionalismo, conforme afirma, provém de autores como Herder, que "considera a nação uma entidade natural, como que eterna, criada por Deus". A língua e a cultura dão o papel da nação na história. O destaque para os aspectos emocionais e idealizados da comunidade se sobrepõe às questões econômicas, sociais e políticas.<sup>19</sup>

A segunda corrente teórica apontada por Guibernau refere-se à análise de Gellner, Deutsch, Kedourie e àqueles que ela considera representantes da corrente marxista. Segundo ela, esses pensadores relacionam o nacionalismo com o processo de modernização. E a terceira interpretação é aquela em que estudiosos do tema como Smith e Anderson apresentaram "as teorias mais amplas a respeito do significado da identidade nacional e da emergência da consciência nacional". Na opinião de Guibernau, o "nacionalismo é uma ideologia estreitamente relacionada com a ascensão do estado nacional e comprometida com idéias a respeito da soberania popular e da democracia suscitadas pelas revoluções francesa e americana".<sup>20</sup>

Além dos estudos e estudiosos citados por Guibernau, outros autores empreenderam significativas pesquisas sobre o tema. No entanto, devido à natureza e às delimitações próprias deste trabalho e a profusão de fontes de documentos, optamos por selecionar alguns, em decorrência da forte influência que exerceram sobre os pensadores contemporâneos, tais como Gellner, Smith e Anderson para melhor abordagem da análise. Destacam-se também as investigações de Hobsbawm, que encorpou o debate ao elaborar uma "pequena lista de leituras", para servir de guia de análise, da mesma forma que Pierre Vilar, ao resgatar o aspecto econômico e social da categoria nação.

Começando por Gellner, que a partir de uma perspectiva teórica não marxista, reconhece o Estado, "a instituição, ou conjunto de instituições, especialmente consagradas à manutenção da ordem", como uma elaboração específica da divisão do trabalho, e lembra que

---

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 9.

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 11.



se não existe Estado, não existem fronteiras, governantes, não se podendo, nesse caso, falar em nação e nacionalismo.<sup>21</sup> Este observou que explicar o significado de nação era mais difícil do que o de Estado. A idéia de nação pareceria inerente à condição de pessoa nos tempos modernos. Ainda segundo Gellner, o homem é capaz de imaginar uma "situação social em que o Estado esteja ausente (...) (já) a idéia de um homem sem nação parece impor uma tensão muito maior à imaginação moderna", <sup>22</sup> contudo, salientou "nações e Estados, são uma contingência e não uma necessidade universal", e, embora o nacionalismo seja o elo entre nação e Estado, o surgimento de cada um deles foi independente.<sup>23</sup>

O autor resgatou duas definições de nação que denominou "provisórias". A primeira – a *cultural* – considera que os vínculos nacionais se estabelecem pela cultura, isto é, os valores sociais, sistemas de idéias, os símbolos, associações, comportamento e comunicações. A segunda envolve a idéia de *pertencimento*, ou seja, as pessoas pertencem à mesma nação se assim se reconhecem. Neste sentido, nação é artefato "das convicções, lealdade e solidariedades do homem". Esta é a definição *voluntarista*. Entretanto, Gellner assinalou que ambos os sentidos são insuficientes para um perfeito entendimento da nação e, por considerá-los pouco satisfatórios, o autor optou por abordar o tema, despreocupado do sentido formal e buscar apreender "o que a cultura faz".<sup>24</sup>

Gellner parte do princípio de que identificação, lealdade, coerção ou constrangimento estão presentes na maior parte dos agrupamentos. Portanto, asseverou "mesmo que a vontade seja a base da nação, sendo também a base de tantas outras coisas, (...) não poderíamos de maneira alguma definir o conceito de nação dessa forma". Porém não deixou de ressaltar a força dessa idéia como explicação da emergência da nação, "porque na moderna era nacionalista os objetos de identificação e adesão voluntária preferidos são as unidades nacionais".<sup>25</sup>

Outra definição de nação poderia ser balizada pela cultura. A história humana é rica em diferenças culturais, contudo – observa Gellner – "esta riqueza de diferenças não converge

---

<sup>21</sup> GELLNER, E. *Op. cit.*, p. 15.

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 18.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 19.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 19/20.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 86/87.

e de fato não pode fazê-lo, nem com as fronteiras das unidades políticas", nem com as fronteiras do consentimento e da vontade.<sup>26</sup> Logo,

nações só podem ser definidas de acordo com a era do nacionalismo em vez de se dar ao contrário, como seria de se esperar. A "era do nacionalismo" não é uma mera soma da revelação e da auto-afirmação política desta ou daquela nação. Em vez disso, quando as condições sociais gerais conduzem a culturas eruditas standardizadas, homogêneas e centralizadas, abrangendo populações inteiras e não apenas minorias de elite, surge uma situação em que as culturas unificadas, educacionalmente sancionadas e bem definidas, constituem na prática o único tipo de unidade com que os homens se identificam voluntariamente e muitas vezes ardentemente (...). Nestas condições, mas *só* nelas, as nações podem realmente ser definidas tanto em termos de vontade como de cultura, segundo a concordância de ambas com as unidades políticas.<sup>27</sup>

Para o autor, o nacionalismo é que dá origem às nações e não o contrário. Ele iniciou seu livro *Nações e Nacionalismo* afirmando que nacionalismo é um princípio político "que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra".<sup>28</sup> E mais: frisou que o nacionalismo não é uma invenção ideológica, pois ele está bem enraizado na nossa condição atual é manifestação de amor à nação, de auto-idolatria coletiva declarada,<sup>29</sup> nacionalismo é o estabelecimento de uma sociedade impessoal e anônima, com indivíduos atomizados, reciprocamente substituíveis, unidos por uma cultura comum.<sup>30</sup> Segundo ele, de um nacionalismo bem sucedido, nasce uma nação,<sup>31</sup> a nação é algo concreto e histórico.<sup>32</sup> Gellner relaciona estreitamente o nacionalismo à industrialização e à organização de classes no mundo capitalista, sublinhou que foram o processo industrial e os abismos gerados por ele que intensificaram os conflitos nacionalistas e frisou que:

Só quando uma nação se transformou em classe, numa categoria visível e desigualmente distribuída num sistema globalmente móvel, é que se tornou politicamente consciente e ativa. Só quando uma classe constituiu (...) uma "nação" é que passou de uma classe em si a uma classe para si, ou uma nação para si. Nem as classes nem as nações parecem ser catalisadores políticos: apenas as nações-classes ou as classes-nações o são.<sup>33</sup>

---

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 87.

<sup>27</sup> *Ibid.*, p. 88.

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 11.

<sup>29</sup> *Ibid.*, p. 90.

<sup>30</sup> *Ibid.*, p. 91.

<sup>31</sup> *Ibid.*, p. 166.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 194.

<sup>33</sup> *Ibid.*, p. 178.

Em *Las teorías del nacionalismo*, Smith, diferentemente de Gellner, considera nacionalismo "una clara variante ideológica de un movimiento social y político, con una 'tendencia direccional' determinada y un perfil e impulso reconocibles".<sup>34</sup> Para ele o "nacionalismo en todas partes es un producto de las primeras etapas del capitalismo".<sup>35</sup> O autor também estabelece uma relação, embora menos direta, do nacionalismo com a modernização social e cultural, e separa surgimento da nação e nacionalismo,<sup>36</sup> questiona a língua como identificadora da nação, pois esta, em sua opinião, poderia ser um marco na Europa, mas no Oriente Médio a religião seria um *autodefinidor* ideológico mais poderoso.<sup>37</sup> Quando menciona a Europa Oriental, ressalta que, lá, os movimentos nacionalistas tinham pouca coisa com o nacionalismo dos estados nacionais ocidentais e foram anteriores à chegada do capitalismo ou da industrialização.<sup>38</sup>

Smith observa que a maioria das teses sobre o nacionalismo é difusionista, pois trata o fenômeno "como una ideología con raíces específicas en la Europa postmedieval".<sup>39</sup> O surgimento do nacionalismo não é consenso entre os estudiosos, a data mais aceita é 1789 por influência da Revolução Francesa. Ele considerou três hipóteses que dão base ao nacionalismo. O primeiro é a necessidade de segurança e o desejo das pessoas de pertencer a um grupo, o segundo trata-se da capacidade do nacionalismo de criar novos grupos, e, o terceiro refere-se ao êxito do nacionalismo de se impor frente a outras crenças.

Ressaltou também que a estrutura do Estado-nação como forma de organização política moderna, possuindo bandeira, hino, sistema educativo e judicial, moeda, mito fundacional, entre outros símbolos, tem desempenhado cada vez mais destacado papel na vida "de los individuos y grupos, a través de sus atributos reguladores, cognitivos e emocionales."<sup>40</sup> Para ele:

El Estado-nación constituye la base casi indiscutida del orden mundial, el objeto principal de las lealtades individuales, el definidor más importante de la identidad del hombre. Es mucho más significativo para el individuo y para la seguridad

---

<sup>34</sup> SMITH, A. *Las teorías del nacionalismo*, p. 31.

<sup>35</sup> *Ibid.*, p. 118.

<sup>36</sup> *Ibid.*, p. 29.

<sup>37</sup> *Ibid.*, p. 46.

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 120.

<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 57.

<sup>40</sup> *Ibid.*, p. 28.

mundial que cualquier otro tipo anterior de organización política y social. Impregna nuestro modo de ver hasta tal punto que actualmente apenas cuestionamos su legitimidad. El Estado-nación se ha convertido en un puntal indispensable de nuestro pensamiento y tendemos a considerar a las naciones como el color de la piel: como un atributo 'natural' del hombre. Cuando hablamos de 'sociedad' hoy día, nos referimos implícitamente a las 'naciones'.<sup>41</sup>

Em seu trabalho, Smith cunhou o termo "nacionalismo policêntrico" para caracterizar a oposição ao nacionalismo etnocêntrico<sup>42</sup>, característico do mundo antigo e medieval. Segundo o autor o costume moderno de se estudar a história antiga, pelas histórias dos povos, encontra aí sua raiz, pois cada um desses povos tinha seus códigos, seus ritos, suas crenças, seu poder central. De acordo com análise de Solé, o nacionalismo policêntrico, que se propagou após a Revolução Francesa, assume um caráter mais universal, menos reticente aos valores de outros grupos, mais desejoso de integrar-se na "'familia de naciones' y encontrar así su identidad y parte em el concierto internacional"<sup>43</sup>.

Benedict Anderson<sup>44</sup> não se diferenciou dos demais autores ao expressar a dificuldade em conceituar o tema, tanto que se apropriou da idéia de Hugh Seton-Watson, que afirmou não poder "estabelecer nenhuma 'definição científica' de nação; contudo, o fenômeno tem existido e continua a existir".<sup>45</sup> Anderson, entretanto, criou uma locução – *nation-ness* – para expressar a nacionalidade e suas múltiplas significações. Centrou seu trabalho em mostrar que a *nation-ness* e o nacionalismo são artefatos culturais de um tipo peculiar, surgidos por volta do século XVIII, tornados entidades históricas, que se transformaram no decorrer do tempo, apresentando ainda hoje muita legitimidade<sup>46</sup>.

Por nação, Anderson compreendeu uma "*comunidade política imaginada* – e imaginada como implicitamente *limitada e soberana*"<sup>47</sup>. Segundo suas palavras, ela é *imaginada* porque, embora persista uma idéia de comunhão, a maior parte dos membros dessa comunidade jamais se encontrará. É vista como *limitada* porque independente do tamanho, a nação possui fronteiras, limites; e pensada *soberana* devido às suas raízes, pois o conceito de

---

<sup>41</sup> *Ibid.*, p. 27.

<sup>42</sup> Destaque-se que, para o autor, "esta distinción entre los dos tipos de nacionalismo es puramente analítica e ideal típica" (Smith, 1971, p. 225).

<sup>43</sup> SOLÉ, C. Prólogo. In: *Las teorías del nacionalismo*, p. 12.

<sup>44</sup> Neste trabalho, todas as citações de Anderson referem-se a Benedict Anderson.

<sup>45</sup> ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*, p. 11.

<sup>46</sup> *Ibid.*, p. 12.

<sup>47</sup> *Ibid.*, p.14/5.

nação surgiu "numa época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico, divinamente instituído". Lembrou, ainda, que "as nações sonham em ser livres e o símbolo dessa liberdade é o Estado soberano". Por fim, assinalou que ela é concebida como uma *comunidade*, pois embora haja desigualdades e exploração, "a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal". E é isso que, na opinião do autor, levou milhares de pessoas ao sacrifício, à entrega da própria vida "por imaginações tão limitadas".<sup>48</sup>

Na busca de entender a nação e suas circunstâncias históricas, Anderson, assim como Smith lembrou que o nacionalismo ganhou força no século XVIII, momento em que a religião perdia prestígio. Lembrava o autor, que:

Com o refluxo da fé religiosa, não desapareceu o sofrimento que a fé em parte mitigava (...) o que se demandava, então, era uma transformação secular da fatalidade em continuidade, da contingência em significado. Como veremos, poucas coisas se adaptavam (se adaptam) melhor a essa finalidade do que uma idéia de nação.<sup>49</sup>

Salientou, contudo que embora estabelecesse relação, isso não significava que o nacionalismo era resultado do desgaste sofrido pelas 'certezas religiosas'. Sua proposta para o entendimento do nacionalismo era confrontá-lo com os sistemas culturais que o precederam, destacando a comunidade religiosa e o reino dinástico. Para ele, o declínio desses sistemas alterou profundamente o modo de pensar, tornando possível enxergar o mundo de outra forma, daí a possibilidade de se refletir sobre 'nação'.<sup>50</sup> A possibilidade de se imaginar a nação teria surgido historicamente num contexto de mudança em que a língua escrita deixou de ter *status* de único acesso à verdade, o poder perdeu a aura de direito divino e o homem passou a se colocar no centro do mundo.

Anderson também relacionou o fortalecimento da nação ao surgimento do capitalismo. As descobertas científicas, a imprensa, além da valorização das "línguas vulgares" foram fundamentais para a propagação de idéias. Como assinalou:

o que tornou imagináveis as novas comunidades foi uma interação semifortuita, mas explosiva, entre um sistema de produção e de relações produtivas (capitalismo), uma tecnologia de comunicação (imprensa) e a fatalidade da diversidade lingüística do homem.<sup>51</sup>

---

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 16.

<sup>49</sup> *Ibid.*, p. 19.

<sup>50</sup> *Ibid.*, p. 31.

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 52.

*Nação e consciência nacional* mostra que a ascensão de uma classe ligada ao comércio, ao cálculo, impulsionou a alfabetização e a disseminação da língua. Dessa forma, bem diferente das classes dirigentes pré-burguesas que geraram sua coesão, através da política sexual e da herança, e que tinham uma condição de classe tanto concreta quanto imaginada, a burguesia, alheia às lealdades pessoais e aos laços de parentesco, teve na língua o instrumento da soldagem social. E a língua, ressaltou o autor, "foi fundamental na moldagem dos nacionalismos europeus do século XIX".<sup>52</sup> Era a língua impressa que propiciava a existência da comunidade, era ela que poderia vincular pessoas distantes que jamais iriam se encontrar, por isso, o autor afirmou que "em termos de história mundial, as burguesias foram as primeiras classes a consumir solidariedades numa base essencialmente imaginada".<sup>53</sup>

A nação, vista por Anderson como uma comunidade que se movia através da história, tem seu correspondente político no Estado nacional, este por sua vez, tornou-se norma a partir da Primeira Guerra Mundial, atingindo seu ápice nos anos 1960.

No seu livro *Iniciação ao Vocabulário da análise histórica*, Vilar mostra que o Estado "moderno" se esboçou no período de transição, quando a estrutura feudal se desmontava e ascendia o capitalismo. Em alguns lugares da Europa progressivamente vão se criando os laços de "solidariedades nacionais", dando origem a Estados-nacionais.<sup>54</sup>

Pierre Vilar, em *Hidalgos, amotinados y guerrilleros*, assinalou que o tema foi resgatado no final dos anos 1970, depois de ser considerado superado nas décadas anteriores.<sup>55</sup> Orientando-se pela idéia da luta de classes como motor "de las transformaciones que permiten el dominio creciente del hombre sobre la naturaleza",<sup>56</sup> o autor destacou que a historiografia nacionalista do século XIX, em sua linguagem e discurso político, ocultava esta dialética real e fazia com que as classes sociais desaparecessem. A nação, segundo ele, tomava o lugar do Estado, a linguagem induzia à indistinção dos termos, o interesse nacional era invocado contra aspirações de grupo ou de classe. Porém, nação, ressaltou, é uma categoria histórica e sua definição só poder ser dada historicamente, entretanto, para obter seu

---

<sup>52</sup> *Ibid.*, p. 81.

<sup>53</sup> *Ibid.*, p. 88.

<sup>54</sup> VILAR, P. *Iniciação ao vocabulário da análise histórica*, p. 153-4.

<sup>55</sup> VILAR, P. *Hidalgos, amotinados y guerrilleros*, p. 279.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 282.

sentido completo é necessário pensar em outros aspectos como o psicológico, sociológico, etnológico, pautando sempre pelo olhar do historiador.<sup>57</sup>

De acordo com Vilar 'nação' é uma idéia latente desde a Roma Antiga, quando os bárbaros, para indicar diferenças com o império, fixavam a língua como marca de nacionalidade.<sup>58</sup> Dessa forma, o idioma pode ser considerado como um identificador de nação. Mas Vilar apontou outros caminhos: a concepção de nacionalidade ligada ao sentido de comunidade psicológica, ou à natureza comum, isto é, à origem comum. Salientou, também, que a consciência de 'nação' vai pouco a pouco se corporificando em Estado, sem perder a noção de 'solidariedade de interesses'. Sob esse aspecto, segue por duas trajetórias:

vai da concepção econômica «mercantilismo» («acrescentar», «aumentar» a riqueza do grupo, defendendo-se e em caso de necessidade mostrando-se agressivo frente a interesses estrangeiros) à concepção política já «nacionalista» (antes de tempo) através de uma série de escritos mal ordenados, mas plenos de sentido (...).<sup>59</sup>

Ainda, segundo Vilar, com a ascensão da burguesia mercantil, no século XVII, tem-se a consolidação do Estado nacional e a Revolução de 1789 é o coroamento dos valores *nacionais*, e *patrióticos*.<sup>60</sup> E com isso, destacou o autor, se estabeleceu "durante a Revolução Francesa, identidade de princípios entre a defesa da Pátria e a defesa da Revolução, entre a idéia de nação e a idéia de governo saídos da 'vontade do povo'".<sup>61</sup> A idéia de 'nacional' passou a vincular-se ao sentido de liberdade e igualdade, palavras de ordem da revolução burguesa.

Nação, dessa forma, era um conceito revolucionário nos anos do século XIX, pretendia englobar todos, ao menos no discurso. A burguesia passou a ocupar o poder trazendo consigo seus valores, uma nova mentalidade, um novo modo de produzir. Vilar, que estabeleceu relação direta entre burguesia, nação e indústria,<sup>62</sup> via na luta empreendida por

---

<sup>57</sup> Idem, *Hidalgos, amotinados y guerrilleros*, p. 283.

<sup>58</sup> Idem, *Iniciação ao vocabulário da análise histórica*, p. 151.

<sup>59</sup> *Ibid.*, p. 155.

<sup>60</sup> *Ibid.*, p. 156.

<sup>61</sup> *Ibid.*, p. 157.

<sup>62</sup> *Ibid.*, p. 164.

List<sup>63</sup>, em defesa da indústria alemã, a força do nacionalismo e seu estreito vínculo com o desenvolvimento capitalista.<sup>64</sup>

Conforme Vilar, esse sentimento 'patriótico' tomou corpo por toda a Europa. O nacionalismo apagava os interesses de grupos ou de classe, pois a nação era "o facto fundamental e finalidade suprema, a cujo interesse o indivíduo se deve subordinar e até sacrificar-se, e perante a qual, em princípio, devem desaparecer os interesses de grupo e os interesses de classe."<sup>65</sup> Entre os anos 1871 e 1914 o fenômeno do imperialismo travestia-se nessa ideologia 'nacionalitária'. E as conseqüências foram funestas, pois como mencionou Vilar, se a idéia de pátria forte, de amor ao solo natal, levou, ao menos no Ocidente, à constituição de sólidos estados-nações;<sup>66</sup> a ânsia de revidar ofensas sofridas por alguns países, aliada à acirrada disputa pelos mercados mundiais trouxeram como resultado o confronto armado entre esses estados, culminado com a Primeira Grande Guerra.

Estudo importante empreendeu o austro-marxista Otto Bauer, que também reconheceu a "dificultad de encontrar una definición satisfactoria de nación". Mas compreendeu essa dificuldade como historicamente condicionada, dentro de uma sociedade de classe, em que as massas populares não estão completamente inseridas, ocorrendo uma clara cisão em que se colocam em lados opostos as classes dominantes e os tributários da nação.<sup>67</sup> O autor entendia 'nação' como um processo muito específico. Ela

no manifiesta como imagen especular de las luchas históricas, pues la nación sólo se pone de manifiesto en el carácter nacional, en la nacionalidad del individuo, y la nacionalidad del individuo sólo es una faceta de su determinabilidad por la historia de la sociedad, de su determinación por el desarrollo del proceso de trabajo y las relaciones de trabajo.<sup>68</sup>

José Aricó, no prefácio de *La cuestión de la nacionalidades y la social democracia*, ressaltou que em Bauer, a nação

es concebida como "comunidad de destino", como un complejo de elementos histórico-culturales en transformación que no puede por lo tanto establecer una línea

---

<sup>63</sup> Georg Friedrich List (1789-1846), economista alemão que lançou a idéia do *Zollverein*, base da formação econômica da futura nação alemã. (Buarque, 1983, p. X).

<sup>64</sup> VILAR, P. *Iniciação ao vocabulário da análise histórica*, p. 165.

<sup>65</sup> *Ibid.*, p. 165.

<sup>66</sup> *Ibid.*, p. 167.

<sup>67</sup> BAUER, O. *La cuestión de las nacionalidades y la social democracia*, p. 143.

<sup>68</sup> *Ibid.*, p. 144.



de continuidad con el estado, del mismo modo en que la voluntad colectiva no puede ser identificada con la voluntad abstracta del estado.<sup>69</sup>

Nação não era, portanto, somente uma categoria natural, "sino siempre y también comunidad cultural".<sup>70</sup> Discordava das correntes que vinculavam a nação à descendência de seus membros, à língua ou à idéia de pertencimento. Nesse sentido identificou três teorias, às quais se contrapôs. A primeira persegue a idéia do caráter nacional, das características peculiares de cada nação e dos atributos que a distinguem das demais. Denominada *teoria metafísica*, assenta-se sob dois princípios básicos: o espiritualismo nacional e o materialismo nacional. Segundo Bauer:

El espiritualismo nacional hizo de la nación un misterioso espíritu del pueblo, de la historia de la nación el auto desarrollo del espíritu del pueblo, de la historia mundial una lucha de espíritus de pueblos destinados por su peculiaridad ala mutua amistad o a la recíproca enemistad. (e) Para el materialismo nacional, la nación es un pedazo de peculiar sustancia material que tiene la misteriosa fuerza de generar de sí la comunidad de carácter nacional.<sup>71</sup>

As *teorias psicológicas* foram a segunda corrente identificada pelo autor austríaco na definição de nação. Trata-se, na opinião dele, da tentativa de estudiosos em buscar a essência da nação "en la conciencia de la copertenencia o bien en la voluntad de copertenencia".<sup>72</sup> Ao que Bauer denominou "psicológico-intelectualista e psicológico-voluntarista". Os que adotam esta abordagem concebem a nação como uma idéia orientada pela 'consciência nacional', ou seja, os indivíduos se identificam com os seus 'co-nacionais', se sentem, como salientou, "producto de la misma historia",<sup>73</sup> com isso percebem diferenças entre eles e os seres humanos de outros grupos. Nesse sentido, destacou Bauer, "una nación sería el conjunto de aquellos seres humanos conscientes de su copertenencia y de su diversidad con respecto a otras naciones".<sup>74</sup>

A terceira teoria apontada por Bauer, é a chamada *teoria empírica da nação* que relaciona "elementos fundamentais" para sua constituição, tais como: 1) região de residência

---

<sup>69</sup> ARICÓ, J. Advertencia. In: *La cuestión de las nacionalidades y la social democracia*, p. XIII.

<sup>70</sup> BAUER, O. *op. cit.*, p. 42.

<sup>71</sup> *Ibid.*, p. 129/30.

<sup>72</sup> *Ibid.*, p. 137.

<sup>73</sup> *Ibid.*, p. 145.

<sup>74</sup> *Ibid.*, p. 145.

comum; 2) ascendência comum; 3) língua comum; 4) costumes e usos comuns; 5) vivências comuns e passado histórico comum; 6) leis comuns e religião comum.<sup>75</sup>

Considerando tais idéias insuficientes e inadequadas, Bauer iniciou seu trabalho explicitando

un postulado metodológico que quiere plantear a la ciencia su tarea de comprender el fenómeno de la nación explicando a partir de la singularidad de su historia todo lo que constituye, la peculiaridad, la individualidad de cada nación, y lo que la diferencia de las demás naciones, o sea mostrando la nacionalidad de cada individuo como lo histórico con respecto a él y lo histórico en él.<sup>76</sup>

Ao partir de uma concepção marxista da história, mais do que definir nação, pretendia enfocar a descrição do "proceso de integración de donde surgió la nación moderna", pois, conforme palavras do autor, sua maior contribuição ao estudo da nação era "el de haber derivado por primera vez este proceso de integración del desarrollo económico, de las modificaciones de la estructura social y de la articulación en clases de la sociedad",<sup>77</sup> com isso chegou a um novo significado, entendendo-a como uma comunidade de caráter nascida de uma comunidade de destino. Por comunidade de caráter ele apreendeu toda individualidade de cada nação ao longo de seu processo histórico, a identidade entre os compatriotas e que convivam na mesma comunidade de destino, sendo submetidos às mesmas forças sociais. Comunidade de destino é o conjunto dos que compartilham um caráter e arrematou: "la nación es una comunidad de destino".<sup>78</sup>

No Brasil, autores como Almeida e Saes produziram trabalhos significativos ao relacionar a questão nacional com a questão da ideologia e com o conceito de Estado, respectivamente.

Em *Ideologia Nacional e Nacionalismo*, Almeida, fortemente influenciado pela abordagem poulantzana, empreende, no interior do debate marxista, uma análise da ideologia nacional fundamentalmente por uma dupla articulação: com a estrutura do aparelho de Estado burguês e com as relações de produção capitalistas.<sup>79</sup> Antes de tudo, descarta a "comunidade nacional como uma entidade natural".<sup>80</sup> Insere a discussão no debate marxista e analisa *nação*

---

<sup>75</sup> BAUER, O. *op. cit.*, p.137.

<sup>76</sup> *Ibid.*, p. 14.

<sup>77</sup> *Ibid.*, p. 19.

<sup>78</sup> *Ibid.*, p. 121.

<sup>79</sup> ALMEIDA, L. F. *Ideologia nacional e nacionalismo*, p. 16.

<sup>80</sup> *Ibid.*, p. 15.

sob a perspectiva de dominação ideológica de classe, estabelecendo um vínculo intrínseco entre nação e capitalismo.

O autor procura se distanciar das vertentes 'objetivistas', tanto aquelas orientadas pelo materialismo histórico, que vinculam nação à análise da determinação mercantil, quanto àquelas de influência weberiana, que estabelecem uma íntima relação entre nação e indústria. Afasta-se também da vertente voluntarista, "que concebe a nação como expressiva da vontade de classe da burguesia".<sup>81</sup> E, visando destacar as 'determinações superestruturais da ideologia nacional', Almeida recorre a *O Capital* para demonstrar que, no modo de produção capitalista, a relação entre "proprietários e não proprietários dos meios de produção aparece como uma relação entre indivíduos" e que esta representação é condição precípua para o "próprio processo de reprodução desse tipo de sociedade". Isto porque, salientou:

a separação produtor direto – meios de produção, que engendra a concentração de capital e a socialização do processo de trabalho, constitui, no plano jurídico-político, os agentes da produção como indivíduos, "apagando" sua determinação de classe.<sup>82</sup>

Tal separação, entre o produtor e os meios de produção, encontra, segundo o autor, "correspondência em uma estrutura jurídico-política que constitui os trabalhadores diretos no capitalismo como sujeitos", possibilitando uma "relação de igualdade com os proprietários do capital".<sup>83</sup>

É essa particularidade do modo de produção capitalista que, segundo Almeida, permite a constituição da nação. Nesse sentido, considera nação uma categoria ideológica, pois ela representa um espaço da igualdade, ocultando relações de dominação de classe.<sup>84</sup> Por ligá-la tão umbilicalmente ao capitalismo é que Almeida rejeita as proposições de Bauer tanto no que diz respeito à trans-historicidade da nação, quanto à interpretação de que o capitalismo é "o *locus* menos apropriado para apreensão do fenômeno nacional em seus contornos mais nítidos".<sup>85</sup>

Para Almeida, a constituição dos membros da sociedade como indivíduos proprietários livres homogeneíza a nação, imprimindo-lhe um aspecto de "comunidade de iguais", destacando seu "caráter *universalístico*". Contudo, o autor não negligenciou um outro aspecto

---

<sup>81</sup> *Ibid.*, p. 23.

<sup>82</sup> *Ibid.*, p. 27.

<sup>83</sup> *Ibid.*, p. 27.

<sup>84</sup> *Ibid.*, p. 34.

<sup>85</sup> *Ibid.*, p. 17.

da nação, a sua face única, a sua singularidade, lembrando o vínculo mítico entre território e povo, Almeida destaca que os limites geográficos adquirem "uma importância primordial" na configuração particular da nação.<sup>86</sup>

Em *Ideologia nacional e nacionalismo*, o autor distingue *Estado de nação* e de *nacionalismo*. Este seria "um determinado modo de apropriação/questionamento do fetichismo do Estado burguês".<sup>87</sup> O nacionalismo, salienta o autor, é algo muito peculiar, pois se trata da "apropriação da ideologia nacional", e essa apropriação, de alguma forma, questiona a legitimidade de um "Estado burguês já constituído".<sup>88</sup> Para expressar a reprodução dessa ideologia, Almeida cunhou o termo *nacionismo*, entendido como o conjunto das práticas que traduzam e multipliquem os sentimentos dos indivíduos de uma comunidade singular.

Entendendo o nacionalismo como 'sintoma' de uma *questão nacional*, Almeida destaca que este fenômeno ocorre tanto no interior de formações sociais capitalistas já constituídas como em formações sociais não dominadas por este modo de produção. Neste sentido, não somente eclodem nacionalismos sem nação, mas também, o nacionalismo pode justamente ser fundamental para o processo de constituição desta "comunidade de cidadãos".<sup>89</sup>

Outro aspecto levantado pelo trabalho de Almeida refere-se ao papel do Estado na constituição/reprodução das relações econômicas do capitalismo. Ainda se orientando nos trabalhos de Marx e influenciado pelas contribuições althusserianas, o autor mostra com clareza que o processo capitalista de reprodução, ao distinguir os agentes da produção como indivíduos, assim como a idéia de nação, apaga sua determinação de classe. Essa descaracterização da relação entre classes sociais dissimula uma condição de dependência, em que a classe trabalhadora, ligada ao capital por "fios invisíveis" é um acessório deste, mesmo fora do processo de trabalho.<sup>90</sup> Nessa perspectiva, o conceito de Estado e nação se imbricam, pois:

Se o processo de produção capitalista não reproduz indivíduos-sujeitos, mas classes, são as estruturas do Estado burguês que liberam e atomizam juridicamente os membros do proletariado, tomando aqueles fios "invisíveis". A constituição (que é também mistificação) dos sujeitos individuais característicos das sociedades

---

<sup>86</sup> *Ibid.*, p. 36.

<sup>87</sup> *Ibid.*, p. 50.

<sup>88</sup> *Ibid.*, p. 50.

<sup>89</sup> *Ibid.*, p. 53.

<sup>90</sup> *Ibid.*, p. 29.

capitalistas não é, portanto, a constituição do indivíduo proletário, membro de uma classe distinta e antagonista. É, em primeiro lugar, a constituição do cidadão. Em segundo lugar, as estruturas do Estado burguês não constituem proletariado, classe explorada e oprimida dentro e fora do processo de produção capitalista; elas "dissolvem" o proletariado em um coletivo de cidadãos-proprietários (jurídicos). O Estado não aglutina os portadores da força de trabalho em um coletivo de classe; ele aglutina cidadãos em um coletivo nacional. Portanto, a igualação efetuada a partir das estruturas do Estado capitalista – que produzem o cidadão – é distinta daquela que, a partir das relações de produção, constitui o proletariado.<sup>91</sup>

Saes, ao conceituar Estado burguês, relaciona-o umbilicalmente com nação, e afirma que esta significa uma forma de coletividade imposta pelo Estado burguês aos agentes da produção antagonicamente relacionados no processo de extorsão da mais-valia.<sup>92</sup> Trata-se de um coletivo oposto à classe social que, de um lado, unifica os agentes da produção já isolados no mercado e, de outro, reproduz esse isolamento, ao impedir a formação de um coletivo na esfera da produção. Tal coletividade que se define como o interesse comum, de todos os agentes da produção – produtores diretos e proprietários dos meios de produção –, em se estabelecerem como habitantes de um espaço geográfico delimitado, o território, é o Povo-Nação.<sup>93</sup>

O resgate, de forma mais geral, nas Ciências Sociais, do debate sobre a nação, fornece-nos subsídios para analisar as formulações explícitas ou implícitas de Manoel Bomfim e de Paulo Prado e contextualizar historicamente o trabalho desses autores. Permite ainda, compreender melhor como essa noção se insere e se redefine em suas obras. Desta forma, nos auxilia a apreender a visão de dois brasileiros com enfoques ideológicos divergentes, resultando em Brasis opostos (reais/irreais ou possíveis/impossíveis), em dois países que não se reconhecem.

## 2. Nação no trabalho de Manoel Bomfim e de Paulo Prado.

Manoel Bomfim, médico por formação, era um cultor das questões nacionais. Produziu quatro obras de história sociológica: *América Latina: males de origem*; *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*; *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política e o Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. E, se já nos títulos estampou seu sentimento, nas dedicatórias revelou suas razões. A primeira foi

---

<sup>91</sup> *Ibid.*, p. 39.

<sup>92</sup> SAES, D. *Estado e democracia: ensaios teóricos*, p. 30.

<sup>93</sup> *Ibid.*, p. 30.

dirigida a "Sergipe: pedaço de terra americana em que nasci", <sup>94</sup> as demais se dirigiam "à memória de Frei Vicente Salvador, primeiro definidor da tradição brasileira", <sup>95</sup> "aos heróis e mártires de 6 de Março de 1817 – homenagem brasileira e livre"; <sup>96</sup> e "à glória de Castro Alves – potente e comovida voz da revolução". <sup>97</sup>

O aspecto mais destacado pelos estudiosos que se debruçaram sobre sua obra foi o seu nacionalismo. Nas palavras de Aguiar, "Bomfim era nacionalista, mas nada tinha de ufanista", ele não sustentava uma visão otimista da nação brasileira, nos moldes de Afonso Celso. Seu nacionalismo tampouco era raivoso: "era uma busca permanente de caminhos". <sup>98</sup>

Sua produção histórico-sociológica ficou caracterizada como um 'contra discurso', em relação às idéias da maioria dos intelectuais de seu tempo. Seus escritos buscavam refutar a imagem negativa que as nações "ricas" tinham dos países latino-americanos, especialmente do Brasil, e negar as teorias que nos colocavam em condições de inferioridade em relação aos países europeus e aos Estados Unidos.

Paulo Prado, diversamente de Bomfim, que dedicou boa parte de sua vida aos estudos acadêmicos, era um grande empresário, ligado ao setor agro-exportador. Percorreu o mundo, leu muito e já na idade adulta "descobriu o Brasil". Escreveu dois livros e, como ele mesmo manifestou, são ensaios. No primeiro – *Paulística* - analisou a formação de São Paulo e no segundo – *Retrato do Brasil* – examinou o país como um todo. Se em *Paulística* deixou claro que se tratava de "um livro de estudos regionais"; <sup>99</sup> em *Retrato do Brasil*, fez questão de declarar o contrário: ressaltou que seria forçoso reconhecer-lhe a qualidade de não ser regionalista. <sup>100</sup>

Assim, Paulo Prado iniciou sua "carreira" intelectual já beirando os cinquenta anos de idade. Na interpretação de Calil, o que o levou a dedicar-se aos estudos históricos, além do amor pelo seu país, foi o "gosto pela autenticidade para além das aparências e a busca

---

<sup>94</sup> BOMFIM, M. *América Latina: males de origem*, p. 3.

<sup>95</sup> Idem, *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, p. 7.

<sup>96</sup> Idem, *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política*, p. 5.

<sup>97</sup> Idem, *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*, p. 7.

<sup>98</sup> AGUIAR, R. C. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*, p. 504.

<sup>99</sup> PRADO, P. *Paulística etc.*, p. 45.

<sup>100</sup> Idem, *Retrato do Brasil*, p. 184.

incansável dos elementos que determinam os traços de nossa identidade como nação".<sup>101</sup> Em *Retrato do Brasil* o autor dá uma pista sobre seus motivos, ele viajou ao passado para entender as razões de seu país. E isso o levava a encarar a

história não como uma ressurreição romântica, nem como ciência conjectural, à alemã, mas como um conjunto de meras impressões, procurando no fundo misterioso das forças conscientes ou instintivas as influências que dominaram, no correr dos tempos, os indivíduos e a coletividade.<sup>102</sup>

Fato bem percebido por Carlos Calil, foi que Paulo Prado "como outros intelectuais de sua classe, antes e depois dele, descobriu a própria terra em Paris – umbigo do mundo".<sup>103</sup> Mas o autor aceitou esse "cosmopolitismo" chegou a dizer que "o culto da pátria ausente conheci-o eu forte e constante nesse grupo de espíritos privilegiados; neles a vida no estrangeiro apurava o patriotismo".<sup>104</sup> A partir daí resolveu "assumir" sua pátria. Revelou-se um nacionalista e confessou o sentimento cívico já em seu primeiro livro, ao afirmar que quando mais moço:

só a Europa nos interessava (...) Lembro-me da injustiça que cometi várias vezes ao partir, deixando com indiferença na sombra da tarde a última linha das montanhas do Brasil (...) O amor às coisas pátrias, ao seu passado, ao mistério dos primitivos habitantes, à sedução do Brasil brasileiro dos sertões do Nordeste – terra da coragem e da poesia –, o amor a toda a vida estuante e fresca do país adolescente, ao que constitui o orgulho e patrimônio de uma nacionalidade – tudo entregávamos ao grupo, quase ridículo, dos sábios dos nossos institutos.<sup>105</sup>

Se a brasilidade de Prado só foi ser despertada em continente europeu, a percepção nacional de Bomfim foi adquirida "na lida". Muito cedo foi lançado à rotina do trabalho e muito cedo, também, desfrutou de intensa convivência com escravos. Tornou-se um intelectual por esforço, dedicação e interesse aos estudos. Pouco viajou ao exterior e numa experiência de viagem produziu seu primeiro livro – *América Latina: males de origem*.

Vivenciando outra realidade, Prado, depois de avivado seu pendor nacionalista, nos narra Calil, retornou à pátria, tendo em mente o projeto de "investigar as origens da nacionalidade para embasar um orgulhoso nacionalismo" (...).<sup>106</sup> Nacionalismo este que, ainda nas palavras de Calil, o autor entendia "como o processo de tomada de consciência das

---

<sup>101</sup> *Ibid.*, p. 10.

<sup>102</sup> *Ibid.*, p. 186.

<sup>103</sup> CALIL, A. Introdução e cronologia. In. *Retrato do Brasil*, p. 10.

<sup>104</sup> PRADO, P. *Paulística etc.*, p. 239.

<sup>105</sup> *Ibid.*, p. 56.

<sup>106</sup> Idem, *Retrato do Brasil*, p. 10.

limitações e virtualidades do corpo social que permitiria 'romper os laços que nos amarram desde o nascimento à velha Europa, decadente e esgotada'".<sup>107</sup> Nacionalismo, que se contrapunha ao otimismo do conde Afonso Celso em *Porque me ufano de meu país*. Sentimento patriótico não romântico, de um pensador que, nas palavras de Nogueira "queria ser uma voz dissonante, inserir-se nas correntes"<sup>108</sup> que batalhavam pela gestação de um novo país, sintonizado com o ritmo e o sentido da modernidade".<sup>109</sup>

E foi esse nacionalismo tardio do paulistano que o fez repensar a nação, retrocedendo ao período colonial, voltou-se primeiramente a São Paulo, para em seguida se estender ao resto do país. Buscou no passado a compreensão do Brasil do seu presente, como evidenciou no *Post-Scriptum*: "(...) alongar a vista pelo Brasil todo, pelos outros Brasis, onde com frequência se encontra o segredo do passado e a decifração dos problemas de hoje".<sup>110</sup>

Em Bomfim, o significado de nação aparece multifacetado, uma vez que ele jogava com o conceito: às vezes o confunde com *pátria*, outras, com *nacionalismo* ou *nacionalidade*<sup>111</sup>. Ora é algo concreto, ora bastante abstrato, como no livro *América Latina*, em que ele afirmou que "*a pátria é um sentimento e é um fato; pois que nos sentimos fazer parte de um meio social, temos uma pátria (...)*";<sup>112</sup> ou, ainda, a idéia de nação se aproximava também da de "*uma sociedade soberana de povo independente*".<sup>113</sup> Nesta tentativa de mapeamento conceitual, podemos encontrar um dos eixos centrais da empreitada teórica de Bomfim, destacando-se a recusa em naturalizar a nação.

É claro que este esforço solitário, e empreendido em um ambiente intelectual adverso, não é desprovido de deslizes, quando se reporta ao processo de formação da Espanha, Manoel

<sup>107</sup> PRADO, Paulo. "Poesia Pau Brasil", *loc. cit.*, p. 110. Citado por Calil, In. *Retrato do Brasil*, p. 11.

<sup>108</sup> Conforme ressaltou Baggio (*A outra América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*, p. 29/30), o darwinismo social oferecia uma visão muito pessimista quanto às possibilidades futuras do Brasil, como contraponto a ele cresceu nos primeiros anos do século XX uma corrente adepta do ufanismo nacionalista contando com Olavo Bilac e Afonso Celso como seus principais ícones. A essência desse pensamento ufanista nacionalistas era a leitura romântica e apaixonada do Brasil, que enaltecia as suas belezas naturais.

<sup>109</sup> NOGUEIRA, M. A. Paulo Prado: Retrato do Brasil. In: MOTA, L. D. (org.). *Um banquete no trópico* (1), p. 194.

<sup>110</sup> PRADO, P. *Retrato do Brasil*, p. 185.

<sup>111</sup> E por pátria Bomfim entendia "o solo político", por nacionalismo, 'sentimento essencial e básico na organização social' e por nacionalidade, o 'povo', a 'tradição' Bomfim, 1997, p. 328-30. Em *América Latina* ele diz que "uma nacionalidade é o produto de uma evolução" (Bomfim, 1993, p. 52).

<sup>112</sup> BOMFIM, M. *América latina: males de origem*, p. 34.

<sup>113</sup> *Ibid.*, p. 44.



Bomfim narra todas as lutas que, ao longo de oito séculos, se travaram na Península Ibérica até o desfecho vitorioso que,

nos fins do século XV, a Espanha está constituída nação moderna, livre, organizada, vitoriosa e à custa dos seus próprios esforços. (...) (De todos os povos) ela fizera uma nacionalidade única, perfeitamente caracterizada, homogênea e forte. Foi um cadinho de povos e raças, tradições e costumes.<sup>114</sup>

Na ânsia de resgatar valores que enobrecessem as origens pátrias do Brasil, Manoel Bomfim incorre em claro anacronismo, enxergando uma nação espanhola moderna em pleno século XV, justamente na Espanha que até hoje representa um complicado cenário para a nação. Como observa Hobsbawm, “o sentido moderno da palavra não é mais velho do que o século XVIII”.<sup>115</sup> Mas não se podem ignorar as imensas diferenças de época e condições de trabalho científico em que os dois autores elaboraram suas formulações.

Manoel Bomfim abriu o livro *O Brasil na historia*,<sup>116</sup> declarando que buscava “apreciar as condições feitas à Nação (...) que turbaram o prosseguir da nacionalidade brasileira”; nesse sentido, “nacionalidade” é a formatação, é o desenvolvimento da nação. Em outras palavras, “é a própria alma de um povo capaz de ser soberano”.<sup>117</sup> Por isso, os significados se confundem, se misturam, porquanto:

A nacionalidade, mesmo por entre revoluções, é a legítima continuidade de um povo; nela está a ordem positiva, que é a ordem ativa, racionalidade na sucessão das crises, identidade dos fins, sucessão dos motivos. Tradição – consciência da nacionalidade – é, para a coletividade, como a consciência lúcida para o indivíduo. (...) No mundo antigo, onde não havia equilíbrio de nações, também não havia nacionalidades (...) Se, por insistentes desvirtuamentos, não se permite que as tendências íntimas da nacionalidade venham a ter expressão, as suas energias essenciais não se expandem, e o povo está condenado a não manter o caráter em que se definiu nacionalmente; terá de desaparecer noutras tradições políticas. Uma nação evolui como evolui cada pessoa, mantendo a essência de si mesma. (...) A prova definitiva da realidade de uma nação é ter a sua evolução própria, em relação com as suas tradições.<sup>118</sup>

Bomfim valorizava as lutas nacionais, entendia que a defesa da nacionalidade devia ser comum a qualquer agrupamento humano e significava a afirmação da pátria. No entanto, isto não era o bastante. Considerava que:

para dar valor a uma nação, é indispensável uma cultura geral, inspirada nas condições da terra, ao influxo das suas tradições essenciais – o preparo do homem,

<sup>114</sup> *Ibid.*, p. 72.

<sup>115</sup> HOBBSAWM, E. J. *Op. cit.*, p. 13.

<sup>116</sup> BOMFIM, M. *O Brasil na historia: deturpação das tradições, degradação política*, p. 7.

<sup>117</sup> *Idem*, *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*, p. 137.

<sup>118</sup> *Ibid.*, p. 137/8.

para o meio que lhe é dado, no sentido da vida que ele vem trazendo, (...) [pois que] a nação é o homem, elemento essencial dela.<sup>119</sup>

As tradições assumiam importância significativa na constituição da nação. Em *O Brasil na América*, observava que socialmente um povo, uma nacionalidade é uma tradição;<sup>120</sup> em *O Brasil na história*, destacou que "a tradição é factor essencial na afirmação da nacionalidade",<sup>121</sup> e mais, a tradição vale como consciência nacional,<sup>122</sup> e a consciência nacional era base para a nação. É inegável a relevância que Bomfim atribui à 'tradição', o que talvez ele não levasse em devida conta é como essa 'tradição era criada e – mais – as diferentes e contraditórias formas de apropriação da 'tradição'.

Nação era ainda, "um mundo de inteligências morais" em que se "espande uma tradição que é a própria physionomia social do grupo".<sup>123</sup> Nação, portanto, era uma categoria sociológica, um conceito que devia traduzir as particularidades de um povo frente aos demais, uma idéia que o especificava, tornando-o único. Nação era o foro privilegiado para a efetivação das tradições. E, como, para Bomfim não podia haver organização social sem o agrupamento nacional, o nacionalismo adquiria significado capital, visto que ele é sensibilidade, é condição natural necessária para a realização da sociedade humana, é a consciência de um povo, a confiança íntima no destino da nação, um grupo social com tradição nacional é nacionalista.<sup>124</sup>

Considerava, o sergipano, que "na formação das tradições, para o definir das nacionalidades, tudo se resolve em diferenciações históricas",<sup>125</sup> logo, é na história que se devem procurar as características nacionais de cada sociedade. Por isso, afirmou: "toda nação tem o seu character, cuja expressão formal se encontra na respectiva historia".<sup>126</sup> E, conforme salientou, a história é o registro de cada tradição,

---

<sup>119</sup> *Ibid.*, p. 258.

<sup>120</sup> Idem, *O Brasil na América*: caracterização da formação brasileira, p. 328.

<sup>121</sup> Idem, *O Brasil na história*: deturpação das tradições, degradação política, p. 110.

<sup>122</sup> *Ibid.*, p. 73.

<sup>123</sup> *Ibid.*, p. 36.

<sup>124</sup> *Ibid.*, p. 172-4.

<sup>125</sup> Idem, *O Brasil na América*: caracterização da formação brasileira, p. 39.

<sup>126</sup> Idem, *O Brasil na história*: deturpação das tradições, degradação política, p. 25.

é o campo onde se travam todos (...) combates de que resulta a victoria de umas instituições sobre as outras, de classes e de doutrinas (...) no final toda a história se reduz a contenda de tradições (...).<sup>127</sup>

E, concluiu que a história é a expressão exagerada da grandeza nacional e a tradição, que está expressa na história, é o espelho do desenvolvimento de uma nação, que reflete o passado e revela o futuro.<sup>128</sup>

A formulação de Prado é mais incisiva, o amor pelo Brasil e, sobretudo, o orgulho que tinha do Planalto de Piratininga, estão estampados em sua primeira publicação *Paulística*, compilação de uma série de artigos de jornal, que era embrionariamente uma dissertação sobre o *Caminho do Mar*, mas que pouco a pouco ganhou corpo, tornando-se uma análise de São Paulo.

Escolheu a própria terra, pois entendia que não era possível "compreender a história do Brasil sem conhecer a história de São Paulo, assim como a da Bahia, ou de Pernambuco, ou de Minas Gerais".<sup>129</sup> Não se pode dizer que seja um livro laudatório, mas procurou distinguir sua cidade do resto do país. Enxergou na pobre Piratininga, cedo, indício de sua vocação para uma grande cidade, por isso, endossou as palavras de Oliveira Martins, quando este afirmou que "no século XVI, a região de São Paulo apresentava os rudimentos de uma nação".<sup>130</sup> E o fez porque, embora atrasada, via a cidade com "predestinação histórica e geográfica da evolução nacional".<sup>131</sup> É a partir de São Paulo que formula a questão nacional.

Para ele, São Paulo tinha a unidade essencial de uma organização – *as bandeiras eram uma empresa*; havia identidade da população com a terra – o altiplano isolou a cidade, gerando um tipo étnico diferenciado, sem a influência da metrópole ou do litoral;<sup>132</sup> e assim, São Paulo apresentava, dentro da colônia, uma história única.

Mas, se o paulistano era mais conciso em suas formulações e mais objetivo em seus sentimentos, Bomfim era mais romântico. Ele concebia o nacionalismo como um sentimento simples, instintivo, essencial e básico na organização social. Em seu trabalho, muitas vezes

---

<sup>127</sup> *Ibid.*, p. 37.

<sup>127</sup> *Ibid.*, p. 37.

<sup>128</sup> *Ibid.*, p. 38.

<sup>129</sup> PRADO, P. *Paulística etc.*, p. 45.

<sup>130</sup> *Ibid.*, p. 86.

<sup>131</sup> *Ibid.*, p. 200.

<sup>132</sup> *Ibid.*, p. 86.

nacionalismo se confunde com patriotismo, que, embora não seja a base das organizações político-sociais, é indispensável para a garantia de sua existência.<sup>133</sup> *Considerava que o patriotismo conduz a formação, dá a medida das energias primeiras de um povo e o sentimento nacional é o apego necessário do animal ao ambiente em que está acostumado.*<sup>134</sup> No pensamento de Bomfim, é nítida a influência da época em que vivia. Época essa, na qual predominava uma concepção científicista da realidade e tendo as teorias evolucionistas de Darwin como parâmetro da análise social.

No julgamento de Bomfim, "a humanidade se realiza concretamente em pátrias", <sup>135</sup> e é o resultado das relações sociais e do momento histórico:

Não há humanidade abstrata. Como socialização imediata, existimos numa tradição nacional; e é nas suas perspectivas que compreendemos a solidariedade humana, de que participarão os nossos destinos. (...) (patriotismo) é a fórmula afetiva de defesa e solidariedade nacional (...) reconhecemo-nos na idéia nacional, e sentimos patrioticamente, pois que somos humanos.<sup>136</sup>

E, pela ótica do nacionalismo, elogiava a formação histórica de Portugal por ter se adiantado em relação às demais formações sociais européias, defendia que esse germe foi herdado pelo Brasil. Por isso, conseguimos manter a unidade territorial, enquanto o resto do continente latino-americano se dividiu em várias unidades políticas. Ele descartava qualquer nacionalismo de cunho separatista, louvou os portugueses pela sua plasticidade e capacidade de misturar-se com demais povos, o que nos leva a concluir que ele não aceitaria o critério de língua, religião, etnicidade ou outros para definir nacionalidade.

Bomfim, quando falava em nação, sempre manifestou sua preocupação com os sentimentos morais, dessa forma, entendia a nação como a tradição, em que os povos se reconhecem e o sentimento de coesão e de solidariedade moldam as consciências. Ou ainda, distinguia a nação como um "concreto de relações sociais aproximado na afinidade das consciências" que permitia a seus membros o reconhecimento na "idéia nacional" e no sentimento patriótico.<sup>137</sup>

Percebe-se que nação para Bomfim é o resultado da especificidade de cada povo, dentro de um processo histórico. Bauer falou de caráter nacional como um "complexo de

---

<sup>133</sup> BOMFIM, M. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, p. 329.

<sup>134</sup> *Ibid.*, p. 329.

<sup>135</sup> *Ibid.*, p. 330.

<sup>136</sup> *Idem*, *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*, p. 553.

<sup>137</sup> *Idem*, p. 553.

características físicas e mentais que distinguem uma nação da outra".<sup>138</sup> Muito embora possível, não há indícios de que Manoel Bomfim tenha lido a obra do escritor austríaco, pois para o sergipano, o caráter nacional brasileiro, nossa particularidade, era dado pela miscigenação, "uma situação étnica específica de acentuada mistura, como não poderia existir nas colônias travadas em preconceito de raças".<sup>139</sup> Mas não só a mistura de raças nos tornava incomparáveis: a própria formação da nação era ímpar. Logo de início, tiveram os brasileiros de lutar contra franceses e holandeses pela posse do território, "para conservar unidade de origem e de consciência".<sup>140</sup> Em seguida os bandeirantes redesenharam o país, expandindo as fronteiras e tudo isso "teve uma forte significação no caráter da nova nacionalidade".<sup>141</sup>

Outro critério difundido na definição de nação é o conceito *voluntarista*, "doutrina que aponta a essência da nação no desejo de unidade e liberdade políticas".<sup>142</sup> Não foi esta a orientação dada por Bomfim, ele tinha clara a importância das circunstâncias históricas. Sabia que o Brasil se inseriu nos quadros mundiais como consequência da expansão capitalista. Quando as grandes nações buscavam mercados consumidores e/ou fornecedores de matéria-prima, os grandes navegadores se lançavam aos mares e se fizeram presentes em todos os continentes e valores como língua, religião, cultura entraram em choque. Embora pudesse haver troca, tanto no sentido mercantil, quanto no entrosamento cultural, nem sempre poderia representar uma organização social. Mas viu no português em terras americanas uma profunda fusão, de onde surgiu uma nova nação – o Brasil, e um novo tipo humano – o brasileiro.

A língua, a cultura a religião já foram descartadas como parâmetro de pátria, o que nos leva a concluir que o sergipano entendia a nação como a essência das relações sociais. Nação era a própria sociabilidade humana, pautada pelas tradições e pela consciência nacional, o que o coloca mais próximo das *teorias psicológicas da nação*. Ele via a nação como a expressão da democracia e da soberania popular.

Numa visão totalmente oposta, é curioso perceber a pouca relevância dada para o elemento "povo" na obra de Prado. A nação mais parece um artefato do acaso, era um "grande

---

<sup>138</sup> BAUER, O. A nação. In: BALAKRISHNAN, G. (org.). *Um mapa da questão nacional*, p. 46.

<sup>139</sup> BOMFIM, M. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, p. 35.

<sup>140</sup> *Ibid.*, p. 35.

<sup>141</sup> *Ibid.*, p. 35.

<sup>142</sup> BAUER, O. *op. cit.*, p. 76.

milagre" existir o Brasil até o século XX<sup>143</sup> e, na sua fala, é sensível a repulsa pelo nacional. Ele demonstra afeto pelo Brasil, mas se cala em relação ao brasileiro. Seu modo de retratá-lo é profundamente classista. Em *Retrato do Brasil* referindo-se a um relato de Martius, fala da população como "uma mescla fantástica, a exibição de todos os estados sociais e de todas as raças".<sup>144</sup> E, por fim, prediz para esse novo homem, esse mestiço, "os triunfos de seu destino, ou (...) uma desilusão e um desastre na realização de sua finalidade histórica e geográfica".<sup>145</sup> É claro que ocorre o oposto com Bomfim, na sua obra, o brasileiro assume vital importância na construção da nação. Nos trabalhos de sua maturidade ele asseverou n'*O Brasil nação* que "antes que uma nação exista em plena vida, tem que ser edificada". Em seguida indagou: "Como foi feito o Brasil? Por quem foi edificado?"<sup>146</sup> E n'*O Brasil na América*, ressaltou que quem fez o Brasil foram os brasileiros,<sup>147</sup> e os brasileiros eram, segundo suas palavras, a expressão do "contínuo caldeamento de raças, numa explícita combinação de energias e de tradições".<sup>148</sup> Em *O Brasil na história* assinalou que o Brasil se congregou com o "povo unificado em sentimento de nacionalidade afirmada em provas explícitas".<sup>149</sup> Para Bomfim,

Desde que se manifestou em qualidades próprias, o povo brasileiro demonstrou possuir os dons essenciais para ser uma nação – espírito de união, solidariedade patriótica, cordialidade nas relações internas.<sup>150</sup>

Prado não acreditava neste povo miscigenado, o que talvez tenha contribuído para ater-se com mais ênfase na história de São Paulo. A cidade que ficara isolada no "altiplano, defendida do contágio europeu",<sup>151</sup> que *sofreu influência do sangue judaico*, a cidade, cuja população era o resultado dos primeiros colonos com o nativo, resultando o bravo mameluco.

Orientando-se pela história de São Paulo, Prado debruçou-se na história do país, com *Retrato do Brasil*. Conforme salientou Berriel, em *Retrato do Brasil* o autor resgata idéias abordadas em *Paulística* e isto não é casual, pois "indica a idéia de que a história do Brasil

<sup>143</sup> PRADO, P. *Retrato do Brasil*, p. 199.

<sup>144</sup> *Ibid.*, p. 162.

<sup>145</sup> *Ibid.*, p. 163.

<sup>146</sup> BOMFIM, M. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*, p. 52.

<sup>147</sup> Idem, *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, p. 333.

<sup>148</sup> *Ibid.*, p. 327.

<sup>149</sup> Idem, *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política*, p. 147.

<sup>150</sup> Idem, *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*, p. 57.

<sup>151</sup> PRADO, P. *Retrato do Brasil*, p. 159.

depende da história de São Paulo".<sup>152</sup> O paulistano assinalou que, cem anos depois de descoberto, o Brasil era formado por uma sociedade informe e tumultuária que ocupava o vasto território.<sup>153</sup> E não mudara, porquanto 200 anos depois, "a colônia, ao iniciar-se o século de sua independência, era um corpo amorfo, de mera vida vegetativa, mantendo-se apenas pelos laços tênues de língua e do culto".<sup>154</sup>

Novamente, Prado revela sua inquietação frente à questão nacional. Na apresentação de *Paulística* apropriou-se das palavras de Renan para afirmar que nação é "um plebiscito continuado dia a dia".<sup>155</sup> E arrematou: "Sem o amor às coisas públicas, os agrupamentos gregários de milhões de cabeças não possuem a vontade de convivência e coesão, que são os caracteres fundamentais do Estado Nacional".<sup>156</sup>

Nesse sentido, a concepção de nação segue por dois caminhos na pesquisa de Paulo Prado. O primeiro é aquele que considera a língua e a religião, como indicação de vínculos coletivos, indícios de nacionalidade. O segundo encara nação como uma "vontade da convivência", a concepção voluntarista de nação. Contudo, outras demarcações nacionais, além de língua e culto foram ressaltadas por ele, como constituintes de uma nação. São eles: a história, – "cada povo que pretende ser mais do que uma simples aglomeração humana deve possuir o seu patrimônio histórico";<sup>157</sup> a unidade nacional – entendida como o "problema magno de nossa formação";<sup>158</sup> os regionalismos – porque "constituem a parte viva e plástica em que se conservam e se desenvolvem a variedade e a originalidade do complexo nacional".<sup>159</sup>

Assim, por meio da análise de seus textos é possível apreender que nação para Paulo Prado era muito mais do que a mera organização social e política. Significava a consciência dos fatos históricos de um povo, o conhecimento geográfico das suas limitações de território,

---

<sup>152</sup> BERRIEL, C. E. O. *Tietê, Tejo e Sena*: a obra de Paulo Prado, p. 126.

<sup>153</sup> PRADO, P. *op. cit.*, p. 87.

<sup>154</sup> *Ibid.*, p. 160-1.

<sup>155</sup> RENAN, J. E.. 1823-1892. *Qu'est-ce que c'est une Nation?* Conferência feita na Sorbonne em 11.3.1882. Citado por Hobsbawm: *Nações e nacionalismo*, p. 23 e 108.

<sup>156</sup> PRADO, P. *Paulística etc.*, p. 62-3.

<sup>157</sup> *Ibid.*, p. 46.

<sup>158</sup> *Ibid.*, p. 50.

<sup>159</sup> *Ibid.*, p. 53.

aliados ao princípio cooperativo, à disciplina e à religião. No caso do Brasil, some-se ainda, a importância da fusão das "três raças" resultando num novo tipo étnico.

### **3. Formação nacional brasileira na análise de Manoel Bomfim e de Paulo Prado.**

No intuito de melhor compreender o seu país, Manoel Bomfim, em *O Brasil na América*, foi buscar nas raízes portuguesas os valores pátrios, que seriam incorporados posteriormente em seus trabalhos. Dentro da Europa, distinguiu Portugal, que "inventou" uma nação e enxergou naquela organização social qualidades nacionais. Enalteceu o português, a contribuição branca para a formação étnica do brasileiro. Lembrou do Portugal heróico, das virtudes lusitanas que foram o germe do Brasil, dos feitos portugueses que construíram um império, no início da Era Moderna. Consolidava-se a sua idéia de nação, pautada em valores como vitória e conquista. Portugal foi pioneiro nas navegações e nas grandes descobertas, venceu os mares, pois "o português teve que fazer do Atlântico desconhecido o seu domínio".<sup>160</sup>

Da mesma forma abraçou o comércio a longa distância. Em tudo o pequeno reino se sobressaía, em tudo se fez grande e poderoso; mas "o mesmo destino que o levou à grandeza, condenou-o à decadência".<sup>161</sup> E ressaltou que foi o mercantilismo que transformou o português em um homem "sequioso de gozos brutais ou materiais", menos interessado nas coisas do espírito e avesso à meditação. Buscava o ganho fácil, e o ócio garantido pela fortuna,<sup>162</sup> e "a grande obra se abateu, roída pelo parasitismo, amesquinhado na ganância mercantil".<sup>163</sup>

A exaltação ao reino lusitano era uma forma de enaltecer as origens brasileiras. Daí a insistência do sergipano em atribuir valores positivos aos feitos do povo português, desde sua formação, que segundo ele,

guardavam o seu valor intrínseco; mas desde cedo, a tradição lhes acentuou o caráter numa divergência de formas que, ao expandirem-se, diferenciaram-se de mais em

---

<sup>160</sup> BOMFIM, M. *O Brasil na América*: caracterização da formação brasileira, p. 55.

<sup>161</sup> *Ibid.*, p. 39.

<sup>162</sup> *Ibid.*, p. 79.

<sup>163</sup> *Ibid.*, p. 49.



mais, até firmarem-se em feição perfeitamente distinta, inconfundível, e, por muitos aspectos, contrastante com o caráter nacional dos outros iberos.<sup>164</sup>

Depois de extensa caracterização da nação portuguesa, destacando o que havia de melhor naquele país, Bomfim se voltou à análise da formação brasileira. Mostrou que o português foi aqui um germe que semeou por nossa gente toda sua grandeza e bravura. Numa metáfora de uma árvore frondosa, afirmou que desganhámos de Portugal, e, assim, originários de uma gloriosa nação, também poderíamos ser grande. Dizia que começamos bem, a nacionalidade brasileira é a primeira a se formar, fomos a primeira nação da América.

Segundo Bomfim, por causa do desejo de lucro vulgar "o Brasil ficou oficialmente abandonado, quase que esquecido, no afã de arrecadar-se o que o Oriente oferecia".<sup>165</sup> E descreveu a costa brasileira ocupada pelas populações num sistema de simples feitorias; todavia, argumentou, reconhecendo Portugal a transitoriedade e fragilidade desse sistema, buscou de outra forma tomar posse da terra. Foi então que surgiu a escolha da ocupação por meio das capitanias, estrutura em que, acreditava ele, só "gente escolhida com valor e com intuítos" era selecionada, pois se objetivava constituir os núcleos formadores da nacionalidade.<sup>166</sup> Bomfim recuperou de Martius a idéia de que "o português que no princípio do século XVI emigrava para o Brasil, levava consigo aquela direção de espírito e coração, que tanto caracterizava aqueles tempos" (...).<sup>167</sup>

Os primeiros colonos, que para Prado não passavam de degredados, eram aos olhos de Manoel Bomfim, vítimas de uma injustiça histórica, pois considerava que a má fama deles era resultado de preconceito que merecia ser retificado. Primeiro, porque era comum naquela época usar as colônias como lugar de desterro, segundo, porque embora tenha vindo alguns condenados junto com colonizadores, estes eram em pequeno número; e por último, há de se considerar os motivos que poderiam levar um homem ser punido pela corte e, por fim salientou que "Camões foi um degredado naqueles tempos".<sup>168</sup> Esses portugueses pioneiros, na análise de Bomfim, eram marcados pela solidariedade e tenacidade, ânimo da pátria, o sentimento de fazerem um novo país.<sup>169</sup>

---

<sup>164</sup> *Ibid.*, p. 45.

<sup>165</sup> *Ibid.*, p. 84.

<sup>166</sup> *Ibid.*, p. 87.

<sup>167</sup> Martius citado por Bomfim em *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, p. 83.

<sup>168</sup> BOMFIM, M. *op. cit.*, p. 89.

<sup>169</sup> *Ibid.*, p. 88.

Considerava o colono formador dotado de virtudes, pois a Índia o havia depurado e só vieram para cá, aqueles que "convinham às necessidades da nação".<sup>170</sup> No relato de Bomfim, esses aventureiros vinham com o intuito de se fixar na terra, de desenvolver a lavoura,

de conquistar a natureza e não com o cúpido afã de levantar a riqueza feita, saqueando, extorquindo de qualquer forma. Onde quer que ficassem, eram energias fecundas em que a terra se refazia no ânimo de uma verdadeira pátria.<sup>171</sup>

Portanto, na interpretação do sergipano, eram os primeiros colonizadores, valorosos, tenazes, tinham amor pelo solo natal, "compreensão nítida da existência nacional, (e) hábito de atividade disciplinada", traziam consigo a idéia de pátria com o intento claro de "fazerem um novo país".<sup>172</sup> Para ele, dos primitivos núcleos populacionais surgiram os sistemas de milícias, que desempenharão papel fundamental na defesa de terra na luta contra estrangeiros.<sup>173</sup> E a luta pelo território seria de vital importância para a formação do Brasil, na concepção do sergipano.<sup>174</sup>

Embora Prado reconhecesse o êxito lusitano das navegações, a iniciativa coube, nos descobrimentos, ao "homem aventureiro, audacioso e sonhador, livre",<sup>175</sup> e do "edifício que a energia lusitana levantara, realizando o sonho ambicioso do Homem de Sagres",<sup>176</sup> ele não perquiriu os louros de Portugal. Preferiu destacar a decadência da nação lusitana. Dentre os fatores que levaram à ruína o pequeno reino, o autor citou a Índia, as lutas no norte da África e a união das coroas ibéricas, em 1580. Ou seja, Prado deu maior destaque para os fatores externos no declínio de influência e de poder lusitanos no arranjo internacional. Diferente de Manoel Bomfim, que apesar de admitir o fracasso de *Alcácer-Quibir*, ou os efeitos nocivos da união com a Espanha, deu primazia a um fator interno, um mal que corroeu silenciosamente a corte metropolitana: o parasitismo.

Paulo Prado iniciou seu trabalho falando da Renascença, período fecundo, que em sua opinião, consagrou-se pela cobiça e pela sensualidade dos homens. O Renascimento, revelava ele, impôs um novo modo de pensar e sentir, foi um resgate dos ideais antigos e "teve como

---

<sup>170</sup> *Ibid.*, p. 84.

<sup>171</sup> *Ibid.*, p. 87.

<sup>172</sup> *Ibid.*, p. 88.

<sup>173</sup> *Ibid.*, p. 88.

<sup>174</sup> *Ibid.*, p. 88-9.

<sup>175</sup> PRADO, P. *Retrato do Brasil*, p. 137.

<sup>176</sup> *Ibid.*, p. 134.

resultado o alargamento, para assim dizer, das ambições humanas de poderio, de saber e de gozo".<sup>177</sup> *Retrato do Brasil* fala de homens tomados por esses sentimentos que moveram o mundo durante os séculos XV e XVI, momento em que veio à lume o Brasil. Foi neste contexto que se fizeram nossos antepassados, o europeu que tomou posse do continente latino-americano.

Segundo o trabalho de Prado, de início a ocupação das terras se deu de modo disperso, "se fixaram aventureiros em feitorias esparsas pelo litoral".<sup>178</sup> Também mencionou o abandono do Brasil pela corte durante todo o primeiro quartel do século XVI, por onde "mercadejava em escravos, madeiras e animais, o colono isolado, vivendo, no seu sonho pioneiro, da caça, das frutas e mantimentos da terra".<sup>179</sup> Mais tarde, asseverou o autor, desenvolveram-se os núcleos de povoamento, com destaque para três: "foram os que tiveram como chefes e patriarcas Jerônimo de Albuquerque, Diogo Álvares Caramuru e João Ramalho", e destacou: "todos constituíram descendência", cruzando com as índias, porque eram devassos.<sup>180</sup> E assim, no olhar do autor de *Retrato do Brasil*, principiou o país.

"A colonização do Brasil começou quando o gênio português patenteava ainda a ótima de sua eficiência"<sup>181</sup> – isso na opinião de Bomfim, porque, para Prado a colonização iniciou-se quando Portugal estava "já gafado do germe da decadência".<sup>182</sup> Enquanto Bomfim considerou a Índia um exemplo para a metrópole de seus desvios administrativos, e de oportunidade purificadora para o colono,<sup>183</sup> Prado a qualificou como "uma escola de barbárie e imoralidade".<sup>184</sup> Dessa forma, na concepção deste, o colono trouxe para o Brasil todas as licenciosidades, evidenciando sua formação, seu caráter e seu meio, e por isso insistiu que raramente tratava-se de gente "de origem superior e passado limpo".<sup>185</sup> eram os rebelados do Velho Continente, os náufragos e aventureiros.

---

<sup>177</sup> *Ibid.*, p. 53-4.

<sup>178</sup> *Ibid.*, p. 67.

<sup>179</sup> *Ibid.*, p. 92.

<sup>180</sup> *Ibid.*, p. 69.

<sup>181</sup> BOMFIM, M. *op. cit.*, p. 83.

<sup>182</sup> PRADO, P. *op. cit.*, p. 138.

<sup>183</sup> BOMFIM, M. *op. cit.*, p. 84-5.

<sup>184</sup> PRADO, P. *op. cit.*, p. 109.

<sup>185</sup> *Ibid.*, p. 67.

O Brasil, segundo o autor de *Retrato*, foi ocupado pelos degredados do reino, corsários, flibusteiros<sup>186</sup>, jogadores arruinados, vagabundos, enfim, aqueles "a quem já incomodava e repelia a organização da sociedade européia".<sup>187</sup> Em essência, eram essas as condições do colono primitivo destacadas por Prado, bem caracterizadas na máxima horaciana, transcrita e traduzida por ele: "Cælum, non animum mutant, qui trans mare currunt", isto é, "mudam de céu, mas não de espírito, os que atravessam os mares".<sup>188</sup>

O colonizador para Paulo Prado era portador de graves defeitos, como individualista e devasso. As páginas de *Retrato do Brasil* mostravam-no desprovido de qualquer sentimento patriótico, alheio a valores éticos e avesso aos morais, sem "outro incentivo idealista senão esse de procurar tesouros nos socavões das montanhas, e nos cascalhos dos córregos".<sup>189</sup> O objetivo desses aventureiros não era a formação de um país, mas somente amealhar riqueza fácil para gozá-la na corte portuguesa.<sup>190</sup>

Quando pensamos em Brasil Colônia, nos remetemos às lutas contra os nativos e contra o estrangeiro pela posse da terra, aspectos que determinaram o país nascente, ao menos na visão de Bomfim. Para ele, a nação surgiu assim, "na boa luta, a que enraíza na terra e fortifica o patriotismo".<sup>191</sup> Afirmava que a construção do Brasil foi resultado da ação direta dos nacionais, e insistia na importância dessas primeiras batalhas na definição do contorno do caráter do brasileiro. A nação era, na interpretação do sergipano, uma construção conjunta dos pioneiros brancos e dos índios, desde os primeiros tempos coloniais e mais tarde pôde também contar com a contribuição dos negros<sup>192</sup>, resultando numa sociedade que ficou caracterizada pela miscigenação. A formação nacional brasileira é resultado do conagraçamento das três raças, pensava ele, e, para o êxito dessa fusão pesou muito o temperamento lusitano, que logo se entrosou com o nativo, aceitou seus costumes e adotou

---

<sup>186</sup> O autor se reporta à época das grandes aventuras dos piratas. Flibusteiros eram as personagens que freqüentaram o Mar do Caribe nos séculos XVII e XVIII.

<sup>187</sup> PRADO, P. *op. cit.*, p. 66.

<sup>188</sup> *Ibid.*, p. 109.

<sup>189</sup> *Ibid.*, p. 116.

<sup>190</sup> *Ibid.*, p. 87.

<sup>191</sup> BOMFIM, M. *op. cit.*, p. 90.

<sup>192</sup> Manoel Bomfim, no livro *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, afirmou que os negros tiveram menos importância na formação brasileira porque chegaram por aqui em número expressivo somente após 1750, quando a nacionalidade já estava definida. (Bomfim, 1997, p. 201).

alguns para si mesmo. O português foi, nas palavras de Bomfim, o colonizador que mais cruzou porque:

Mais plástico e assimilador, fraco em número, afeito ao convívio de povos bárbaros, sem grandes zelos de sobrançeria, o português, no Brasil, juntou-se francamente, em sangue e costumes, aos indígenas.<sup>193</sup>

Bomfim considerou, que, afora a busca do ouro, estabeleceram-se as colônias de povoamento e se desenvolveu a agricultura, graças ao espírito ordeiro e disciplinado do português, e essa atividade econômica pôde florescer, porque havia tradição rural naquele povo.<sup>194</sup> Tudo isso, na opinião dele, nos marcou de modo indelével, pois a atividade agrícola fixa o homem à terra, é uma atividade estável, "a necessidade de cultivar a terra para ter riqueza fez o essencial e deu à colonização primeira do Brasil o caráter que mais convinha; e é isto o essencial na verificação que nos interessa".<sup>195</sup> Para ele, o português soube aproveitar o ensejo e aqui chegando se mostrou um produtor, provou seu desejo de formar uma nova pátria, desenvolver as tradições nacionais; muito diferente dos franceses que eram pura pirataria. No afã de enaltecê-los, afirmou que os portugueses se revelaram mais aptos para a vida moderna entre todos os europeus,<sup>196</sup> e a herança portuguesa distinguia o Brasil dentro do continente.<sup>197</sup>

Quanto aos antigos moradores da colônia, Bomfim considerava sua contribuição fundamental, pois lembrava que o Brasil era a "nação que se desenvolveu sobre a primitiva sociedade indígena",<sup>198</sup> afinal,

O português foi o criador da colonização moderna; mas à parte os pequenos transplantes de gente (...) sua colonização medrou em parte alguma; dela não surgiram outras nacionalidades (...) só o Brasil se tornou um povo com capacidade de nação, é que houve, aqui, qualquer coisa, em vida, além do português, e que foi essencial para o êxito da empresa. Só pode ter sido o outro elemento humano, esse gentio (...).<sup>199</sup>

E, se os formadores da nação eram dignos de méritos, também o eram seus descendentes. Bomfim valorizava o elemento nacional, e assinalava que a solução para o país

---

<sup>193</sup> BOMFIM, M. *op. cit.*, p. 107.

<sup>194</sup> *Ibid.*, p. 84.

<sup>195</sup> *Ibid.*, p. 351.

<sup>196</sup> *Ibid.*, p. 86.

<sup>197</sup> *Ibid.*, p. 351.

<sup>198</sup> *Ibid.*, p. 120.

<sup>199</sup> *Ibid.*, p. 108.

estava na melhoria das condições de seu povo, porque o Brasil era uma instituição democrática, feita por todos, defendia a ampla participação na comunhão nacional. Segundo ele, nossas circunstâncias históricas eram ímpares, porque cedo tivemos de lutar para defender um território, para edificar uma pátria,

o brasileiro formou-se em condições de crescer e durar, porque, desde sempre teve consciência de sua existência nacional; viveu, desde logo, na tradição de uma pátria, defendendo-a intransigentemente. Muito concorreu para patentear nele a afirmação do espírito nacional – como demonstrações de patriotismo, a fraqueza, insuficiência e degradação da metrópole.<sup>200</sup>

Paulo Prado, por outro lado, totalmente refratário à idéia de um projeto de Brasil, declarou que o início do país se deu a partir de três núcleos básicos de povoamento e mestiçagem, é claro. Das batalhas contra os franceses limitou-se a destacar a importância da ocupação do território, vislumbrou "algum sentimento nacional" somente na reação ao holandês.<sup>201</sup> A luta essencial, no parecer de Prado, se deu contra o índio e a natureza, mas pela conquista das riquezas minerais, considerava que a busca do ouro, enquanto atividade fugidia, imprimiu esse caráter a toda à colônia. A cobiça e o sonho do ganho fácil, desviavam os braços da lavoura, todos acorriam à cata do metal.<sup>202</sup> E por tudo isso três séculos após de existência a situação do país era lamentável.<sup>203</sup>

Nesse sentido, poderíamos falar em nação? Para Bomfim, sem dúvida, afinal "com um século de existencia, já reagimos como um povo, em espírito de exuberante nacionalidade".<sup>204</sup> E, ainda, fomos os primeiros na América a manifestar nossa nacionalidade, e o fizemos brigando pelo solo natal contra uma nação européia: a Holanda. E o substrato dessa nação era o povo brasileiro e sua tradição nacional.<sup>205</sup>

Já para Prado, ao menos até o início do século XIX, não: éramos "*simples aglomeração de moléculas humanas*".<sup>206</sup> Nas palavras do autor fica claro que uso de termos da biologia na análise social não era exclusivo do sergipano, o que denota as influências da época. Outro aspecto bem notado em seu texto é a denúncia de sua condição de classe. Assim

---

<sup>200</sup> *Ibid.*, p. 328.

<sup>201</sup> PRADO, P. *op. cit.*, p. 146.

<sup>202</sup> *Ibid.*, p. 119.

<sup>203</sup> *Ibid.*, p. 160.

<sup>204</sup> BOMFIM, M. *O Brasil na historia: deturpação das tradições, degradação política*, p. 293.

<sup>205</sup> Idem, *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, p. 329.

<sup>206</sup> PRADO, P. *op. cit.*, p. 147.

se expressou ao afirmar que quando a nossa nacionalidade começou a se constituir, foi um ambiente envenenado pelo negro cativo, permeado pelo preconceito racial e dominado pelo mestiço que ela encontrou para prosperar. O impacto dele sobre a formação da nacionalidade era de "consequências ainda incalculáveis".<sup>207</sup> Ele fez questão de frisar as cissuras, de repisar os problemas que Bomfim se esforçou tanto para 'esquecer'. Das lutas em defesa da terra contra os franceses, o paulistano enfatizou as crueldades praticadas pelos portugueses, com relação à batalha contra os holandeses, ainda que reconhecesse nela algum sentimento nacional, optou por dar destaque aos interesses econômicos e comerciais por trás do embate. Além disso, insistiu em ressaltar a fragilidade da organização colonial frente à desmesurável ambição do colono. Enquanto Bomfim concebia a sociedade brasileira como resultado do ânimo de juventude, das qualidades da nação portuguesa "revigoradas na vivacidade plástica das raças indígenas",<sup>208</sup> Prado via a formação da população como consequência da devassidão e da cobiça, a mistura que houve aqui, observava, se deu pelos defeitos e não pelas virtudes dos colonos; e nessa "terra de todos os vícios e de todos os crimes",<sup>209</sup> sem distinção de classe, os valores morais se deterioraram, impactando na formação de uma sociedade triste, sem aptidão para o progresso: uma sociedade tumultuária, extasiada pela luxúria e determinada por "uniões de pura animalidade".<sup>210</sup> É de forma sutil que as teorias raciais davam o arcabouço teórico para a sustentação do pensamento pradiano, o que se percebe quando ele concluiu que faltava a esse povo o espírito construtor, a iniciativa de produzir do inglês e do norte-americano. Daí a defesa do branqueamento.

Na descrição que fez dos moradores de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, deixou transparecer certa dose de oclofobia<sup>211</sup> e sua condição de classe. Em *Retrato do Brasil*, elegeu observações de viajantes estrangeiros que maldiziam as cidades brasileiras. O Rio era "uma das mais imundas associações de homens debaixo dos céus"<sup>212</sup>. Rango, um viajante alemão, "notou logo ao desembarcar o cheiro penetrante, adocicado, que exalavam as ruas cheias de

---

<sup>207</sup> *Ibid.*, p. 150.

<sup>208</sup> BOMFIM, M. *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política*, p. 293.

<sup>209</sup> PRADO, P. *op. cit.*, p. 76.

<sup>210</sup> *Ibid.*, p. 89.

<sup>211</sup> Oclofobia, aversão à plebe. (Ferreira, 1999, p. 1431).

<sup>212</sup> John Luccock, citado por PRADO, P. em *Retrato do Brasil.*, p. 156.

negros carregando fardos no calor intenso".<sup>213</sup> O livro retrata uma Bahia dominada por "negros e mulatos", com suas vielas e seus mercados, onde se comerciavam uma diversidade de alimentos prontos para o consumo, que de acordo com um cronista da época, eram "ótimos pelo asseio para tomar para vomitórios".<sup>214</sup> Conforme o relato, o açúcar conferiu um status mais nobre a Pernambuco. Era o que chamou de "Portugal americano", tinha um "ar civilizado que lhe emprestava a proximidade das terras de além mar".<sup>215</sup> Prosseguiu dizendo que de suas cidades, Recife era mais opulento, "menos influenciado pelo mestiço".<sup>216</sup> Olinda também produzia uma agradável sensação, exceto "no calor do meio dia, tinha a surpresa das ruas cheias de negros, dando à cidade uma aparência sombria e tristonha".<sup>217</sup>

Paulo Prado tinha uma impressão muito negativa da sua terra. A descrença no mestiço e no brasileiro é patente, ele não conseguia conter o seu enfado e, ainda que não admitisse, tinha aversão aos negros e descendentes. Na sua perspectiva, o Brasil era habitado por um povo triste e melancólico, apático, doente, de vida social nula, incapaz de manifestações coletivas duradouras, sem apego ao solo, um país de "indigência intelectual e artística". Essa maneira de enxergar o Brasil colocava o autor em oposição à sociedade, operando um distanciamento entre ambos. O paulistano era um aristocrata e não negava suas raízes. Liberal, se assumia um cosmopolita, integrava a "elite europeizada", não tinha interesse em expandir a participação popular na política, por isso mantinha abertas as fissuras do passado com vistas a perpetuá-las. Muito diferente de Manoel Bomfim, que na ânsia de arquitetar uma nação que alcançasse todos, acabou por exagerar em ocultar as contradições sociais do Brasil Colônia, e contribuiu assim para a construção da história oficial brasileira: o mito da virtuosa fusão das três raças, o povo é bom e deve participar da comunhão nacional. Enxergou uma nação portuguesa em plena Idade Média, divisou valores pátrios nos colonos primitivos, refutando a má fama destes, e proclamou a precocidade da formação nacional brasileira no continente americano.

O otimismo de Bomfim era marcante, sobretudo em *O Brasil na América*, trabalho em que buscava destacar sua pátria e revelá-la viável. E se o Brasil era o seu foco, o problema

---

<sup>213</sup> PRADO, P. *op. cit.*, p. 156.

<sup>214</sup> *Ibid.*, p. 153.

<sup>215</sup> *Ibid.*, p. 103.

<sup>216</sup> *Ibid.*, p. 150.

<sup>217</sup> *Ibid.*, p. 151.



não poderia estar no povo, na negritude de sua gente; o ponto crítico estava no comportamento e na visão da "classe dirigente", que se voltava para fora e desprezava os nacionais, considerados *indolentes e preguiçosos*.<sup>218</sup> Para Bomfim, essa classe, descendente do reino<sup>219</sup>, se comportava como alienígena, distanciando-se das questões econômicas, políticas e sociais de seu país. Parasitava o trabalho escravo e em nada contribuía para o engrandecimento da nação. Mas o sergipano não restringiu suas farpas somente à "elite", em *América Latina* – em que foi bem mais duro em suas críticas – foi incisivo quanto à atuação da Igreja. Nas considerações de Bomfim, Estado e Igreja amparavam-se e esta

escraviza os espíritos, assegura a obediência das populações, semeia superstições, de modo a tornar quase impossível qualquer tentativa de reforma e progresso social. É a escravidão absoluta, intelectual e moral. Ao mesmo tempo explora como pode o trabalho das pobres raças escravizadas, enriquece com ele e lá vai para Roma, ou para onde for mister, todo fruto do trabalho de milhares e milhares de índios e negros.<sup>220</sup>

Todavia, a fé lusitana teria desempenhado papel relevante na história do Brasil. Quando Bomfim se referiu aos antecedentes do colonizador falou da "poderosa unidade religiosa do português", motivo que teria estimulado a luta contra os holandeses, e os diferenciado dos franceses na ocupação da terra;<sup>221</sup> Prado não pensava dessa forma, apesar de concordar com a forte religiosidade do português, entendia que a "Renascença e a Reforma (...) modificaram a estrutura social e moral da civilização ocidental" e Portugal mergulhou na "desmoralização dos costumes".<sup>222</sup> Não entreviu motivações religiosas no conflito com os batavos. Ao contrário, como já dito, assinalou que as "considerações materiais sobrepujavam os vislumbres de revolta nativista".<sup>223</sup> Segundo o paulistano, a força da religião e o princípio cooperativo observados nos primitivos colonos do norte, imprimiram um forte traço em toda colonização e promoveram a independência dos Estados Unidos. Era o que, na opinião dele, havia faltado ao português: a determinação, as condições e as circunstâncias que a religião

<sup>218</sup> BOMFIM, M. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, p. 334.

<sup>219</sup> Reinol é o natural do reino, ou seja, o português.

<sup>220</sup> BOMFIM, M. *América Latina: males de origem*, p. 117.

<sup>221</sup> Idem, *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, p. 86.

<sup>222</sup> PRADO, P. *op. cit.*, p. 134/5.

<sup>223</sup> *Ibid.*, p. 146.

promoveu ao norte do continente.<sup>224</sup> Aqui, ao que parece, ressalta-se a questão da subjetividade como elemento de identidade nacional, logo, de formação de nação.

Nossa unidade nacional, segundo Bomfim, era herança da história de Portugal, que teve de permanecer unido para se consolidar enquanto nação, e poder se separar de Castela. Desmembrado da Espanha, afirmou, Portugal pôde estabelecer "uma pátria distinta, nitidamente representada numa só política, por um só Estado".<sup>225</sup> Para ele, a formação do Estado foi pioneiramente em solo português, e graças a esse legado, o Brasil se fez uma nação una, extensa e centralizada, com eles, adquirimos, a capacidade de organização, de unidade política, de centralidade, de sentimento de pátria, "daí resulta, em grande parte que, desde cedo a colônia portuguesa se unificou na idéia explícita de um Brasil, abstração e realidade, a que todos se referem, desde que a nova sociedade toma conta da terra".<sup>226</sup> E assim se fez uma pátria, a primeira da América, no entender do sergipano. A vontade nacional, declarou, venceu o holandês e impôs derrotas sucessivas à poderosa França.

E assim, como num moto-contínuo, o que o nortista glorificava, o sulista detraía. Prado admitia a herança portuguesa, salientava, porém, que foram a indolência e a passividade da população que facilitaram "a preservação da unidade social e política do vastíssimo território"; além da língua, do culto em comum e do ódio ao castelhano.<sup>227</sup> Destacou a contribuição da pesada máquina administrativa de Lisboa, encarando-a como mais eficaz que o líder Simon Bolívar<sup>228</sup> – Brasil permaneceu único; enquanto a "outra América" se dividia.<sup>229</sup> Outros fatores foram decisivos na manutenção da unidade do país, em sua opinião: a elevação do Brasil a reino, "a intervenção superior dos homens da independência e do Primeiro Reinado, a extinção da guerra civil, a centralização monárquica".<sup>230</sup> Porém, repisou, "esse era o grande milagre".<sup>231</sup>

---

<sup>224</sup> *Ibid.*, p. 133.

<sup>225</sup> BOMFIM, M. *op. cit.*, p. 90.

<sup>226</sup> *Ibid.*, p. 70.

<sup>227</sup> PRADO, P. *op. cit.*, p. 196/7.

<sup>228</sup> Simon Bolívar, nascido em 1783 e morto em 1830, líder latino-americano, de inegável ascendência negra, conduziu rebeliões contra o império espanhol. Lutou pela libertação da Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia. (GOTT, R. *À sombra do libertador: Hugo Chávez e a transformação da Venezuela*, p. 139).

<sup>229</sup> PRADO, P. *op. cit.*, p. 198.

<sup>230</sup> *Ibid.*, p. 198.

<sup>231</sup> *Ibid.*, p. 199.

No entanto, conforme o autor de *Retrato do Brasil*, se Portugal nos legou a língua, a religião, as instituições políticas, a estrutura administrativa, nos legou também a escravidão, além da tristeza, evidentemente. O pioneirismo português na navegação da Costa da África permitiu àquele reino tomar frente no comércio negreiro, mas, asseverou que a servidão era nefasta, destruiu o tecido social, desde os primeiros tempos envenenou nossa formação, "não tanto pela mescla de seu sangue como pelo relaxamento dos costumes e pela dissolução do caráter social".<sup>232</sup> Considerava que a servidão havia viciado o colono, todo trabalho na colônia era executado pelos escravos, os demais habitantes se dedicavam a buscar ouro. Mas, o regime escravo era

a imoralidade, a preguiça, o desprezo da dignidade humana, a incultura, o vício protegido pela lei, o desleixo nos costumes, o desperdício, a imprevidência, a subserviência ao chicote, o beija-mão ao poderoso – todas as falhas que constituíram o que um publicista chamou de filosofia da senzala, em maior ou menor escala latente nas profundezas inconfessáveis do caráter nacional.<sup>233</sup>

A proposta de erradicar o trabalho servil ocupou praticamente todo o século XIX. As pressões inglesas, o alto preço do "negro" no mercado, o interesse de cafeicultores em substituir a mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado e as fugas constantes dos cativos alimentavam os debates, e a questão da abolição tomou conta do cenário nos últimos anos do século. Assim, como outros pensadores de seu tempo, Prado rejeitou a escravidão. Entretanto, limitado pela sua condição social, o autor não avançou muito em suas formulações e críticas, apesar de assentir com a sociologia que as diferenças entre brancos e negros eram "quantitativas e não qualitativas" e que "o ambiente e os caracteres ancestrais" determinavam "mais o procedimento do indivíduo do que a filiação",<sup>234</sup> culpou a vítima pelo crime, ao considerar os escravos "terríveis elementos de corrupção no seio das famílias" e os "mulatinhos e as crias (...) perniciosíssimos".<sup>235</sup>

A mesma rejeição à servidão, vemos em Manoel Bomfim, porém, conforme apontado por Uemori há uma mudança drástica no discurso do autor entre *América Latina* e *O Brasil na América*.<sup>236</sup> Em seu primeiro trabalho, Bomfim foi contundente, designava o português um

---

<sup>232</sup> *Ibid.*, p. 150.

<sup>233</sup> *Ibid.*, p. 194-5.

<sup>234</sup> *Ibid.*, p. 191.

<sup>235</sup> *Ibid.*, p. 154.

<sup>236</sup> UEMORI, C. N. *Explorando em campo minado: a sinuosa trajetória intelectual de Manoel Bomfim em busca da identidade nacional*, p. 99.

parasita, que vivia do trabalho escravo. Este era considerado apenas uma máquina, destacou o sergipano,

Comprado ou vendido, o negro ou o índio era um capital; o chicote, o meio de crescer-lhe o juro, o recurso para que não se extraviasse. "Fazia-se ao negro o que não é lícito fazer a nenhuma espécie de gado".<sup>237</sup>

E continuou: "não havia nada de humano nas relações de senhor e escravo".<sup>238</sup> Por isso, afirmou que a saída para eles era a morte, o que ocorria com frequência. Insistiu que na América do Sul a escravidão "foi a objeção moral, a degradação do trabalho, o embrutecimento e o aniquilamento do trabalhador".<sup>239</sup>

Já em *O Brasil na América*, tentou amenizar seus horrores, admitindo-a "menos dolorosa aqui do que em qualquer das outras colônias modernas".<sup>240</sup> Adornou as relações entre negros e os proprietários de terras, em sua descrição "a vida em geral se fazia com uma relativa aproximação de senhores e escravos e havia para estes mais humanidade".<sup>241</sup> Falou de "inocente escravidão" e que na alma do negro havia liberdade e sombras de felicidade e que se a escravidão afrouxou os costumes, de outro lado, abrandou o coração.<sup>242</sup> O sergipano negou existência de fatos mais graves de hostilidades contra os negros, como a repressão violenta contra os fugitivos.

Afora casos individuais, contra um ou outro senhor mais desumano, as revoltas se limitavam aos quilombos de negros fugidos, e que não eram caçados a dente de *cães de sangue*.<sup>243</sup> (...) O próprio desenvolvimento de Palmares e outros grandes quilombos, mostra que os pretos escravos tinham, no Brasil, possibilidades que não existiam noutras colônias. Palmares foi uma organização política e não um reduto de ódios.<sup>244</sup>

Entretanto, Bomfim não deixou de reconhecer os males que o trabalho cativo gerou, como o atraso no desenvolvimento do país, "além dos maus efeitos morais e políticos".<sup>245</sup> Realçou a condição social do negro, duplamente estigmatizada: expatriado e cativo, todavia,

<sup>237</sup> BOMFIM, M. *América Latina: males de origem*, p. 132.

<sup>238</sup> *Ibid.*, p. 133.

<sup>239</sup> *Ibid.*, p. 133.

<sup>240</sup> BOMFIM, M. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, p. 203.

<sup>241</sup> *Ibid.*, p. 204.

<sup>242</sup> *Ibid.*, p. 204.

<sup>243</sup> Grifo do autor.

<sup>244</sup> BOMFIM, M. *op. cit.*, p. 204.

<sup>245</sup> *Ibid.*, p. 203.

em contraste com Paulo Prado, mostrou-se sensível à situação, imputando à incapacidade dos dirigentes a pendência da questão durante tão longo do tempo.<sup>246</sup>

---

<sup>246</sup> Conforme Bomfim, graças ao Estado bragantino, "o Brasil foi o último país a extinguir a escravidão." BOMFIM, M. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*, p. 406.

## CAPÍTULO II – A NAÇÃO E A QUESTÃO RACIAL.

### 1. A influência da noção de "raça" no debate sobre a formação do Brasil.

O debate sobre a formação da nação no Brasil coincidiu, em certo período, com os debates acerca da escravidão. Esta deixou seqüelas, marcando profundamente a sociedade. Ao negro associava-se a indolência, a miséria e o trabalho. Contudo, o trabalho é essencial para o desenvolvimento do capitalismo, e a nação que se formava ansiava por inserir-se nos circuitos internacionais, mas o Brasil estava condenado por seu povo mestiço, seu passado escravocrata e sua condição de colônia. O liberalismo econômico<sup>247</sup> e as teorias raciais desenganavam o país e muitos ideólogos da época abraçavam a idéia da hierarquização de raças, rejeitavam a mistura e consideravam a miscigenação o nosso maior problema.

No entanto, falar em raça, no que tange à espécie humana, talvez não seja muito adequado e, antes de qualquer ponderação, cabe a pergunta feita por inúmeros autores, entre os quais Azevedo: "existem raças humanas objetivamente dadas, seja em termos biológicos ou culturais, ou a idéia de raça se constrói a partir do olhar historicamente dado de um sobre o outro?"<sup>248</sup> Na discussão das relações raciais, aponta a autora, raça é considerada por alguns "uma idéia historicamente inventada"<sup>249</sup> e sem fundamento na natureza",<sup>250</sup> ou em outras palavras "uma construção social", o que Fields considerou como uma "manobra ideológica" que aprofunda o racismo; para outros, como LaCapra, a palavra "raça" deve vir sempre entre aspas, porque "é uma mistificação pobre com efeitos formidáveis, uma vez que constitui o fulcro de uma das formações ideológicas mais poderosas da história".<sup>251</sup>

---

<sup>247</sup> SCHWARCZ, L. M. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro, p. 163. Citando Dumont (1966), "diz que o racismo é uma perversão do próprio liberalismo; ou seja, que não se trata de pensar em teorias opostas, mas em como uma está contida na outra, já que o liberalismo não deu conta de entender a questão e a manifestação das diferenças entre os homens. O liberalismo teria "naturalizado a igualdade" ao impô-la em um contexto de profunda afirmação das diferenças" (...).

<sup>248</sup> AZEVEDO, C.M. M. *Anti-racismo e seus paradoxos*: reflexões sobre cota racial, raça e racismo, p. 61.

<sup>249</sup> Azevedo salienta que esta idéia "tem sido arma essencial para a reprodução do racismo no dia-a-dia dos mais diversos países". (*Anti-racismo e seus paradoxos*: reflexões sobre a cota racial, raça e racismo, p. 107).

<sup>250</sup> AZEVEDO, C. M. M. *op. cit.*, p. 107.

<sup>251</sup> As observações de Fields e LaCapra foram extraídas do livro de Azevedo, *anti-racismo e seus paradoxos...*, p.19 e 79 respectivamente.

Conforme Guibernau "a raça é um modo de nomear a diferença entre os membros de uma coletividade particular e a 'outra', 'a alheia'",<sup>252</sup> todavia nem sempre foi assim, a noção de raça como um parâmetro diferencial, segundo a autora, tem origem no século XIX, no período de expansão colonial, foi largamente empregada "como um argumento legitimador da dominação européia", e sua "principal utilização foi e ainda é a classificação dos indivíduos na suposição de que diferenças no fenótipo são sinônimos de variações no intelecto e habilidades". Guibernau revelou ainda, que além de ser uma representação arbitrária e mutável, pois se "a princípio a raça foi identificada com classe ou *status*", com o decorrer do tempo, seu sentido acabou se imbricando com a idéia de pátria, e assim "(...) mais tarde, significou cultura, etnicidade ou nação".<sup>253</sup>

Schwarcz recua ainda mais na história para mostrar que a percepção das diferenças entre os homens vem desde a Grécia Antiga, entretanto, "o grande momento inaugurador" se deu com a descoberta do Novo Mundo, quando os europeus entraram em contato com os habitantes do continente americano.<sup>254</sup> O confronto desses povos trouxe à tona as distinções na forma de organização social, essas diferenças que inicialmente eram encaradas com admiração ou espanto, pouco a pouco vão ganhando aspectos de hierarquização, e é no século XIX, invadido pela noção de progresso, e do avanço das ciências que se desenvolveram as chamadas teorias raciais. A diversidade humana passou a ser foco de estudos acadêmicos, as desigualdades econômicas e sociais eram explicadas pelas distintas capacidades inatas das raças. Nascia assim, o racismo, com foros de ciência, gerado nos centros de excelência das universidades européias e, isso lhe auxiliou a conquistar ares de verdade absoluta.

O êxito alcançado pelas doutrinas raciais explica-se em grande parte, pelos interesses que historicamente as constituem. O processo de industrialização capitalista, iniciado no século XVIII, na Inglaterra, disseminou-se pela Europa no decorrer do século XIX, e se intensificaram as pressões dos operários e dos camponeses sobre a burguesia, o avanço da indústria obrigava os países europeus a redimensionar seus mercados. Adicionem-se ainda, as dificuldades de nações como Alemanha e Itália, que, em decorrência da tardia unificação, teriam de externamente desfazer a 'partilha do mundo' e, internamente buscar símbolos que reforçassem o processo da construção nacional. É nesse bojo que as doutrinas raciais se difundem, pois,

---

<sup>252</sup> GUIBERNAU, M. *Op. cit.*, p. 95.

<sup>253</sup> *Ibid.*, p. 96.

<sup>254</sup> SCHWARCZ, L. M. *op. cit.*, p. 148-9.

a ideologia racista legitimava a organização da unidade nacional (burguesa); apagava, em nome de um valor maior (a raça, a nação), as contradições internas (contradições de classe, especialmente em um período de ascensão do movimento operário), justificava tratar os operários como seres inferiores; combatia o internacionalismo proletário; e fundamentava a opressão colonialista. Era uma ideologia, que compartilhada por amplos setores da classe média (e mesmo do operariado), correspondia aos interesses objetivos da dominação burguesa.<sup>255</sup>

Aguiar assinalou que "a máscara científica do arianismo era um truque", que tinha como "objetivo final sancionar o próprio sistema de dominação política".<sup>256</sup> Já na observação de Arendt:

A raça foi uma tentativa de explicar a existência de seres humanos que ficavam à margem da compreensão dos europeus, e cujas formas e feições de tal forma assustavam e humilhavam os homens brancos, imigrantes ou conquistadores, que eles não desejavam mais pertencer à mesma comum espécie humana. Na idéia da raça encontrou-se a resposta dos bôeres à "monstruosidade" esmagadora descoberta na África – todo um continente povoado e abarrotado de selvagens (...) Dessa idéia resultaram os mais terríveis massacres da história (...).

A raça, quer sob forma de conceito ideológico gerado na Europa, ou como explicação de emergência para experiências chocantes e sangrentas, sempre atraiu os piores elementos da civilização ocidental.<sup>257</sup>

A idéia de raça é, portanto, criação de um tempo histórico, um produto social, uma configuração moderna, uma categoria ideológica muito semelhante à conformação de nação. Essa relação foi percebida por Smith em *Las teorías del nacionalismo*, quando se propôs a examinar os movimentos nacionalistas, sua relação com o desenvolvimento econômico e a modernização social e cultural. O autor deparou-se com um problema, como encarar o racismo? Este é um desenvolvimento posterior ao nacionalismo, ou, ao contrário, um movimento ideológico completamente diferente?<sup>258</sup> Para ele a doutrina mais próxima do nacionalismo era o imperialismo. E destacou:

En casi todos los casos históricos, esta ideología es profesada por una etnia o una nación, que cree que tiene la misión de hacer gozar a otras etnias o naciones de los dones de su civilización. Con frecuencia de trata de un caso de simples imperios de conquista, como sucede en los casos asirio y mongol, pero la combinación más sutil de un imperio de conquista con una ética cosmopolita generalmente tiene sus orígenes en la creencia de la superioridad total de la nación conquistadora. (...) Es fácil pasar del aserto de que la propia etnia es la única poseedora de la verdad, de la virtud, de la fuerza, etc., un baluarte de la cultura frente a la barbarie anárquica, al aserto del derecho a la tutela e intervención prolongadas.<sup>259</sup>

<sup>255</sup> ALMEIDA, L. F. R. (Pontifícia Universidade Católica – Campus Monte Alegre). Comunicação pessoal, 2008.

<sup>256</sup> AGUIAR, R. C. *op. cit.*, p. 185.

<sup>257</sup> ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*, p. 215.

<sup>258</sup> O autor se refere ao fascismo, racismo e nazismo, dado à natureza deste trabalho, focou-se somente no racismo.

<sup>259</sup> SMITH, A. *op. cit.*, p. 359.



Ainda, segundo Smith, o racismo se liga ao nacionalismo quando defende a idéia de que o mundo está dividido em raças e que algumas são superiores e por isso devem dominar as mais fracas.<sup>260</sup> Salienta que "la peculiaridad de la posición racista es su premisa biológica", e lembrou que "la importancia del darwinismo social reside en su recurso a la 'ciencia' para justificar una doctrina de las características biológicas inmutables... encerrados en la lucha perpetua del grupo por la dominación".<sup>261</sup>

Uma particularidade do racismo é a sua característica 'a-nacional', surgido na Europa, rapidamente ganhou o continente americano, e, além de não reconhecer as fronteiras nacionais, tampouco é um fenômeno ocidental, visto como uma maneira de estigmatizar as diferenças, com o objetivo de justificar abusos de poder, argumentam Shohat e Stam, ele

é, de um ponto de vista histórico, um aliado e um produto parcial do colonialismo. As vítimas mais óbvias do racismo são aqueles cujas identidades foram forjadas no caldeirão colonial: os africanos, os asiáticos e os povos nativos das Américas, assim como aqueles que foram deslocados pelo colonialismo, como é o caso dos asiáticos e dos caribenhos na Grã-Bretanha ou os árabes na França. A cultura colonialista construiu um sentimento de superioridade ontológica da Europa em relação às "raças inferiores desregradas".<sup>262</sup>

Como os autores observam, o racismo, além de a-histórico, "constitui um sistema hierárquico complexo, um conjunto estruturado de práticas e discursos sociais e institucionais" (...).<sup>263</sup> E, como qualquer idéia dominante, traveste-se como uma verdade plena. Por isso, Shohat e Stam destacaram que "as categorias raciais não são naturais ou absolutas: são construções relativas e específicas, narrativas engendradas por processos históricos de diferenciação".<sup>264</sup>

O racismo, então, dominou a atenção de inúmeros pensadores, e muitos cientistas, ao buscar nas ciências as repostas para os problemas colocados pela sociedade, contribuíram para a constituição e disseminação das mais variadas teorias sobre as raças humanas. O objetivo dessa grande parcela dos intelectuais do século XIX não era somente comprovar a inferioridade da 'raça' negra. Era, também e principalmente, evidenciar a superioridade do branco europeu. E essa superioridade não se restringia somente aos seres humanos. A biologia analisava a fauna e a flora das Américas para concluir que aqui os animais e as plantas eram

---

<sup>260</sup> *Ibid.*, p. 361.

<sup>261</sup> *Ibid.*, p. 362.

<sup>262</sup> SHOHAT, E., STAM, R. *Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação*, p. 45.

<sup>263</sup> *Ibid.*, p. 46.

<sup>264</sup> *Ibid.*, p. 46.

de tamanho menor, o que indicaria a inferioridade do continente frente à velha e poderosa Europa. Schwarcz destaca os trabalhos de estudiosos como o de Conde de Buffon, que, ao constatar a inexistência de animais de grande porte em solo americano, e ainda, ao verificar que os indígenas não tinham pêlos, concluiu tratar-se de um "continente imaturo", idéia que foi incorporada, mas transformada por outros pensadores, como De Paw, para quem este continente não era imaturo e sim decaído, degenerado, e "caminhava para sua bancarrota".<sup>265</sup> A divulgação, em 1859, de *A origem das espécies* fomentou ainda mais as discussões. O darwinismo passou a ser um paradigma, por meio do qual o pensamento conservador reinterpretava a natureza e toda a sociedade equiparando-as. E como do ponto de vista político podiam ser neutras, as teorias de Darwin foram habilmente manipuladas pelos conservadores, servindo para alimentar o imperialismo europeu.

Mas, os Oitocentos também se caracterizaram pela seqüência de movimentos de independência dos países ao sul do continente americano. No Brasil, um dos dois últimos a extinguir a escravidão, o debate sobre as perspectivas de construção de uma verdadeira nação foram fortemente marcados pela *incomoda* presença de grandes contingentes de escravos (e, logo, em seguida, ex-escravos) negros. A grande preocupação era a viabilização de um país com um povo tão heterogêneo em seus traços e sem uma identificação de pátria. De acordo com Azevedo, a partir dos anos (18)70 ganharam força "as soluções imigrantistas e começaram a buscar no exterior o povo ideal para formar a futura nacionalidade brasileira".<sup>266</sup> A defesa da imigração de brancos já era antiga, e *contemplava* três problemas que se arrastaram ao longo do século: 'purificava a raça', gerava braços para substituir a mão-de-obra escrava após a libertação dos negros, e, por fim, afastava o perigo de insurreições como as ocorridas no norte da América do Sul e no Caribe: no Suriname, na Jamaica, em Barbados e principalmente em São Domingos.

A construção nacional enfrentava muitos obstáculos. O tão sonhado progresso e o avanço econômico pareciam estar sempre distantes. Fatores internos como a escravatura, colocavam o país no mais baixo grau de civilização e isso inquietava pensadores. O que certamente contribuiu, para que, paulatinamente, como revelou Costa, a escravidão passasse a ser percebida como um grande mal, que incompatibilizava o país com o desenvolvimento da indústria, inibia o comércio, impedia o processo de capitalização essencial ao desenvolvimento da nação, além de desprestigiar a própria nacionalidade. A mudança de

<sup>265</sup> SCHWARCZ, L. M. *op. cit.*, p. 162.

<sup>266</sup> AZEVEDO, C. M. M. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*, p. 37.

mentalidade também se orientava pelas em doutrinas vindas da Europa. Os "novos" abolicionistas inspiravam-se "no pensamento da Ilustração, no romantismo e na economia clássica" e ainda, no receituário de Augusto Comte.<sup>267</sup>

A partir de 1870, os intelectuais brasileiros, aclimatando as teorias de Gobineau, Le Bon, Lapouge, Spencer e Darwin, fundiam num só conceito as idéias de raça-povo-nação. Essas doutrinas imprimiam um cunho científico à já aceita "inferioridade dos africanos, vista até então, em termos do seu 'paganismo' e 'barbarismo cultural'".<sup>268</sup>

Costa destacou que a "inferioridade racial" do negro serviu de justificativa para a escravidão, "as idéias sobre a incapacidade intelectual da raça negra, seu primitivismo, sua inferioridade, enfim, estavam profundamente arraigados no pensamento coletivo". E por isso, mesmo alguns abolicionistas estavam convencidos dessa superioridade branca. A autora afirma que nos anos que antecederam a abolição, havia no Brasil quem acreditasse "que os africanos representavam uma raça intermediária entre o branco e o gorila: macacos aperfeiçoados e não homens". Raça acaba por traduzir-se em identidade cultural ou étnica, normalmente utilizada na designação de indivíduos negros e descendentes.<sup>269</sup>

O discurso do determinismo racial, na análise de Schwarcz penetra no país no final do século XIX, quando se extinguiu de vez a escravidão e nascia a República. Para Leite, o racismo obteve grande prestígio neste período, por duas razões:

Em primeiro lugar, era a fórmula preciosa para justificar o domínio branco sobre o resto do mundo: se as outras raças eram biologicamente inferiores, se eram incapazes de atingir os valores mais elevados da civilização, só poderiam sobreviver como massas trabalhadoras submetidas aos brancos. Essa justificativa era mais sutil do que parece à primeira vista: através dela, o europeu não chegava a sentir conflito ideológico com seus ideais democráticos e liberais. Não fora ele, europeu, que intencionalmente estabeleceu as diferenças entre as raças; ao contrário, estas eram determinadas pela natureza. Em segundo lugar, o racismo parecia justificado pela teoria evolucionista de Darwin e também sob este aspecto se harmonizava com a vida intelectual européia: se o homem resultara de uma longa evolução, na qual sobreviveram os mais capazes, as várias raças estariam em estágios diferentes de evolução e as menos capazes deveriam ser destruídas pelas mais aptas.<sup>270</sup>

Enquanto grande parte dos pensadores europeus estava plenamente convicta da validade das teorias raciais e da inviabilidade de uma nação composta por "população mista", no Brasil, ganhava força os "homens das ciências". Tratava-se, segundo Schwarcz, de "grupos

<sup>267</sup> COSTA, E. V. *Da senzala à colônia*, p. 426-8.

<sup>268</sup> AZEVEDO, C. M. M. *op. cit.*, p. 62.

<sup>269</sup> COSTA, E. V. *op. cit.*, p. 413-4.

<sup>270</sup> LEITE, D. M. *O caráter nacional*, p. 27.

de intelectuais, crescentemente congregados nos diferentes institutos de pesquisa, (...) ávidos leitores da produção científica, sobretudo européia".<sup>271</sup> Além dessas instituições, a fundação das faculdades de direito em São Paulo e em Pernambuco e de medicina na Bahia e no Rio de Janeiro serviram para fomentar a pesquisa e ampliar as discussões.

A preocupação com os rumos da nação e a influência do ideal racista são nítidas nestes centros educacionais<sup>272</sup>, o mesmo ocorreu com as faculdades de medicina, fundadas na Bahia e no Rio de Janeiro. Havia como revelou Schwarcz:

uma disputa de hegemonia na medicina, entendida, nesse momento, como uma prática profissional em processo de construção. Os médicos da faculdade do Rio de Janeiro buscavam sua originalidade e identidade na descoberta de doenças tropicais como a febre amarela e o mal de Chagas (...). Já os médicos baianos farão o mesmo ao entender o cruzamento racial como o nosso grande mal, mas, ao mesmo tempo, nossa suprema diferença. Ou seja, enquanto para os médicos cariocas tratava-se de combater *doenças*, para os profissionais baianos era o *doente*, a população doente que estava em questão. Era a partir da miscigenação que se previa a loucura, se entendia a criminalidade (...).<sup>273</sup>

Contudo, independentemente da formação dos intelectuais, o que estava na pauta das discussões da época, era a "nossa definição enquanto povo, e a deste país como nação, o que os fazia colocar as relações raciais no centro de suas preocupações teóricas e de pesquisa, bem como a sua atuação política".<sup>274</sup> Pensadores como Nina Rodrigues, Silvio Romero, Oliveira Lima, Euclides da Cunha, Tobias Barreto, Tavares Bastos, entre outros se notabilizaram pelas suas análises e previsões sobre o futuro do Brasil. Na "era das ciências", destaca Schwarcz, esses homens se viam não só criadores de "novas teorias, mas também de uma nova nação".<sup>275</sup>

O pessimismo desses intelectuais, que se sentiam responsáveis pela nação que se formava, era em grande parte resultado da influência da literatura. Eles tendiam a interpretar a sociedade brasileira a partir de idéias formuladas na Europa, e esse influxo aumentava com a presença e os relatos dos viajantes que por aqui aportavam e constataavam as tristes implicações da mistura racial, como José Ingenieros, Louis Couty, Louis Agassiz, Arthur de

<sup>271</sup> SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*, p. 36-7.

<sup>272</sup> Schwarcz afirma que a noção de 'raça' entra no Brasil, por intermédio desses estudiosos e salienta que a idéia surge como uma noção negociada, construída em finais do século XIX, "nas mãos desses 'homens de ciencia' reunidos nas faculdades de direito e de medicina, nos museus etnográficos e nos institutos históricos nacionais." (Schwarcz, 1996, p. 172).

<sup>273</sup> *Ibid.*, p.190.

<sup>274</sup> CORRÊA, M. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*, p. 40.

<sup>275</sup> SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*, p. 150.

Gobineau, só para citar alguns dos muitos estrangeiros que visitaram o Brasil. Parece que os nossos estudiosos se rendiam à importância cultural e à "superioridade" do Velho Continente e, por isso, incorporavam as teses por lá desenvolvidas sem se darem conta das divergências sociais, políticas e econômicas entre os países. Como assinalou Ianni:

Eram evidentes o ecletismo, o anacronismo, e exotismo, se pensamos nas convergências e nos desencontros entre as idéias e a realidade. A realidade social, econômica, política e cultural (...) não se ajustava facilmente às idéias e aos conceitos, aos temas e às explicações emprestados às pressas de sistemas de pensamento elaborados em países da Europa. (...) uma solução (...) era a combinação de diversas correntes de idéias e distintas práticas, um singular amálgama de alguma eficácia.<sup>276</sup>

Fica claro que a adoção desses novos preceitos numa sociedade como a brasileira, representava uma contradição. Schwarcz salientou que mesmo tais teorias recebendo uma nova roupagem e obedecendo a uma lógica peculiar, no auge da discussão da questão nacional, elas causavam desconforto, pois para a autora,

se é certo que o conhecimento e a aceitação desses modelos evolucionistas e darwinistas sociais por parte das elites intelectuais e políticas brasileiras traziam a sensação de proximidade como mundo europeu e de confiança na inevitabilidade do progresso e da civilização, isso implicava, no entanto, certo mal estar quando se tratava de aplicar tais teorias em suas considerações sobre as raças. Paradoxalmente, a introdução desse novo ideário científico expunha, também, as fragilidades e especificidades de um país já tão miscigenado.<sup>277</sup>

Essencialmente, as diferenças humanas que tanto incomodavam os pesquisadores, tinham em solo brasileiro uma relevância maior, pois, se, como afirmou Arendt, na Europa a ideologia racista chegou "no momento em que os povos europeus já haviam preparado, e até certo ponto haviam realizado, o novo corpo político da nação",<sup>278</sup> no Brasil, ela entra em cena logo no princípio da organização política, criando raízes mais profundas e contagiando toda a sociedade. Conforme Silva, o processo de construção da nação brasileira se particularizou pela indissociabilidade de dois traços básicos de nossa formação social: a situação de colônia e a escravidão.<sup>279</sup> Havia ainda outras especificidades, como o indígena, a miscigenação, as condições sociais e econômicas da maioria da população e o lugar do Brasil no cenário internacional, que incitavam os pensadores a dar respostas aos conflitos que se apresentavam. E o negro era o "problema" mais visível.

---

<sup>276</sup> IANNI, O. *A idéia de Brasil moderno*, p. 17-8.

<sup>277</sup> SCHWARCZ, L. M. *op. cit.*, p. 34-5.

<sup>278</sup> ARENDT, H. *op. cit.*, p. 191.

<sup>279</sup> SILVA, A. R. C. *Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio: 1783-1823*, p. 19.

Dessa forma, era tentador explicar o atraso, a pobreza pelo aspecto étnico, por isso, naquele momento histórico, a "raça" tornou-se um parâmetro para se pensar na construção de uma nação. De acordo com Aguiar o racismo científico predominava no debate brasileiro e, ainda que com variantes, impregnou na intelectualidade da época, de modo que a idéia de desigualdade de raças se ligava a da questão nacional. O que se discutia, argumenta, era a "possibilidade de se constituir uma nação a partir de gente predominantemente inferior – negros, índios e mestiços".<sup>280</sup>

Em busca de uma identidade brasileira é que a geração de 1870 *aclimatou* as teorias européias e abraçou o darwinismo social, o evolucionismo. Os "homens de ciências" envidavam todos os esforços na interpretação e compreensão dos problemas nacionais, perseguiram soluções precisas que só a ciência poderia proporcionar. Schwarcz destaca que a antropologia criminal, partindo dos exames fisionômicos defendia que "nas características físicas de um povo é que se conheciam e reconheciam a criminalidade, a loucura, as potencialidades e os fracassos de um país".<sup>281</sup> Entendido como um "critério objetivo de análise", tal método oferecia aos estudiosos da questão "uma série de certezas não apenas sobre o indivíduo, como também acerca da nação", e nas palavras de Laurindo Leão – professor de direito criminal, citado por Schwarcz, resume-se o pensamento da época: "uma nação mestiça é uma nação invadida por criminosos".<sup>282</sup>

Os modelos deterministas representavam a vanguarda do pensamento brasileiro. Para os intelectuais da época, sobretudo àqueles advindos da Escola de Recife, ciência era sinônimo de civilização, avanço cultural, econômico e social, é novamente Schwarcz que afirma:

A recepção dessas teorias científicas deterministas significava a entrada de um discurso secular e temporal que, no contexto brasileiro, transformava-se em instrumento de combate a uma série de instituições assentadas. No caso da faculdade de Recife, a introdução simultânea dos modelos evolucionistas e social-darwinistas resultou em uma tentativa bastante imediata de adaptar o direito a essas teorias, aplicando-as à realidade nacional.<sup>283</sup>

Dos pensadores brasileiros daquele século, alguns nomes merecem maior destaque, pela sua obra, pelo prestígio que desfrutaram entre seus pares, e pela interlocução ou influência de suas idéias com as idéias de Manoel Bomfim e de Paulo Prado, objeto de

---

<sup>280</sup> AGUIAR, R. C. *op. cit.*, p. 322.

<sup>281</sup> SCHWARCZ, L. M. *op. cit.*, p. 167.

<sup>282</sup> *Ibid.*, p. 167.

<sup>283</sup> *Ibid.*, p. 150.

reflexão do presente trabalho. No campo jurídico, podemos citar Silvio Romero, grande desafeto de Manoel Bomfim, que se distinguiu pela erudição e pela contundência. Descrito por Bosi como "a consciência ativa e vigilante da Escola do Recife",<sup>284</sup> empenhou-se por orientar-se pela ciência, inspirava-se em autores como Darwin, Haeckel e Spencer para fazer valer seu "naturalismo evolucionista, em oposição ao positivismo francês".<sup>285</sup> O sergipano via no "critério etnográfico" a chave dos problemas nacionais, a raça era encarada como problema central na discussão do país. Como assinalou Schwarcz, para Romero "tudo passava pelo fator raça, e era a ele que se deveria retornar se o que se buscava era justamente o futuro da nação".<sup>286</sup> Dessa forma, aceitava a mestiçagem, sempre pautado pelo determinismo biológico, divisava a luta pela sobrevivência entre os seres humanos, a exemplo da teoria darwinista, e percebia o "mestiço como produto final de uma raça em formação".<sup>287</sup>

O destaque do aspecto contraditório do pensamento de Romero ficou a cargo de Abdala Júnior, ao assinalar que embora Romero tivesse "na mestiçagem o ideal da identidade nacional brasileira", argumentava em favor do branqueamento, pois alimentava a esperança de que com "a extinção do tráfico, o gradual desaparecimento dos índios e a constante entrada da imigração européia", o perfil do brasileiro assumiria cada vez mais os caracteres brancos. E isso teria impacto positivo sobre o Brasil, porque assim como outros intelectuais do seu tempo, ele, "muito preso a superstições científicas", acreditava na hierarquia entre as "raças", e dessa forma, aumentar o número de brancos significava melhoria para o país.<sup>288</sup>

No entanto, notou Aguiar, esse apoio à miscigenação sofreu um revés por volta de 1900, quando o sergipano passou a enxergar a mestiçagem como fator de degradação racial.<sup>289</sup> Descrente da possibilidade de o país tornar-se uma verdadeira nação em curto prazo, abandonou a "saída étnica" e tornou-se um defensor do "arianismo ortodoxo".<sup>290</sup> Ficou claro que, na percepção de Romero e de seus pares da academia de Recife, o mestiço representava

---

<sup>284</sup> BOSI, A. História concisa da literatura brasileira, p. 279.

<sup>285</sup> SCHWARCZ, L. M. *op. cit.*, p. 153.

<sup>286</sup> *Ibid.*, p. 154.

<sup>287</sup> *Ibid.*, p. 154.

<sup>288</sup> ABDALA JÚNIOR, B. Silvio Romero: história da literatura brasileira, p. 207-9.

<sup>289</sup> AGUIAR, R. C. *op. cit.*, p. 325.

<sup>290</sup> Aguiar destaca que foi com este espírito que Silvio Romero leu o livro *América Latina: males de origem* de Manoel Bomfim, e vê aí um das possíveis razões de sua crítica tão virulenta ao conterrâneo.

um obstáculo à construção nacional; na visão desses juristas, relatou Schwarcz, "a nação, passando por um processo lento de evolução, carecia de um tipo único, uma raça delimitada, estando sujeita às tentações da criminalidade, aos abismos da loucura".<sup>291</sup>

Assim, como no direito se destacou Silvio Romero, na área médica cabe distinguir a atuação de Nina Rodrigues. Este maranhense era, como o descreveu Aguiar, "a mais completa tradução do racismo científico".<sup>292</sup> E como apontou Corrêa, apesar de repudiar a escravidão, via o negro como o fator que inferiorizava nosso povo e esperava que a ciência desmontasse "a pretensão de uma suposta igualdade entre os homens, justificação ideológica da abolição",<sup>293</sup> visto que para ele a miscigenação acarretava a degenerescência étnica; dessa forma, a mistura não traria o benefício da melhora apregoada por Romero, mas a degradação do elemento branco.

Conforme Schwarcz, Nina e seus contemporâneos de cátedra, atentos aos problemas do mestiçamento, se esmeraram por estabelecer relações entre doenças e raças. A condenação da mistura, a hierarquização racial e a 'raça' como tema fundamental em suas análises, "considerações e diagnósticos sobre os destinos da nação",<sup>294</sup> eram marcantes nesses trabalhos. Embora com uma boa bagagem teórica, Nina não conseguiu escapar à influência dos escritos de Lombroso e Lacassagne. Daí sua crença na hereditariedade como destino e no comportamento do indivíduo predeterminado pela sua conformação biológica.<sup>295</sup>

O interesse do médico maranhense pelas questões raciais e pela formação nacional é que mais chama a atenção de seus biógrafos. Apóstolo Neto assinalou que Nina Rodrigues foi o primeiro estudioso do país, da virada do século XIX para o XX, a colocar o problema do negro brasileiro enquanto um problema social, como uma questão de suma importância para a compreensão da formação racial da população brasileira; ainda que pese a perspectiva racista, nacionalista e cientificista que conforma a prática discursiva do autor.<sup>296</sup> Como revelou Schwarcz, "é a partir de sua atuação que se consolida um processo de afirmação profissional,

---

<sup>291</sup> SCHWARCZ, L. M. *op. cit.*, p. 167.

<sup>292</sup> AGUIAR, R. C. *op. cit.*, p. 533.

<sup>293</sup> CORRÊA, M. *op. cit.*, p. 65.

<sup>294</sup> SCHWARCZ, L. M. *op. cit.*, p. 207.

<sup>295</sup> CORRÊA, M. *op. cit.*, p. 90-2.

<sup>296</sup> APÓSTOLO NETO, J. Os africanos no Brasil: Raça, Cientificismo e Ficção em Nina Rodrigues, p. 1.



cujo propósito ia além da mera defesa da medicina legal".<sup>297</sup> A atividade médica, deslocando o seu foco, passou a se ocupar mais do doente e menos da doença, pois para os médicos, o problema era o criminoso e não o crime. Há uma interface desta disciplina com o direito, mas com divergências de opiniões; enquanto no direito argumentava-se que a pena deveria ser condizente com o crime, estudiosos como Rodrigues defendiam penas diversas para raças com níveis distintos de evolução.

E, num tempo em que era comum a equiparação entre a sociedade e o indivíduo, tempo em que a biologia era o paradigma para explicação da sociedade, essa aliança entre as duas áreas do conhecimento era de fato um modo de atuação da ciência. A união entre elas foi bem percebida por Corrêa, para quem havia continuidade na atuação de Nina Rodrigues e Silvio Romero. Segundo essa pesquisadora, ambos os saberes viam a sociedade como um organismo complexo, que a exemplo do corpo humano, nasce, se desenvolve, adoece e morre, e a medicina poderia contribuir "para diagnosticar e indicar o tratamento adequado, de acordo com os parâmetros médicos e jurídicos, dos atos que atentem contra a normalidade da vida social".<sup>298</sup>

Apesar da dedicação e do interesse do médico em compreender as "raças" que colaboraram na composição da nossa população, em seu trabalho a formação nacional não podia ser explicada, uma vez que o brasileiro era majoritariamente descendente de negros, índios e mestiços – tidos por ele como seres inferiores. Esse era o grande impasse de sua formulação: num país atrasado com seu povo mestiço, a nação era pensada em termos raciais e não "a partir de critérios econômicos ou culturais".<sup>299</sup> E, nesse aspecto, Rodrigues não avançou.

Outro intelectual que contribuiu para a disseminação das idéias racistas foi Euclides da Cunha, engenheiro carioca, que tinha uma visão muito negativa do homem tropical. Conforme Galvão, no livro *Os Sertões*, temos "um verdadeiro libelo contra o mestiço", considerado:

*desequilibrado e comparado ao histérico, acusado de hibridez moral, chamado de dispersivo e dissolvente, além de oscilar entre influxos opostos de legados discordes. A mestiçagem é enfaticamente qualificada como perniciosa. O índio é declarado incapaz de compreender as mais simples concepções de um estado mental superior. O negro não consegue alçar-se ao nível intelectual médio do indo-europeu.*<sup>300</sup>

<sup>297</sup> SCHWARCZ, L. M. *op. cit.*, p. 211.

<sup>298</sup> CORRÊA, M. *op. cit.*, p. 94.

<sup>299</sup> SCHWARCZ, L. M. *op. cit.*, p. 209.

<sup>300</sup> GALVÃO, W. N. Euclides da Cunha: os sertões, p. 162. (Grifos da autora).

Muito preso aos determinismos de seu tempo, Cunha possuía grande interesse em entender a influência que o clima poderia exercer sobre os seres humanos. Isso porque, assim como a raça está para Nina Rodrigues, o meio está para Euclides da Cunha. O meio, como detectou Corrêa, "estava no centro de suas preocupações e era uma parte fundamental de sua formação teórica".<sup>301</sup> Para Bosi, aí está o grande diferencial desse "engenheiro sociólogo", que retratou em *Os Sertões* a face trágica da nação brasileira.<sup>302</sup>

No nordeste do Brasil, ele pôde observar dois tipos de mestiço: o mulato e o curiboca<sup>303</sup>. A miscigenação, após sucessivos cruzamentos, havia produzido no país uma população de grande heterogeneidade, e o mulato, com sua grande variabilidade fenotípica, era a clara expressão deste fato, mas o sertanejo era um tipo peculiar, tanto no seu físico, quanto no seu comportamento. De acordo com Galvão, descendente dos bandeirantes paulistas, isto é, dos mamelucos, isolada no meio do sertão, essa gente dedicava-se "coletivamente ao trabalho nômade do regime pastoril, manifesta os traços psicológicos da índole aventureira dos bandeirantes e da impulsividade indígena", tinha maior uniformidade em suas feições, era forte; contudo, "por ter parado no tempo, igualmente atrasado e supersticioso".<sup>304</sup> É evidente no raciocínio do autor a influência determinista na idéia de que o meio condicionava o homem.

Entretanto, o desenrolar da guerra, a resistência do sertanejo não revelou inferioridade, nem degeneração, o que abalou os seus preceitos. Postas à prova suas convicções teóricas, o autor de *Os Sertões* vacila e, para não trair sua consciência, procura conciliar o que presenciou em Canudos com as teorias racistas que tinha em mente. Mas, na interpretação de Galvão, ao enfrentar esse "drama intelectual" o autor caiu numa armadilha, pois contradisse as teorias desenvolvidas em seu livro, ao concluir que:

o brasileiro do sertão seria o primeiro produto da miscigenação dos bandeirantes brancos com os índios durante três séculos de isolamento. Essa mistura, onde só entrariam as melhores qualidades das duas raças, e que, na melhor tradição nacional, seqüestra o negro, produziu o sertanejo.<sup>305</sup>

Foi nestas circunstâncias que se desenvolveu o debate da construção da nação: embasado e sedimentado pelo pensamento racial, deixando claro que a influência da noção de

---

<sup>301</sup> CORRÊA, M. *op. cit.*, p. 62.

<sup>302</sup> BOSI, A. *op. cit.*, p. 347.

<sup>303</sup> Curiboa, cariboca ou caboclo, é o cruzamento do branco com o índio.

<sup>304</sup> GALVÃO, W. N. *op. cit.*, p. 160.

<sup>305</sup> *Ibid.*, p. 162.

raça era muito mais significativa do que qualquer outro fator que pudesse contribuir para a formação nacional, portanto, o Brasil instituiu sua comunidade política orientada pelos padrões étnicos. Corrêa, fazendo coro a Schwarcz, afirmou que a nação brasileira, "antes de ser pensada em termos de cultura, ou em termos econômicos", foi pensada em termos de raça, mas que a economia, a política e a cultura não estavam excluídas das discussões, apenas se subordinavam ao parâmetro racial.<sup>306</sup> E em meio a essa peleja, se constituía o "nacional", que como Martins descreveu, em *História da inteligência brasileira*, baseado em Capistrano de Abreu, essa "formação", foi um processo lento, que se iniciou no século XVII, ganhou corpo no século XVIII e teve no século XIX seu coroamento e confirmação.<sup>307</sup> Assim como a nação, o brasileiro foi muito determinado pelas questões raciais.

Além da temática racial, fatores econômicos também estavam presentes na discussão da nação e, estes sim, constituíam-se em verdadeiros obstáculos para a viabilidade do país. A construção da identidade nacional se inscreveu num cenário mais amplo, profundamente marcado pelas condições do Brasil em suas relações internacionais. Sampaio Júnior, quando falou do "impasse da formação nacional" destacou as condições históricas, lembrando que:

As dificuldades para a afirmação da nação decorrem das terríveis contradições de uma formação social marcada pelo genocídio da civilização pré-cabralina; pelo ultra-elitismo de uma sociedade incapaz de resolver suas pendências com o passado escravista; pelo caráter predatório assumido pela atividade econômica em relação ao meio ambiente; pela extrema vulnerabilidade do país às vicissitudes do capital internacional e ao arbítrio do sistema imperialista; pela inadequação da base produtiva para atender as necessidades do povo; pelos obstáculos encontrados para afirmar o domínio sobre um território continental, composto de regiões mal articuladas e desconexas entre si; pela falta de identidade nacional de um aglomerado humano recente, oriundo de diferentes partes do globo; pela precariedade das instituições administrativas e políticas que compõem o aparelho de Estado; e, finalmente, pelo arraigado colonialismo cultural de nossas elites.<sup>308</sup>

Essa mesma linha de argumentação encontra-se no depoimento de Lisboa, para quem o Brasil – e a América Latina como um todo – passou a fazer parte do "processo *civilizatório* da modernidade" de forma periférica, agregamos-nos a essa civilização, mas mediante a condição de dominação,<sup>309</sup> e a sociedade que aqui se implanta e se desenvolve é alienígena, uma violência contra os povos primitivos, as dificuldades do passado ressoavam no século XIX, expressas nas palavras do autor:

---

<sup>306</sup> CORRÊA, M. *op. cit.*, p. 52.

<sup>307</sup> MARTINS, W. *História da inteligência brasileira: 1897-1914*, p. 114.

<sup>308</sup> SAMPAIO JÚNIOR, P. A. *Entre a nação e a barbárie*: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado, p. 416.

<sup>309</sup> LISBOA, A. M. *A modernidade tupiniquim*, p. 5-6.

A complexidade da sociedade brasileira está visível desde as suas origens, quando da sua formação na condição colonial como uma economia fundada no contraditório eixo mercantil-escravista, o que é explicado pela promoção da primitiva acumulação capitalista no contexto de expansão mercantilista-europeu – no qual a empresa colonial portuguesa não visava o povoamento, mas a apropriação rápida de um grande excedente sob a forma de lucros obtidos através da comercialização dos produtos coloniais no mercado mundial. (...) Esta busca por enriquecimento fácil gerou o caráter predatório da nossa economia (...).<sup>310</sup>

Consequência das grandes navegações, o Brasil – e a América – surgiu no mundo quando o Velho Continente carecia alargar suas fronteiras, devido ao crescimento do comércio e às dificuldades de negociar com o oriente em razão das invasões turcas, que criavam dificuldades crescentes ao abastecimento de alguns produtos, particularmente da manufatura. Pelo menos, assim descreveu Furtado, ao afirmar que a ocupação econômica das novas terras "constitui um episódio da expansão comercial da Europa".<sup>311</sup> Afirmação corroborada por Caio Prado Júnior, quando asseverou que a expansão se originou "de simples empresas comerciais levadas a efeito pelos navegadores daqueles países", para o autor, a era que se convencionou chamar de "descobrimentos",<sup>312</sup>

não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora. (...) A idéia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. [dos povos europeus]. É o comércio que os interessa.<sup>313</sup>

Ribeiro Júnior, além de confirmar as circunstâncias do descobrimento e seu momento histórico, lembrou que a ocupação de todo o continente latino-americano foi direcionada para atender aos interesses das metrópoles, e as colônias desempenharam papel fundamental para a estruturação e expansão da economia capitalista nascente. Assinalou, ainda que o Brasil – e a América ibérica – "devia fornecer ao mercado europeu produtos tropicais de alto valor comercial, metais nobres e pedras preciosas".<sup>314</sup> Dessa forma, o país já nascia dependente do mercado externo e com um papel determinado: proporcionar o crescimento e desenvolvimento dos países europeus.

---

<sup>310</sup> *Ibid.*, p. 5-6.

<sup>311</sup> *Ibid.*, p. 5-6.

<sup>311</sup> FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*, p. 6.

<sup>312</sup> PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*, p. 13.

<sup>313</sup> *Ibid.*, p. 14.

<sup>314</sup> RIBEIRO JUNIOR, J. O Brasil monárquico em face das repúblicas americanas, p. 147.

Nesse panorama político, a conformação da sociedade brasileira tem em sua origem a condição de colônia, da servidão, da extinção do nativo. Uma população resultado da mistura, mas não da assimilação uniforme dos elementos que a compunham, uma estrutura econômica dependente dos países centrais, uma nação que não conseguia superar seus problemas sociais. É neste contexto que se inseriram as teorias raciais, aprofundando ainda mais a distância entre o Brasil e a sociedade européia. E, neste sentido, tais teorias se constituíam num empecilho aos movimentos nacionais, pois ao imputar aos povos do continente latino-americano as razões de seu atraso, mascaravam as relações de exploração capitalista e marcavam de modo indelével a formação destas nações e seus povos. De outro lado, exerciam o seu papel de ideologia ao fornecerem argumentos "lógicos" para a manutenção do poder dos países europeus.

A categoria 'raça', tão cara para os pensadores do começo do século XX, foi também importante nas análises de Manoel Bomfim e de Paulo Prado. Orientados pelo discurso da época, que relacionava raça e nação, avaliaram o impacto do cruzamento entre negros, brancos e índios na formação da nacionalidade brasileira. Entretanto, as conclusões foram distintas, enquanto para o primeiro, não se punha a viabilidade do Brasil pela questão racial, para o segundo, as dificuldades estavam postas. Conforme o paulistano, a mistura deu origem a uma nova 'raça', que se singularizava pela indolência, pela melancolia e pela tristeza, portanto, a miscigenação havia marcado profundamente nossas origens e definiria nosso futuro.

## **2. Brasil: uma nação miscigenada na interpretação de Manoel Bomfim e de Paulo Prado.**

Manoel Bomfim era filho de pequenos proprietários e comerciantes. Nascido na então província de Sergipe, ele conheceu cedo a realidade da escravidão, partilhou da vida de escravos em sua terra. Quando adulto, por meio de uma expedição ao Rio Doce, teve oportunidade de conhecer mais de perto as condições de vida dos índios botocudos, sobre a qual afirmou Bechelli:

(...) se a sua experiência no engenho do pai possibilitou-lhe perceber como a escravidão era cruel e, conseqüentemente, avaliar sua influência na população negra, a experiência que teve com os índios botocudos lhe deu base necessária para avaliar, a questão do ameríndio – principalmente, na forma como este era tratado pelos brancos.<sup>315</sup>

---

<sup>315</sup> BECHELLI, R. S. *op. cit.*, p. 59.

A formação acadêmica de Manoel Bomfim iniciou-se na Escola de Medicina da Bahia, lá onde Nina Rodrigues se notabilizou pelos seus trabalhos, comprovando o efeito devastador do cruzamento racial. Em meados de 1887, Bomfim, antimonarquista e republicano, vai morar na então capital federal e travar contatos com a intelectualidade da época.

Filho do conselheiro Antonio Prado, ministro do Império, um conservador que defendia uma "abolição gradual" e imigração da mão-de-obra branca, Paulo Prado "com apenas 18 anos de idade, em 1887, participou da formação da Sociedade Promotora de Imigração, ao lado de seu pai e de seu tio".<sup>316</sup> A formação acadêmica de Prado se deu na Faculdade de Direito de São Paulo, aquela que nas palavras de Schwarcz tinha "suas raízes atadas à independência política de 1822 (...) (e dedicou-se) à formação de quadros próprios e de uma elite capaz de orientar os rumos da nação".<sup>317</sup> Concluiu o curso em 1889, ano da República, e como destacou Berriel, "não pertenceu a uma geração digna de nota: era tarde demais para ser romântico e cedo demais para que fosse modernista".<sup>318</sup> Depois de formado, viajou para Europa.

A produção cultural desses dois autores é consequência de um processo de amadurecimento e reflexão. O primeiro livro de Manoel Bomfim, *América Latina: males de origem*, foi publicado em 1905, muito ligado a sua história, trata-se de um atento estudo das condições sócio-econômicas da América Latina e seu passado colonial. A trilogia, publicada anos mais tarde, volta-se ao Brasil e busca explicar nossas especificidades, a marca que ele imprimiu em seu trabalho é o da contestação.

Paulo Prado era um empresário, pouco afeito às coisas brasileiras. Seu trabalho é bem mais conciso que o de Manoel Bomfim, seus livros são baseados em documentos e relatos de viajantes.

Bomfim e Prado, envolvidos nos debates da formação da nação e da questão racial, fizeram uma análise que se opunham embora ambos manifestassem sentimento nacional. Manoel Bomfim rejeitou as argumentações dos seus contemporâneos que atribuíam o atraso brasileiro a categorias deterministas como 'raça' e 'clima'. Para ele, tais categorias, como conceitos explicativos, só teriam sentido dentro de um contexto histórico, através das relações sociais. Neste sentido, entendia o racismo científico como um instrumento de dominação, e o

---

<sup>316</sup> BERRIEL, C. E. O. *op. cit.*, p. 23.

<sup>317</sup> SCHWARCZ, L. M. *op. cit.*, p. 172.

<sup>318</sup> BERRIEL, C. E. O. *op. cit.*, p. 28.

livro *América Latina* foi escrito para dar uma dura resposta aos pensadores europeus. Pretendia mostrar as vantagens do cruzamento ocorrido em solo latino-americano, destacar que os problemas sociais enfrentados pelo continente tinham origem econômica e não racial, revelar as relações de exploração à que estiveram submetidas as colônias ibero-americanas, e, ainda, evidenciar o despreparo dos historiadores que se propunham a estudar nosso passado. Além de denunciar o papel das classes dominantes nacionais na divulgação das idéias racistas.

Negou a inferioridade dos latino-americanos, afirmou que a teoria das raças inferiores não passava de "um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes".<sup>319</sup> Conforme Oliveira, Bomfim "viu com uma clareza espantosa que o povo brasileiro não era inferior, mas inferiorizado".<sup>320</sup>

Darcy Ribeiro, no prefácio de *América Latina*, afirmou que uma das contribuições de Bomfim foi "haver percebido o caráter reacionário e anti-científico do chamado 'darwinismo social'". Ressaltou que:

no tempo em que tantos autores (...) apelavam para esta falsificação como explicação básica da história, Manoel Bomfim a desmascara, afirmando que é desonesto confundir as "alternativas históricas dos povos" com a suposta "inferioridade definitiva das raças".<sup>321</sup>

E, de fato, o darwinismo sociológico defendido por Spencer foi duramente atacado pelo sergipano. Conforme Ventura & Sussekind, trata-se de uma interpretação "da sociedade a partir da evolução das espécies e da seleção natural".<sup>322</sup> Para o filósofo inglês,

deve vigorar na sociedade a liberdade de iniciativa econômica, condenando-se, portanto, medidas previdenciárias ou a intervenção do estado na economia. A proteção ao mais "fraco" entravaria a seleção natural, impedindo a evolução da espécie humana. Ora, o spencerismo converte-se em justificativa ideológica para o liberalismo econômico, o que é apontado em *A América Latina*: (...) a crítica ao darwinismo sociológico se dá pela explicitação do seu vínculo com o liberalismo econômico e com o racismo.<sup>323</sup>

Após a publicação deste primeiro trabalho, Bomfim afastou-se, só retomando sua produção histórico-sociológica na década de 1920, quando escreveu a trilogia sobre as condições históricas do Brasil. *O Brasil na América* é o esforço empreendido pelo sergipano

---

<sup>319</sup> BOMFIM, M. *América Latina: males de origem*, p. 243.

<sup>320</sup> OLIVEIRA, F. Manoel Bomfim, o nascimento de uma nação. In: BOMFIM, M. *A América Latina: males de origem*, p. 23.

<sup>321</sup> RIBEIRO, D. Manoel Bomfim, antropólogo. In: BOMFIM, M. *A América Latina: males de origem*, p. 17.

<sup>322</sup> VENTURA, R. e SUSSEKIND, F. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*, p. 29.

<sup>323</sup> *Ibid.*, p. 29.

para, em suas palavras, "caracterizar a formação brasileira". Ele manteve sua postura crítica em relação ao processo histórico porque passaram as colônias latino-americanas, mas apesar de afirmar que se tratava de uma continuação de idéias, "que nestas páginas de agora se encontre, apenas, o desenvolvimento de conceitos patentes no outro livro",<sup>324</sup> o autor efetuou um corte entre *América Latina* e a trilogia, particularmente, *O Brasil na América*. Se em *América Latina* Manoel Bomfim queria expor as conseqüências nefastas do passado colonial, denunciar a ação imperialista dos países mais ricos, se intencionava trazer à lume os problemas de todo o continente latino-americano; no primeiro livro de sua trilogia, a pesquisa se volta para o Brasil, para estudar as especificidades brasileiras, destacar e enaltecer o que nos tornava ímpares frente às demais colônias ibero-americanas.

Entretanto, esse "corte" não se restringiu a uma "questão geográfica". Como salientou Uemori "a obra de Bomfim (conjunto de textos) não é homogênea", há uma mudança drástica no discurso do autor entre *América Latina* e *O Brasil na América*.<sup>325</sup> O segundo trabalho é um lamento nacionalista, nele o autor romanceou a história, enalteceu os primeiros rudimentos da nação, mitificou o nativo, amenizou os horrores da escravidão, engrandeceu os feitos portugueses, tudo em nome da construção nacional. O livro transborda otimismo e um "expressivo entusiasmo pelo Brasil", como denotou Nunes.<sup>326</sup>

Baggio acusou *O Brasil na América* de "minimizar a influência dos negros sobre a essência da alma brasileira", e, com isso, "reduzir a importância do papel do negro na formação nacional brasileira, pois, como vimos, reforçou a idéia de que nossas raízes nacionais já estavam em franco processo de consolidação no primeiro século e meio da colonização".<sup>327</sup> A análise de Uemori afigura-se mais procedente, segundo ele, não se trata, aí, de negligenciar a contribuição ou negar a presença do negro na formação brasileira, mas sim de dissimular o problema de modo a suavizar as oposições. *Brasil na América*, asseverou, é uma tentativa de harmonização, de não revelar conflitos, de "esquecer" alguns acontecimentos para viabilizar a nação brasileira. E acrescenta: *América Latina* é uma obra anti-romântica; e *O Brasil na América*, romântica, para então concluir que as duas obras são antagônicas, pois,

---

<sup>324</sup> BOMFIM, M. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, p. 27.

<sup>325</sup> UEMORI, C. N. *Explorando em campo minado: a sinuosa trajetória intelectual de Manoel Bomfim em busca da identidade nacional*, p. 99.

<sup>326</sup> NUNES, M. T. Manoel Bomfim: pioneiro de uma ideologia nacional, p. 15.

<sup>327</sup> BAGGIO, K. G. *A outra América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*, p. 200-1.



Se em *América Latina* ele enxergou a violência, o ódio como fatores mediadores das relações sociais entre as classes, em *O Brasil na América* o acento foi colocado na harmonia, na cooperação e na solidariedade entre o colonizador e os "selvagens".<sup>328</sup>

Ao mesmo tempo em que Bomfim escrevia *O Brasil na América*, Paulo Prado publicou *Paulística*, um ensaio regionalista em que investigava a formação de São Paulo; mas a obra mais encorpada do autor é *Retrato do Brasil*. Um ensaio, como ele disse, que se caracterizava pelo seu caráter "não regionalista". Nela, o estudioso paulistano procurou reproduzir em palavras sua impressão do país, e a imagem não podia ser mais implacável. *Retrato do Brasil* é a descrição de um país amargo, marcado pela sua experiência colonial.<sup>329</sup> Ali, Prado destrinçou as mazelas sociais, denunciou a sedução dos trópicos, criticou o comportamento dos habitantes da colônia, reprovou a política da metrópole portuguesa, condenou a escravidão, e lançou dúvidas sobre a eficácia da mestiçagem.

O livro é o espelho da alma do autor carregado nas tintas do pessimismo, nele não há Brasil viável. Éramos um povo triste de uma pátria em ruína, e o futuro do país estava irremediavelmente definido pelo seu passado. É uma contundente reprovação aos ufanistas, como Afonso Celso, para Buonicore, seu "objetivo era combater as visões românticas e o otimismo ingênuo sobre o Brasil".<sup>330</sup> Segundo Nogueira, o bem nascido Paulo Prado surpreendeu a todos pela veemência, com *Retrato do Brasil*, pois,

insurgia-se contra a visão que apresentava o Brasil como um paraíso de riquezas e bondades inesgotáveis, quase sem "vícios", um rincão de belezas naturais incomparáveis, rios caudalosos, matas exuberantes e aves com plumagens as mais formosas, ocupado por um povo pacato e trabalhador, totalmente dedicado a construir uma pátria predestinada a ser perfeita.<sup>331</sup>

Quem também deu destaque ao pessimismo de Paulo Prado em *Retrato do Brasil*, foi Sodré para quem o livro:

reflete o pessimismo, em relação ao nosso País, pessimismo que está ligado, pelo autor, à formação de nosso povo, inferiorizado pelas suas origens. Esse pessimismo em relação ao povo, essa aceitação e eco de preconceitos gerados pelos interesses das classes dominantes, traduz o desespero burguês ante a falta de perspectiva histórica para a sua classe.<sup>332</sup>

<sup>328</sup> UEMORI, C. N. *op. cit.*, p. 105.

<sup>329</sup> PRADO, M. E. Leituras da colonização portuguesa no Brasil do século XX, p. 11.

<sup>330</sup> BUONICORE, A. C. Descobrindo o povo brasileiro, p. 14.

<sup>331</sup> NOGUEIRA, M. A. Paulo Prado: Retrato do Brasil, p. 193.

<sup>332</sup> SODRÉ, N. W *Memórias de um escritor I*, p. 29.

Mas como destacou Nogueira, não que Paulo Prado fosse um antipatriótico;<sup>333</sup> ao contrário, ele queria:

expor para o grande público os entraves e os dilemas que praticamente condenavam o país a uma situação que parecia não se distanciar muito da que havia predominado na antiga colônia portuguesa. Incomodava-o que os brasileiros não tivessem consciência do país em que viviam, que não percebessem o lado sombrio e problemático da sua formação histórica – invariavelmente associado ao passado colônia e à escravidão – e banalizassem romanticamente as dificuldades que lhe travavam o progresso. (...) Não temia, por isso, a polêmica, nem a pecha de "pessimista" Achava-se mesmo condenado a ela e a aceitava com facilidade, quase de modo *blasé*. Ele era, afinal, um modernista.<sup>334</sup>

Na década de 1920, no Brasil as ciências naturais ainda estavam muito dominadas pelas idéias raciais e os intelectuais brasileiros dominados pelo cientificismo. Assim, a idéia da raça como base da nação orientou as análises de muitos intelectuais da época, e poucos pensadores se dispuseram a pensar o país por outro prisma. Como ressaltam Ventura & Sussekind:

A partir de 1870, com a influência do cientificismo, evolucionismo e positivismo, o racismo científico é adotado pela intelectualidade brasileira. As teorias racistas colocavam, porém, um impasse para a elite pensante: se as raças negra e índia, além da latina, eram inferiores, estariam a nação e o povo brasileiros irremediavelmente condenados ao atraso? Tal impasse abria dois caminhos possíveis: ou bem a aceitação da ausência de soluções, ou então a formulação de uma "saída" através de um ajuste das teorias raciais ao contexto brasileiro. Se um Nina Rodrigues, por exemplo, condenava tanto o negro e o índio quanto o mestiço, alarmando-se com a perspectiva de toda a população brasileira tornar-se negra por meio do cruzamento; outros, como Sílvio Romero e Joaquim Nabuco, aceitavam a inferioridade do negro e do índio, defendendo, porém, a sua extinção e integração à raça e à cultura brancas através da miscigenação. Romero acreditava que a miscigenação branquearia, em três ou quatro séculos, a população, principalmente se a imigração aumentasse a proporção do elemento branco na mistura.<sup>335</sup>

Essa inferioridade não convencia Bomfim. Desde seu primeiro livro, *América Latina*, ele foi enfático quanto à questão racial. O eixo central do autor era a nação, mas, como a temática racial embasava as discussões de seu tempo, o autor trabalhava com a categoria refutando qualquer tentativa de inferiorização de seu povo, o que equivaleria inferiorizar a sua nação.

---

<sup>333</sup> NOGUEIRA, M. *op. cit.*, p. 193.

<sup>334</sup> Maria Emilia Prado não concorda com essa apreciação e argumenta que, apesar de impregnado pelo espírito da época, Paulo Prado não era um modernista (Prado. 2006, p. 7). Já Dutra (2000, p. 249) destacou que mesmo com a ativa participação de Paulo Prado na Semana de Arte "não há unanimidade entre os autores que analisam sua obra quanto à aceitação da sua condição de autor modernista ...". E Diniz (2006, p.11) afirmou que, em *Retrato do Brasil*, o autor adaptou as teorias raciais e as usou "à sua maneira. Uma atitude antropofágica tipicamente modernista".

<sup>335</sup> VENTURA, R. e SUSSEKIND, F. *op. cit.*, p. 99.

No livro *O Brasil na América*, buscando caracterizar nossa formação, o autor seguiu os rastros da história e aportou no mundo antigo, no tempo em que Roma era o grande império. Mostrou a resistência ibérica, a linhagem portuguesa, a ruptura entre Castela e a Lusitânia; esse percurso transcorrido por Bomfim, tinha o intuito de provar que as diferenças entre nações se explicam pelo processo histórico, sem qualquer influência de "raça". Conforme afirmou:

Na formação das tradições, para o definir das nacionalidades, tudo se resolve em diferenciações históricas. Raça, clima, religião, língua (...) ficam sem valor, se não há, nos motivos d'alma do grupo, estímulos sociais e morais que exijam afirmações próprias, e determinem, com isto, um destino nacional distinto, que será a *história de um povo*.<sup>336</sup>

A idéia subjacente à rejeição das teorias raciais, na formulação do sergipano, era a da construção da nação. Aceitar a hierarquização das raças inviabilizava o projeto nacional, afinal, que nação poderia ser construída com pessoas inferiores? E esse projeto era muito caro aos intelectuais daquele momento, sobretudo aos pensadores nacionalistas como Manoel Bomfim.

Baseada na presunção da superioridade branca, a tese do branqueamento pressupunha a "purificação" da sociedade brasileira, e os intelectuais da época preocupados com a construção da nação mostraram-se receptivos à idéia. *O Brasil na América* exibe um país mestiço e, refutando as teorias das raças puras, afirma que no caso da população brasileira o cruzamento era uma vantagem.<sup>337</sup> Bomfim nunca se convenceu da fundamentação científica dessas doutrinas, e sobre tal argumentação asseverou: "não chega a ser pérfida, porque é estulta".<sup>338</sup>

Inferiores, com tendências à vida criminosa, menor capacidade intelectual, pouco afeito às atividades contínuas e rotineiras, sem educação e preparo para o trabalho, todas essas acusações pesavam sobre o negro e seus descendentes. Nas páginas de *Retrato do Brasil*, trezentos anos após o descobrimento, o país permanecia estagnado em seu desenvolvimento econômico, com uma população exausta, doente, seus "povoadores mestiçados, sumindo-se o índio diante do europeu e do negro, para a tirania nos centros litorâneos do mulato e da mulata".<sup>339</sup>

<sup>336</sup> BOMFIM, M. *O Brasil na América*: caracterização da formação brasileira, p. 39.

<sup>337</sup> *Ibid.*, p. 167.

<sup>338</sup> Idem, *América Latina*: males de origem, p. 244.

<sup>339</sup> PRADO, P. *Retrato do Brasil*, p. 161.

É manifesta em Prado a crença da degeneração da raça, se em *Paulística*, falava que o Jeca de Monteiro Lobato era o mameluco "ágil e ardiloso" decadente,<sup>340</sup> em *Retrato do Brasil* foi mais longe: falou da "transformação biológica dos elementos étnicos", do mulato que era "o ponto mais sensível do caso brasileiro", da "lei biológica da heterose", do "caboclo miserável (...) o descendente da esplêndida fortaleza do bandeirante mameluco", defendeu claramente a arianização do povo brasileiro – "na cruz contínua (...) o negro desaparece".<sup>341</sup> Na opinião do paulistano, o negro, por causa da escravidão, havia deixado uma marca muito profunda – e negativa – no caráter nacional. Como um bom discípulo de Nina Rodrigues, sugeriu a suscetibilidade dos africanos às doenças e aos vícios, mas não os relacionou às condições sociais em que eles viviam; ao contrário, referiu-se "ao intenso cruzamento das raças e sub-raças", endossando a idéia de cientistas americanos de esterilizar o negro, como forma de eliminar conflitos, revelando uma postura de classe.

Bem diferente pensava Bomfim, na visão do sergipano, o povo brasileiro era o verdadeiro construtor desta pátria; portanto, não podia haver nele qualquer tipo de inferioridade. Em *O Brasil na América* afirmou que quem fez o Brasil, o defendeu, e o expandiu até constituir-se em nação soberana, foram os brasileiros, e esses brasileiros eram mestiços.<sup>342</sup> Decadência para Bomfim, foi o que ocorreu com as nações ibéricas, corroídas pelo parasitismo de seus dirigentes. A idéia do abastardamento dos mestiços e da degeneração da raça, tão ao gosto de pensadores como Nina Rodrigues, que teve em Euclides da Cunha um forte adepto, e, em Prado um sutil defensor, encontrou em Bomfim uma contundente oposição. Conforme Aguiar, "ao contrário de Euclides da Cunha, Manoel Bomfim não entendia a miscigenação como o primeiro passo de um processo de degenerescência étnica".<sup>343</sup> E ressaltou ainda que Bomfim, como poucos,

percebeu que a questão racial confundia-se, em todos os sentidos, com a questão da identidade nacional – ou mais especificamente, com a idéia de formação nacional. (...) procurou demonstrar as inconsistências lógicas e as imperfeições da base empírica e histórica da "teoria das raças inferiores", que, segundo ele, expressava os interesses dos grupos exploradores, internos e externos.<sup>344</sup>

---

<sup>340</sup> Idem, *Paulística etc.*, p. 90.

<sup>341</sup> Idem, *Retrato do Brasil*, p. 191-2.

<sup>342</sup> BOMFIM, M. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, p. 333.

<sup>343</sup> AGUIAR, R. C. *op. cit.*, p. 185.

<sup>344</sup> *Ibid.*, p. 184.

Em *O Brasil na História*, Bomfim contestou as opiniões do escritor e jornalista carioca, afirmando que:

Ha sem duvida, mistura de gentes e de raças, na formação nacional brasileira, sem que isso signifique, como aprouve ao bel-prazer de Euclides – *profundas discordancias ethnicas a separar-nos*, e menos ainda que estivesse o Brasil *fadado a decompor-se em republicas turbulentas, sem afinidade fortalecedora de uma tradição secular profunda*. (...) <sup>345</sup>

Ao recusar terminantemente as teorias raciais, Bomfim estabeleceu um novo recorte para analisar as condições dos povos latino-americanos. Desviou a leitura do eixo determinista para o sócio-histórico, mostrou a importância dos fatores sociais e econômicos na formação histórica das nações, ressaltou a importância do povo na constituição de uma pátria. E, por povo ele compreendia a própria nacionalidade, era "*uma tradição caracterizada, em que se contém a respectiva política, e moral e estética*". Era o aglomerado social com, consciência nacional. <sup>346</sup>

Bechelli ressaltou que Bomfim acreditava na população como sendo a base formadora do país. <sup>347</sup> Por isso refutava as teorias raciais, e também por isso, enalteceu, no Brasil, os pioneiros portugueses e os nativos, o que lhe valeu o epíteto dado por Gilberto Freyre de "indianófilo até a raiz dos cabelos". <sup>348</sup>

O que estava por trás da idéia de raças era a divisão internacional do trabalho, num contexto de extrema competição imperialista, aspecto captado pelo sergipano, que enxergava a posição subalterna do Brasil no sistema capitalista mundial, por isso sintetizou a teoria das raças inferiores da seguinte forma:

vão os "superiores" aos países onde existem esses "povos inferiores", organizam-lhes a vida conforme as suas tradições – deles superiores; instituem-se em classes dirigentes e obrigam os inferiores a trabalhar para sustentá-las; e se estes o não quiserem, então que os matem e eliminem de qualquer forma, a fim de ficar a terra para os superiores: os ingleses governem o Cabo, e os cafres cavem as minas; sejam os anglo-saxões senhores e gozadores exclusivos da Austrália, e destruam-se os australianos como se fossem urna espécie daninha (...). <sup>349</sup>

Segundo Leite, era claro para Bomfim que a teoria das raças era a justificativa européia para domínio e escravização do resto da humanidade. <sup>350</sup> Ao argumento de que a

<sup>345</sup> BOMFIM, M. *O Brasil na história*: deturpação das tradições, degradação política, p. 143 - Grifos do autor.

<sup>346</sup> Idem, *O Brasil na América*: caracterização da formação brasileira, p. 328.

<sup>347</sup> BECHELLI, R. S. *op. cit.*, p. 13.

<sup>348</sup> FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*, p. 167.

<sup>349</sup> BOMFIM, M. *América Latina*: males de origem, p. 245.

<sup>350</sup> LEITE, D. M. *Op. cit.*, p. 254.

mistura iria obstaculizar a formação de uma nação, ele se contrapôs, ressaltando que os verdadeiros motivos dos preconceitos europeus eram o interesse e a ignorância. "Pode-se dizer que esta condenação tem dupla causa: a causa afetiva, interesseira e uma causa intelectual – a inteira ignorância das nossas condições e da nossa história social e política, no passado e no presente".<sup>351</sup>

Se o sergipano foi claro e incisivo em sua rejeição às teorias raciais, a mesma postura não se verifica no autor de *Retrato do Brasil*. Ainda que julgasse "mal definido" e uma questão em aberto na ciência, o termo "raça", presente na discussão de sua época, foi muito usado, pelo paulistano, em sua avaliação sobre o Brasil.<sup>352</sup> Como destacou Almeida, "o autor se utiliza de conceitos de raça e determinações biológicas e geográficas".<sup>353</sup> É bem visível em Prado a força das doutrinas dominantes em seu tempo, ao falar em "raça paulista"<sup>354</sup>, "astenia da raça"<sup>355</sup>, e ver o país como um "cadinho" das três "raças";<sup>356</sup> além disso, acreditava na superioridade dos paulistas pela descendência dos mamelucos, mas também se convenceu da debilidade do caboclo, como um determinismo, portanto, sua crença na degeneração das raças acarretava sua descrença com o futuro do país. Contudo, ele não abraçou, de forma explícita, as teorias raciais, defendeu que as diferenças entre os seres humanos não se situavam na esfera da habilidade intelectual. Salientou em *Retrato do Brasil*:

Todas as raças parecem essencialmente iguais em capacidade mental e adaptação à civilização. Nos centros primitivos da vida africana, o negro é um povo sadio, de iniciativa pessoal, de grande poder imaginativo, organizador, laborioso. A sua inferioridade social, nas aglomerações humanas civilizadas, é motivada, sem dúvida, pelo menor desenvolvimento cultural e pela falta de oportunidade para a revelação de atributos superiores. Diferenças quantitativas e não qualitativas, disse um sociólogo americano: o ambiente, os caracteres ancestrais, determinando mais o procedimento do indivíduo do que a filiação racial.<sup>357</sup>

---

<sup>351</sup> BOMFIM, M. *América Latina: males de origem*, p. 40.

<sup>352</sup> PRADO, P. *Paulística etc.*, p. 130.

<sup>353</sup> ALMEIDA, T. V. *Retrato do Brasil no contexto pós-moderno*, p. 345.

<sup>354</sup> PRADO, P. *Paulística etc.*, p. 58.

<sup>355</sup> Idem, *Retrato do Brasil*, p. 183.

<sup>356</sup> *Ibid.*, p. 195.

<sup>357</sup> *Ibid.*, p. 191.

Na opinião de Diniz, as teorias raciais influenciaram, mas não foram determinantes em *Retrato do Brasil*. Sem negar-lhe contradições, viu em Paulo Prado, um pensador desprendido dos preconceitos do seu tempo, um intelectual contestador.<sup>358</sup> E declarou:

Os rasgos do 'racismo científico' que povoam a obra de Prado devem-se mais a um escopo teórico em voga no horizonte de idéias da época. De qualquer modo, Paulo Prado se aproxima desse campo intelectual sem, no entanto, ser contaminado pelo seu radicalismo. Isso equivale a dizer que a psicologia racial empreendida por Prado não é, em hipótese alguma, uma visão racista da história do Brasil.<sup>359</sup>

De outro lado, se Paulo Prado não aceitou as teorias predominantes; também não conseguiu superá-las. Bem ajustado aos valores de sua época, negou haver conflito racial no Brasil, colocando-nos em campo oposto ao dos Estados Unidos; na sua leitura, as relações sociais aqui avançaram para a mistura e para a harmonia entre as "raças"; entretanto, a questão da desigualdade biológica das raças, ele lançou para a ciência resolver.<sup>360</sup>

Além da sutil defesa do branqueamento, estudiosos do seu trabalho, como Crespo, por exemplo, o vêem "fuertemente influido por ideas de carácter evolucionista y determinista (por no decir racista), el pueblo brasileño provenía de un mestizaje (étnico y cultural) que era resultado de la lascivia, la codicia y la melancolía".<sup>361</sup> As páginas de *Retrato do Brasil* corroboram essa interpretação, ao narrar a força da natureza corrompendo o homem, o vigor do clima, que subjugava o espírito e o corpo e a menção que fez de autores positivistas como Buckle.<sup>362</sup> Semelhante opinião tem Nogueira, para quem *Retrato do Brasil* não avançou muito no debate sobre a contribuição do negro para a sociedade brasileira e salienta ser visível no livro alguma influência do determinismo biológico.<sup>363</sup>

A relação entre raça e nação é explícita em seu texto. Apoiando-se no relato de Luccock, um viajante inglês, Prado reforçou preconceitos ao falar das condições das cidades coloniais brasileiras. Ao destacar no país a estrutura social desordenada, a falta de higiene e de "alimento espiritual", o aspecto desagradável dos negros que habitavam as cidades

---

<sup>358</sup> DINIZ, C. L. C. *Tristeza tupiniquim: a melancolia brasileira no Retrato do Brasil de Paulo Prado*, p. 11.

<sup>359</sup> *Ibid.*, p. 11.

<sup>360</sup> PRADO, P. *Retrato do Brasil*, p. 190-1.

<sup>361</sup> CRESPO, R. A. *Retratos de México, retratos de Brasil: José Vasconcelos, Monteiro Lobato, Paulo Prado y sus visiones de lo "nacional"*, p. 10.

<sup>362</sup> PRADO, P. *op. cit.*, p. 66, 139, 143.

<sup>363</sup> NOGUEIRA, M. A. *op. cit.*, p. 205.

brasileiras, e das suas precárias condições de vida e saúde,<sup>364</sup> o autor revela certo desprezo pela "plebe", e ninguém melhor para encarnar essa "plebe" que o negro. No entender de Prado, desde o período colonial a escravidão infundiu na sociedade um estigma, a influência do negro e do mestiço, com sua vida dissoluta, envenenou a formação brasileira, e o Brasil de sua época era o reflexo de um passado sombrio.

Este passado mal visto, do qual fazia parte também o branco europeu, era interpretado por Prado como atraso, e sua proposta era a superação desse atraso. Daí, que mesmo reconhecendo no colono lusitano a "célula inicial da nossa formação",<sup>365</sup> não perdeu a mira e acusou-os de lascivos e gananciosos. Segundo ele, o que caracterizava o português do século XVI, era o seu transoceanismo, o lusitano não vinha para cá com idéia de fixar-se, mas "ganhar fortuna, o mais depressa possível para desfrutar no além-mar".<sup>366</sup> Veio esse colono primitivo, um "individualista e anárquico, ávido de gozo e vida livre – veio-nos em seguida o português da governança e da fradaria. Foi o colonizador. Foi o nosso antepassado europeu".<sup>367</sup>

Essa foi a contribuição branca para a miscigenação, entendida por Prado como consequência de simples impulso sexual, desse modo, a sociedade brasileira era, na visão do paulistano, constituída pela imoralidade do branco, da lascívia do índio e contaminação do negro, resultando uma sociedade pervertida, corrupta e viciada.

Já, Bomfim, que assim como Prado, atribuiu grande importância aos portugueses na formação do Brasil, retratava os primeiros exploradores portugueses como valorosos e tenazes, ordeiros, disciplinados, excelentes povoadores, formadores de vida agrícola.<sup>368</sup> Eles trouxeram consigo a idéia de pátria, para cá vieram "com o intuito implícito de conquistar a natureza".<sup>369</sup> A sociedade era a confluência da homogeneidade política e unificação do português, sua cordialidade e simplicidade da vida social do nativo,<sup>370</sup> e, por fim, a afetividade e dedicação do negro. Embora Bomfim, negasse a inferioridade das raças, não

---

<sup>364</sup> PRADO, P. *op. cit.*, p. 155-9.

<sup>365</sup> *Ibid.*, p. 187.

<sup>366</sup> *Ibid.*, p. 87.

<sup>367</sup> *Ibid.*, p. 139.

<sup>368</sup> BOMFIM, M. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, p. 84.

<sup>369</sup> *Ibid.*, p. 87.

<sup>370</sup> *Ibid.*, p. 148.



conseguiu fugir do ardil do seu tempo, entremeando a formação do Brasil com a miscigenação. Ao que parece, no pensamento de Bomfim a 'raça' reveste a questão nacional.

Assim havia sido formada a nação, com a mistura de raças e de culturas,<sup>371</sup> a miscigenação, portanto, se devia ao próprio caráter do colonizador, não pela sua devassidão, como pensava Prado, mas pela sua capacidade de assimilação e entrosamento, por isso, o português foi o colonizador que mais cruzou.<sup>372</sup>

Segundo Manoel Bomfim, o português já tinha experiência da mistura racial em sua própria terra, pelo menos era o que pensavam os alemães de todos os ibéricos,<sup>373</sup> de temperamento fácil, e em pequeno número no Brasil, a mistura com o indígena tornava-se inevitável; havia ainda, a preocupação da Coroa em ocupar o território para garantir a posse. Na leitura de Paulo Prado, o cruzamento, que ocorreu como resultado do comportamento lascivo do colonizador, concorreu para a "solução para o problema da colonização e formação da raça no novo país",<sup>374</sup> mas uma 'raça', como já dito, marcada pelo vício, era a devassidão se impondo sobre o brasileiro, enquanto Manoel Bomfim via no nacional o ápice do que havia de melhor em cada um dos elementos formadores, e afirmava que o Brasil era mais que a soma da contribuição de cada um deles.

Dessa forma, a primeira contribuição de Portugal para com o Brasil foi ter participado da construção do tipo étnico nacional: o brasileiro. E essa influência, acreditava Prado, foi decisiva para a futura população, porque além da quota biológica, o modo de ser do português demarcou o caráter da população, um povo marcado pela imposição de seus instintos.<sup>375</sup> Na análise de *Retrato do Brasil*, Nogueira destacou que:

Paulo Prado estava convencido de que o contato com o conquistador português, europeu, caracterizado por uma experiência cultural em boa medida repressiva, com a "exuberância de natureza tão nuançada de força e graça", marca de modo decisivo a experiência brasileira.<sup>376</sup>

Assim se explicava, na visão de Prado, o perfil do novo homem, formado na luta entre a luxúria e a cobiça, "sem outro ideal, nem religioso, nem estético, sem nenhuma preocupação

---

<sup>371</sup> *Ibid.*, p.108.

<sup>372</sup> *Ibid.*, p. 108.

<sup>373</sup> *Ibid.*, p. 190.

<sup>374</sup> PRADO, P. *op. cit.*, p. 69.

<sup>375</sup> *Ibid.*, p. 161.

<sup>376</sup> NOGUEIRA, M. *op. cit.*, p. 201.

política, intelectual ou artística – criava-se pelo decurso dos séculos uma raça triste".<sup>377</sup> Para ele a melancolia era o nosso principal legado, e mais, a melancolia da luxúria e da cobiça são vinhos na "nossa psique racial", uma doença provocada "pela ausência de sentimentos afetivos de ordem superior", e afirmava que foi nesse ambiente "que nasceu, viveu e proliferou o habitante da Colônia".<sup>378</sup>

Prado também reclamava a homogeneidade da população brasileira, acreditando na necessidade dela para a constituição nacional; além disso, deixou transparecer a pouca fé que creditava no mestiço. Na nação que não se formara, de acordo com ele, o amálgama de todas as "cores e caracteres se instituía na evolução da raça o reino da mestiçagem".<sup>379</sup>

Era essa mestiçagem que Bomfim valorizava. Se o Brasil era o encontro das três raças, o brasileiro era o aprimoramento de cada uma delas, na opinião do sergipano, o nacional se constituiu na luta, mas na luta pela defesa do território, e esse fator foi decisivo "nos destinos e no caráter da sociedade nacional que aqui se formou".<sup>380</sup> Afirmava que o povo brasileiro é "uma tradição caracterizada", "o brasileiro formou-se em condições de crescer e durar, porque, desde sempre teve consciência de sua existência nacional".<sup>381</sup>

O otimismo de Manoel Bomfim não lhe permitia ver tristeza, nem prejuízo no encontro entre "as três raças humanas extremas".<sup>382</sup> A nação brasileira era o resultado de tais cruzamentos e como cientista, *partindo da natureza*, vislumbrou as vantagens do amalgamento racial, pondo em cheque a primazia da "raça pura". Era essa mistura que nos caracterizava, era ela que definia a nossa 'brasilidade', falava da sociedade colonial como um "contínuo caldeamento de raças, numa explícita combinação de energias e de tradições".<sup>383</sup> Ainda dentro dos limites da raça, afirmava que:

a formação nacional não é um simples desenvolvimento social, político, civil e moral, mas um profundo e prolongado processo físico-psicológico. De fato, no descortinar do passado, para a compreensão do presente, vemos a sociedade colonial

---

<sup>377</sup> PRADO, P. *op. cit.*, p. 140.

<sup>378</sup> *Ibid.*, p. 141.

<sup>379</sup> *Ibid.*, p. 148.

<sup>380</sup> BOMFIM, M. *op. cit.*, p. 209.

<sup>381</sup> *Ibid.*, p. 328.

<sup>382</sup> *Ibid.*, p. 167.

<sup>383</sup> *Ibid.*, p. 327.

a realizar o contínuo caldeamento de raças, numa explícita combinação de energias e tradições.<sup>384</sup>

Mas as circunstâncias históricas contribuíram para miscigenação. A descoberta do ouro nas terras espanholas da América foi um fato importante na opinião dos dois estudiosos. Manoel Bomfim considerava que o tardio descobrimento das riquezas minerais em solo brasileiro acarretou o desenvolvimento de outros setores da economia, como a agricultura. Segundo o sergipano, a exploração agrícola e a assimilação de raça nos singularizavam dentro deste continente,<sup>385</sup> além de, ainda, acrescentar que o regime de capitanias gerou "o povoamento estável das terras brasileiras,<sup>386</sup> e a colonização portuguesa tendeu a constituir uma população relativamente homogênea, através de um largo cruzamento, e "por isso, a formação brasileira tem um cunho sem similar na América: mistura, unificação e nacionalidade *prematura*." (...).<sup>387</sup> Nas páginas de *O Brasil na América*, o autor, demasiadamente nacionalista, descreveu um Brasil, onde os índios foram se juntando aos colonizadores, se imiscuindo, sem violência; e uma América ibérica em que eles foram exterminados.

Em *Retrato do Brasil*, a demora na localização das jazidas aumentou a obsessão dos colonos "espalhada por todas as classes como uma loucura coletiva",<sup>388</sup> e, diferente de Bomfim, Prado via esse frenesi pelo ouro desviar todo interesse do colono em desenvolver qualquer outra atividade, por isso considerava que durante anos a economia se circunscreveu ao cativeiro do gentio, à febre do ouro e da riqueza mineira.<sup>389</sup> Na interpretação do paulistano, a cobiça incitava os homens, mas foi a luxúria que promoveu a mescla racial no Brasil. Segundo ele, nesta sociedade androcêntrica, do branco europeu, "tudo favorecia a exaltação de seu prazer: os impulsos da raça, a molícia do ambiente físico, a contínua primavera, a ligeireza do vestuário, a cumplicidade do deserto e, sobretudo, a submissão fácil e admirativa da mulher indígena",<sup>390</sup> cenário agravado com a vinda da mulher africana.

---

<sup>384</sup> *Ibid.*, p. 327.

<sup>385</sup> *Ibid.*, p. 351.

<sup>386</sup> *Ibid.*, p. 87.

<sup>387</sup> *Ibid.*, p. 340.

<sup>388</sup> PRADO, P. *op. cit.*, p. 115.

<sup>389</sup> *Ibid.*, p. 106.

<sup>390</sup> *Ibid.*, p. 89.

Em Paulo Prado, o Brasil mestiço não tinha como progredir, atrasado, com fraco desenvolvimento e com uma estrutura mal organizada por culpa de seu povo, era uma nação constituída da mistura de raça que a cada geração se degenerava. Para Prado, o meio não contribuía: ao contrário, corrompia, era uma "natureza estonteadora de pujança, ou terrivelmente implacável", o clima induzia o crescimento populacional – os influxos da luxúria –, no interior predominava o cangaço e no nordeste a ignorância e o fanatismo: país doente e abandonado, que repousa em seu sono colonial.<sup>391</sup>

---

<sup>391</sup> *Ibid.*, p. 199-200-210.

## **CAPÍTULO III – A IMPORTÂNCIA DE SÃO PAULO PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL NA VISÃO DE MANOEL BOMFIM E DE PAULO PRADO.**

### **1. O papel dos paulistas.**

No Brasil-colônia, a exigência da ocupação do território, aliada à busca de metais preciosos contribuíram para o surgimento do fenômeno das bandeiras. As raízes do movimento remontam o século XVI; no entanto, como apurou Abud, corroborando a queixa de Paulo Prado, a documentação é escassa: "as bandeiras não deixaram suas memórias",<sup>392</sup> até porque se tratavam de empreendimentos de particulares, muitas vezes de cunho ilegal. Segundo a pesquisa da autora, os primeiros vestígios documentados deste tipo de organização nos remetem à Guerra dos Emboabas, quando os paulistas sentiram a necessidade de registrar suas descobertas para garantir a posse àqueles que julgavam ser seus donos.<sup>393</sup>

O que se sabe, como relatou Abreu, é que originariamente as bandeiras eram expedições de homens direcionados em prender e escravizar o gentio, "o nome provém talvez do costume tupiniquim, referido por Anchieta, de levantar-se uma bandeira em sinal de guerra",<sup>394</sup> e São Paulo se notabilizou pelo bandeirantismo. Embora Davidoff o descrevesse como o "fruto social de uma região marginalizada, de escassos recursos materiais e de vida econômica restrita",<sup>395</sup> para Morse, tal argumento não constitui explicação suficiente para a longa persistência do fenômeno. Segundo ele, "uma série de outros fatores, étnicos, culturais e psicológicos, poderia ser aduzido (...)".<sup>396</sup> O fato é que o paulista não atendia aos anseios da Coroa. Parece que São Paulo não cabia na colonização brasileira, baseada na grande propriedade monocultora, utilizando mão-de-obra escrava e voltada para o mercado externo.

---

<sup>392</sup> ABUD, K. M. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições* – a construção de um símbolo paulista: o bandeirante, p. 15.

<sup>393</sup> *Ibid.*, p. 60.

<sup>394</sup> ABREU, C. *Capítulos de história colonial*, p. 128.

<sup>395</sup> DAVIDOFF, C. H. *op. cit.*, p. 25.

<sup>396</sup> MORSE, R. M. *Formação histórica de São Paulo: (de comunidade à metrópole)*, p. 34.

Começando pelo litoral, São Vicente não apresentava as condições "propícias à ação do colonizador português. A estreita faixa litorânea e a má qualidade do solo das terras próximas à marinha agiram como sérios obstáculos para a consecução do empreendimento açucareiro",<sup>397</sup> acrescentando-se, ainda, a distância dos portos da Europa, as perspectivas do litoral diminuía, e a fundação de São Paulo, acabou por selar o destino da região vicentina.

A história de São Paulo começou antes da instalação dos jesuítas no Pátio do Colégio em 1554. Da capitania de São Vicente, os homens rumaram em direção ao interior do continente, e a barreira natural representada pela serra forçou os desbravadores a instalar, inicialmente, a vila de Piratininga na borda do campo, o que significava "uma vitória ganha sem combate sobre a mata, que reclamou alhures o esforço de várias gerações. Deste avanço, segundo Abreu, procede ao desenvolvimento peculiar de São Paulo".<sup>398</sup>

A localização parecia adequada, próximo ao rio Tietê, que poderia conduzir à bacia do Prata, com fácil acesso ao rio Paraíba, e às Serras do Mar e da Mantiqueira. Já atingir o planalto foi dura tarefa, Lima ressaltou que:

o mais difícil era galgar a cadeia de serras costeiras. Uma vez lá em cima, a extensão dos planaltos convidava a marchar pela superfície, sobre a qual os rios não cavam vales profundos, e contentam-se de saltitar através dos rápidos e dos escolhos.<sup>399</sup>

E, conforme mencionou Frei Vicente Salvador, no caminho aberto pelos índios nos campos acima de Paranapiacaba, foi onde escolheu Manuel da Nóbrega para instalar-se a partir de 25 de janeiro de 1554,<sup>400</sup> fundando-se, então, a província de São Paulo.

Assim, apartada pela montanha, a cidade cresceu, assumindo características particulares, e com o tempo adquiriu independência. Como destacou Paulo Prado, "isolava-se, ao findar o século XVI, um núcleo de rude população quinhentista, que ia aumentar e proliferar protegido pela própria Natureza hostil".<sup>401</sup>

Se os fatores geográficos desde cedo imprimiram a São Paulo, um cunho particular como ressaltou Levi, o que o levou a afirmar que a história de "São Paulo tem um caráter especial próprio, pelo qual a geografia e os recursos naturais são grandemente

---

<sup>397</sup> DAVIDOFF, C. H. *op. cit.*, p. 12.

<sup>398</sup> ABREU, C. *op. cit.*, p. 127.

<sup>399</sup> LIMA, O. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*, p. 91.

<sup>400</sup> SALVADOR, F. V. *História do Brasil*, p. 155.

<sup>401</sup> PRADO, P. *Paulística etc.*, p. 73.

responsáveis",<sup>402</sup> a atividade econômica também contribuiu para especificá-la. Quando Sodré discorreu sobre a formação da sociedade colonial no Brasil, assinalou que diferentemente do nordeste,

na zona vicentina não se desenvolveu a lavoura da cana-de-açúcar ou se estabeleceu o regime dos engenhos com a amplitude que assumiu na zona pernambucana, o que, aliás, lhe permitiu a transferência para o planalto da maior parte da população. Não existiram em São Vicente e em São Paulo, as condições aristocratizantes que se impuseram nas zonas açucareiras, onde o açúcar se tornou a forma dominante, quando não única de produção. A sociedade, em consequência, tomou forma diversa.<sup>403</sup>

De acordo com Prado Júnior, a pressão colonizadora se exerceu com maior intensidade no litoral de São Vicente e "a ocupação do planalto paulista se inicia e desenvolve muito cedo".<sup>404</sup> Mas, se, por um lado, os campos de Piratininga apresentavam-se mais atraentes aos olhos do colonizador, pelo clima, pela vegetação, pelo relevo e pela abundância do gentio, de outro, o solo pobre, e a resistência do nativo imprimiam ao povoado grande instabilidade. Ainda que tenha prosperado, como assinalou Prado Júnior, São Paulo era, sem dúvida, uma região pobre<sup>405</sup>, como narrou Davidoff<sup>406</sup>. Vivendo de uma precária agricultura de subsistência, as relações mercantis eram limitadas, "as indicações revelam a existência de uma aldeia miserável".<sup>407</sup>

Simonsen distinguiu o clima do planalto como um atrativo para os europeus e que pouco a pouco atraiu muitos colonos.<sup>408</sup> As condições físicas e meteorológicas da região, prossegue o autor, não propiciaram a produção "em condições econômicas, (de) nenhum desses produtos exóticos dos climas tropicais que justificassem o estabelecimento, com a Metrópole, das onerosas linhas do comércio do tempo",<sup>409</sup> cultivava-se para o próprio consumo. Distante, sem atrativos para a corte, sem as mesmas expectativas de riqueza do

---

<sup>402</sup> LEVI, D. E. *A família Prado*, p. 43.

<sup>403</sup> SODRÉ, N. W. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, p. 116.

<sup>404</sup> PRADO JÚNIOR, C. *Evolução política do Brasil e outros estudos*, p. 94.

<sup>405</sup> *Ibid.*, p. 93.

<sup>406</sup> Há controvérsia entre os estudiosos do período acerca das condições econômicas de São Paulo, como mostrou Davidoff (1998, p. 23); no entanto, considerando o que a maioria dos autores relata, este trabalho segue a linha adotada pelo autor.

<sup>407</sup> DAVIDOFF, C. H. *op. cit.*, p. 22.

<sup>408</sup> SIMONSEN, R. C. *História econômica do Brasil*. (1500/1820), p. 206.

<sup>409</sup> *Ibid.*, p. 207.

nordeste, restava aos moradores de São Paulo buscar formas alternativas de sobrevivência, pelo menos assim descreve Davidoff,

Em realidade o povoado de São Paulo se constituiu de forma muito original no contexto da colonização, e foi nessa sociedade peculiar que se engendrou a figura do bandeirante, o paulista socializado desde a adolescência para empregar a vida em prender e escravizar o gentio nos sertões.<sup>410</sup>

Paulo Prado, em *Retrato do Brasil*, identificou cinco núcleos do bandeirantismo: as bandeiras paulistas, as baianas, as pernambucanas, as maranhenses e as amazônicas.<sup>411</sup> Assinalou, contudo, que fatores externos como isolamento da montanha, o cruzamento do índio, e fatores internos como ânsias de independência, ambição de mando, deram ao movimento das "bandeiras paulistas uma feição específica no desenvolvimento da história do Brasil".<sup>412</sup> Davidoff ao abordar o assunto, mostrou que na historiografia há duas correntes com entendimentos distintos dos termos 'entradas' e 'bandeiras'. Uma que emprega a designação de bandeiras a

todas as expedições que incursionavam pelo sertão, partindo de qualquer ponto do Brasil e formadas a partir de iniciativa oficial ou particular. A outra corrente limita a aplicação do termo entradas às expedições inspiradas pelos representantes da Coroa, e reserva apenas aos grupos paulistas, de formação espontânea, o nome bandeiras.<sup>413</sup>

Seguindo os passos de Davidoff, neste trabalho serão adotados os termos bandeira ou entrada, indiscriminadamente, aplicados exclusivamente aos movimentos que partiam de São Paulo.

As incursões pelas matas, os embates com os indígenas, a vida rústica que levavam, formaram a idéia de que os paulistas eram violentos, rebeldes, insubmissos e selvagens; vivendo isolados se especializaram na arte de prear índios e ganharam fama pelas atrocidades que cometiam. Mas o aprisionamento e a escravização do nativo – e também do africano – não era fator de conflito frente à consciência da época. Ao contrário, era uma atividade como outra qualquer, dentro da lógica econômica, a dominação branca era "natural", dado a sua "superioridade racial" e a conquista de terras lhes garantia o direito do domínio e espoliação dos nativos. E mais, o nativo, como "mercadoria" gerava um mercado promissor para o rude e ambicioso paulistano, assim, auxiliados pela geografia, lançaram-se em busca dos índios.

<sup>410</sup> DAVIDOFF, C. H. *op. cit.*, p. 24.

<sup>411</sup> PRADO, P. *Retrato do Brasil*, p. 99-100.

<sup>412</sup> *Ibid.*, p. 108.

<sup>413</sup> DAVIDOFF, C. H. *op. cit.*, p. 26-7.



Com o transcorrer do tempo, essas expedições ganharam apoio da Corte portuguesa e se estruturaram como uma empresa, o que Davidoff denomina de "organização paramilitar".

Somente com a descoberta do ouro é que a imagem destes "vilões" começou a ser romantizada e a historiografia passou a privilegiar os aspectos positivos de suas empreitadas. Os primeiros historiadores a estudar os movimentos bandeiristas foram Pedro Taques de Almeida Paes e Gaspar Teixeira de Azevedo – Frei Gaspar da Madre de Deus, que traçaram um perfil muito positivo do habitante de São Paulo – "raça de gigantes". Segundo Abud, a exaltação do paulista – uma raça pura na visão de Taques e o resultado de uma boa mistura, na opinião de Frei Gaspar – foi a resposta encontrada, naquele momento histórico, para uma sociedade que se estruturava, e os valores realçados no paulista eram "as qualidades exigidas para alguém ser, naquela época, considerado nobre".<sup>414</sup>

Essa imagem por eles construída se esvaeceu no decorrer do século XIX, quando o Brasil começou a se delinear mais claramente como uma sociedade de classes e o debate sobre a formação da nação tomou conta do cenário. Muitos dos comerciantes que enriqueceram com o ouro e com a lavoura da cana eram originários da aristocracia portuguesa, e nada tinham a ver com a ascendência do bandeirante paulista. Tinham como atividade principal o comércio exterior; seus olhos se voltavam para a corte, e suas riquezas lhes conferiam prestígio, sem qualquer necessidade da "tradição". Como destacou Abud:

No século XIX, os paulistas louvados por Pedro Taques deram lugar aos descendentes do grupo que os ameaçava e que tinha conseguido se firmar como dono de fortuna, transformando-se em donos de canaviais e engenhos, e ciosos de sua ascendência européia, que se expunha a barbárie dos trópicos, tão renegadas pelos muitos nobres portugueses que compunham a Corte.<sup>415</sup>

Entretanto, a idéia voltou com força no início do século seguinte, em trabalhos como Paulo Prado e Manoel Bomfim entre outros estudiosos. Dessa forma, o tema surgido no século XVIII, reaparece nas primeiras décadas do século XX, época que Davidoff denominou como o "período áureo destes estudos em São Paulo",<sup>416</sup> quando a figura do bandeirante, cercada de mito, é recriada e reelaborada, de acordo com o aquele momento histórico.<sup>417</sup> Falava-se dos bravos aventureiros paulistas que incursionavam pelo sertão e redesenharam o

---

<sup>414</sup> ABUD, K. M. *op. cit.*, p. 98.

<sup>415</sup> *Ibid.*, p. 112.

<sup>416</sup> DAVIDOFF, C. H. *op. cit.*, p. 8-9.

<sup>417</sup> Nesta recuperação da imagem do bandeirante, há uma construção histórica, que é mítica. Conforme salienta Abud (1985, p. 190), a bravura é a principal virtude realçada e estabelece uma profunda relação com suas vestes, botas gibão, colete, por meio dos quais "procuravam dar a idéia de austeridade de seriedade...".

mapa do Brasil, mas silenciavam sobre as barbaridades cometidas contra os nativos. Autores como Saint-Hilaire e, sobretudo Southey muito citado por Paulo Prado e Manoel Bomfim, contribuíram para a consolidação da imagem do bandeirante, como o 'herói civilizador que antecipa do tempo histórico da nação', ou de outra forma,

herói civilizador, que realiza e antecipa, através de suas ações práticas, a 'alma da nação brasileira' e que constrói e prenuncia o Estado nacional, através do devassamento dos sertões e da incorporação de imensas regiões ao domínio brasileiro.<sup>418</sup>

Conforme Abud, a ação do bandeirante distinguiu São Paulo no cenário nacional, e a bandeira incorporou o significado de paulista, tornando indissociável um do outro, a ponto de, no imaginário popular, associar-se a ânsia de riqueza dos bandeirantes com o desenvolvimento econômico alcançado por São Paulo, com a expansão cafeeira.<sup>419</sup> A autora acrescenta, ainda, que o movimento bandeirista simbolizava a unificação:

seja racial (a Bandeira era composta de brancos, (portugueses e espanhóis), índios, negros, mestiços); seja territorial e política (o movimento bandeirantista incorporou ao domínio português imensas regiões da América Meridional); seja econômica (enviou mão-de-obra indígena às diversas capitanias; o ouro que descobriu enriqueceu a Europa).<sup>420</sup>

A representação virtuosa do bandeirante sempre se liga ao papel que desempenharam na construção nacional. Davidoff o descreveu como "o elo fundamental da constituição e permanência do povo brasileiro e do Estado nacional, em última instância, de sua unidade geográfica e política",<sup>421</sup> e Abud o encarava como "construtor da nacionalidade, (aquele) que ligou as longínquas regiões da América Meridional, cuja anexação deu o traçado geral do mapa do Brasil".<sup>422</sup>

É fato, porém, que esta não é a única versão do desempenho dos bandeirantes no Brasil colonial. A caça, o aprisionamento e a comercialização dos nativos não foram feitos sem muita crueldade ao gentio, as bandeiras do século XVI por onde passavam deixavam devastação e numerosas tribos dizimadas. Assaltos às reduções se mostravam mais vantajosos, pois ali o nativo já estava domesticado. Como observou Abud, no episódio de Guairá, "a passagem dos paulistas deixou no seu rastro uma lenda de ferocidade e selvageria,

---

<sup>418</sup> DAVIDOFF, C. H. *op. cit.*, p. 85.

<sup>419</sup> ABUD, K. M. *op. cit.*, p. 5.

<sup>420</sup> *Ibid.*, p. 9.

<sup>421</sup> DAVIDOFF, C. H. *op. cit.*, p. 86.

<sup>422</sup> ABUD, K. M., *op. cit.*, p. 2.

que foi particularmente alimentada pelos padres".<sup>423</sup> O mais obstinado opositor à ação dos sertanistas era o padre Antonio Ruyz de Montoya, que, segundo Abud, "foi responsável pelas primeiras derrotas infligidas aos paulistas na região, quando obteve do rei da Espanha autorização para equipar com armas de fogo os neófitos guaranis".<sup>424</sup>

Capistrano de Abreu também resgatou a outra face do bandeirante e, em *Capítulos da história colonial*, citou as atrocidades cometidas pelos paulistas. A história das bandeiras, conforme o autor, é sempre a mesma:

homens munidos de armas de fogo atacam selvagens que se defendem com arco e flecha; à primeira investida morrem muitos dos assaltados e logo desmaia-lhes a coragem; os restantes, amarrados, são conduzidos ao povoado e distribuídos segundo as condições em que se organizou a bandeira.<sup>425</sup>

No relato do massacre, em 1637, na igreja em Lagoa dos Patos, Capistrano de Abreu conclui indagando: "compensará tais horrores a consideração de que por favor dos bandeirantes pertencem agora ao Brasil as terras devastadas"?<sup>426</sup>

Mas não só da captura do índio viviam os bandeirantes. Eles desconsideravam qualquer tratado ou acordo internacional e avançavam pelo continente em direção das terras da América espanhola e, graças à ação deles, a Coroa portuguesa conquistou uma nova conformação do território brasileiro. Como destacou Abud, a alegação de posse que "Portugal fazia das terras tinha como fundamento a passagem dos paulistas por aquelas terras",<sup>427</sup> e o bandeirismo paulista, salientou Magalhães, prolongou nossa pátria um pouco acima dos limites de Tordesilhas. Ao sul, lembrava o autor, eles desbravaram as terras imanes do sertão e conquistaram Paraná, Santa Catarina e parte do Rio Grande de São Pedro. Foi com o empenho deles que Portugal fundou a Colônia de Sacramento. Em 1680, "o imperialismo luso collimava o estuário do Prata para sua fronteira austral, e, apesar da guerra, (...) assegurou, depois, a posse litorânea do Rio Grande do Sul" (...).<sup>428</sup>

A atividade exploratória empreendida por esses "desbravadores" causou impactos em São Paulo, despovoando a região. Paulo Prado considerou que a "mineração bandeirante

---

<sup>423</sup> *Ibid.*, p. 90.

<sup>424</sup> *Ibid.*, p. 91.

<sup>425</sup> ABREU, C. *op. cit.*, p. 129.

<sup>426</sup> *Ibid.*, p. 131.

<sup>427</sup> ABUD, K. M., *op. cit.*, p. 89.

<sup>428</sup> MAGALHÃES, B. *Expansão geographica do Brasil colonial*, p. 39-40.

tirara-lhe o melhor do sangue com a emigração dos elementos sadios da capitania".<sup>429</sup> Se o vilarejo já era pobre, a saída de "homens válidos", de acordo com Abud, levou "a cidade a uma terrível situação de pauperismo, com crises generalizadas de fome e carestia de alimentos na primeira metade do século XVIII".<sup>430</sup>

Como destacou Morse, em 1820, São Paulo ainda apresentava resquícios de seu passado comunitário, era pouco mais que uma economia de subsistência, não podendo alcançar o cosmopolitismo do Rio de Janeiro, Salvador ou Recife. O café, introduzido no país na segunda metade do século XVIII<sup>431</sup>, mudou a sorte de São Paulo, pois a lavoura cafeeira marcou profundamente a cidade. Nas terras roxas paulistas a plantação avançou e se tornou o principal produto da economia brasileira, e a base agrícola-exportadora propiciou as condições necessárias da acumulação para o impulso da indústria, gerando, também, uma burguesia mercantil que detinha hegemonia política, a exemplo da família Prado.

A prosperidade trazida pelas exportações trouxe à tona a classe dominante paulista, responsável pelo bem de maior significância na balança comercial do país, tornando-se, assim, a classe de maior peso econômico no cenário nacional.<sup>432</sup> Essa aristocracia passou a reclamar maior poder político, pois claramente havia um descompasso entre seu peso econômico e sua influência junto ao centro de decisão da monarquia. Ressalte-se, que o debate do momento era a formação da nação, pensada em sua integralidade, mas, como assinala Saes "o bloco regional cafeeiro (...) [se lançou] à luta federalista republicana, com vistas à obtenção da autonomia provincial".<sup>433</sup>

Um setor mais extremado colocou alternativa de separação, a idéia da criação de uma "pátria paulista". Conforme Adduci, chocando-se com as discussões em pauta, o movimento separatista "exigia que se construísse uma "nação" (paulista) capaz de se contrapor à brasileira".<sup>434</sup>

---

<sup>429</sup> PRADO, P. *op. cit.*, p. 159.

<sup>430</sup> ABUD, K. M., *op. cit.*, p. 62.

<sup>431</sup> O café chegou ao Vale do Paraíba na segunda metade do século XVII e as exportações do produto começaram a crescer somente por volta de 1816.

<sup>432</sup> De acordo com Abud (1985, p. 123), durante a primeira metade do século XIX, o café do Vale do Paraíba, deu origem à primeira aristocracia do café, que ao lado dos senhores de engenhos representavam os setores mais ricos da sociedade. A partir da segunda metade do século, o café disparou sua produção assumindo a liderança nas exportações e se tornando o principal produto da economia brasileira.

<sup>433</sup> SAES, D. *A formação do estado burguês no Brasil: (1888-1891)*, p. 264.

<sup>434</sup> ADDUCI, C. C. *A "pátria paulista": o separatismo como resposta à crise final do império brasileiro*, p. 211.

E, se um dos sentidos de nação é o conjunto de símbolos que singularizam determinado grupo social, havia no baronato do café notável falta de tradição histórica, uma vez que a maioria era herdeira de migrantes que obtiveram sucesso nas atividades mercantis, inexistindo o tão falado "paulista quatrocentão".<sup>435</sup> A necessidade de mitos, com os quais pudesse se identificar e justificar seu poder, levou a classe dominante a resgatar o sertanista, que é elevado a símbolo da cidade, é apropriado pelo poder, mas trabalhado em sua universalidade, como a representação de todos, visando sedimentar a idéia da "pátria paulista".

Segundo Adduci, a figura do bandeirante foi central, pelas características atribuídas a eles e por extensão "associadas aos 'paulistas', historicamente possuidores de iniciativa, audácia, vigor e capacidade de conquistar, espalhando civilização".<sup>436</sup> No final do século XIX e início do século XX, graças ao café, os problemas de infra-estrutura como os transportes ferroviários, marítimos, e as comunicações tinham sido enfrentados, a produção cafeeira lançando mão do trabalho livre, impulsionava a formação do mercado de trabalho, São Paulo crescia, tornava-se mais urbano e se industrializava.

Nesse período assistiu-se a uma profusão de trabalhos que recuperavam as primeiras narrativas, os primeiros documentos dos historiadores coloniais, como narrou Abud:

Foi nesse momento, entre 1890 e 1930, que a figura do bandeirante foi resgatada como símbolo, pois ao mesmo tempo em que denunciava as qualidades de arrojo, progresso e riqueza que São Paulo possuía, representava o processo de integração territorial que dera sentido à unidade nacional. Como símbolo, o bandeirante representava, de um lado a lealdade ao estado e, de outro a lealdade à nação, e permitia também com a significação que os estudos históricos do período lhe deram, que uma parcela da população, a dos imigrantes, se integrasse emocionalmente a São Paulo, na medida em que urna das vertentes dos estudos sobre o bandeirismo deu ênfase à miscigenação.<sup>437</sup>

Sem conseguir se desvincular da noção de "raça", a produção intelectual sobre o bandeirante oscilou, desde os trabalhos de Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus, no século XVIII, em provar "a pureza da raça paulista" ou "descrever as vantagens do cruzamento do português com o indígena".<sup>438</sup> Já os opositores ao bandeirantismo, especialmente os padres das missões jesuíticas, tentavam macular a imagem do piratiningano,

---

<sup>435</sup> De acordo com Abud, em *o sangue intemorato...* p. 121, as famílias "da elite", eram em geral de migrantes que vieram para o Brasil por volta da segunda metade do século XVIII, como foi o caso dos Prados. Em outros, como os Mesquitas e os Rodrigues Alves, a procedência data do início do século XIX.

<sup>436</sup> ADUCCI, C. C., *op. cit.*, p. 211.

<sup>437</sup> ABUD, K. M. *op. cit.*, p. 132.

<sup>438</sup> *Ibid.*, p. 93.

infamando a mistura e detratando os mamelucos, como é possível comprovar no trecho que Frei Gaspar transcreveu de um trabalho de dois missionários franceses Vaissette e Charlevoix em que é clara a aversão aos paulistas, e à mestiçagem, pois,

o sangue Portuguez se tinha misturado muito com o dos Indios. (...) e desta mistura sahiu huma geração perversa, da qual as desordens em todo o sentido chegarão tão longe, que se deu a estes Mestiços o nome de *Mamalucos* por cauza da sua semelhança com os antigos Escravos dos Soldões do Egyto.<sup>439</sup>

Mas o protesto dos missionários assume um cunho político e econômico quando se pensa nos prejuízos materiais e na quantidade de nativos que o paulista arrebatava das missões; enquanto que a questão racial, referente à mistura entre os portugueses e os nativos, apresenta-se como um problema menor. Significativa era a rejeição ao cruzamento com os africanos, não só Manoel Bomfim e Paulo Prado procuraram dissimular a presença do negro na nossa formação, mas é perceptível que o temor à negritude assombrava as mentes muito antes das teorias raciais. Talvez aí esteja o motivo de sua rápida difusão, o fato é que esse mesmo Frei Gaspar, mameluco, na descrição de Abud, ainda que aceitasse a mestiçagem com o índio, na formação do paulista, "rejeitou a concorrência de mulatos e negros na fundação de São Paulo". Conforme apurou Abud, seus trabalhos foram resgatados pelos autores dos anos 1920, em particular por Alfredo Ellis Júnior que, partindo do evolucionismo, aplicou, mas "virou ao avesso" as teorias de Lapouge para explicar a formação de uma "sub-raça superior" que se formou no Planalto de São Paulo.<sup>440</sup>

## 2. O bandeirante paulista na visão de Manoel Bomfim e de Paulo Prado.

As produções de Manoel Bomfim e de Paulo Prado deram enfoque especial a São Paulo, sobretudo as do último. Em ambos, a apreciação dos piratininganos é muito positiva, e a louvação dos paulistas se prende ao momento histórico dos autores. Tanto *Retrato do Brasil*, quanto *O Brasil na América* foram escritos na década de 1920, e, ainda que se trate de trabalhos de longa maturação, inegavelmente sofreram influências dos acontecimentos econômicos, sociais e políticos de sua época. As teorias raciais permeavam os debates e encontram em Bomfim franca oposição, por outro lado, Diniz considera que o escopo teórico racial que marcou a história das idéias no Brasil desde os anos 1870 "até o momento da

<sup>439</sup> MADRE DE DEUS, G. *Memórias para a história da capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo*, p. 130-1.

<sup>440</sup> ABUD, K. M., *op. cit.*, p. 142.

redação de *Retrato do Brasil*, terá importância capital na obra de Paulo Prado, o autor irá reordená-lo e adaptá-lo na configuração de seu ensaio".<sup>441</sup>

O trabalho de Paulo Prado está muito ligado às expectativas de uma classe receosa de perder a sua liderança, em vista disso, notou Tardivo, tentará

fazer através da revisão histórica brasileira, a recuperação e a valorização da imagem e do papel da oligarquia paulista – os autênticos herdeiros do legado bandeirante e, como eles, responsáveis pela fase de ascensão e apogeu vividos no país – justamente quando o grupo ao qual pertence, começa a apresentar sinais de perda de hegemonia.<sup>442</sup>

A procedência "nobre" do paulistano foi destacada por todos os seus biógrafos, assim como a presença da família na política durante o período imperial. Seus interesses se ligavam ao setor agrário exportador, não foi à toa que a "descoberta" do Brasil em Paulo Prado começou pela sua cidade natal. Seu livro *Paulística* é uma glorificação à cidade e uma busca das raízes, em que estudou a procedência paulista e lamentou que "a história de São Paulo, nos velhos cronistas, (...) [fosse] talvez mais imaginosa do que exata".<sup>443</sup> Referia-se o autor ao "mistério das origens", para o qual a "parca e suspeita documentação"<sup>444</sup> histórica não oferecia respostas.<sup>445</sup>

Bomfim também falou muito de São Paulo e não lhe poupou elogios. Citou a "gente paulista", lembrou de São Paulo como um núcleo da "formação da nacionalidade brasileira"<sup>446</sup> e, em *O Brasil na história*, referiu-se a São Paulo como um dos grandes centros de atividade na expansão do Brasil.<sup>447</sup> Bomfim não era paulista e não pertencia à oligarquia do café, mas este pedaço de terra é exaltado, porque faz parte de um contexto maior, neste aspecto, o sergipano imbuíu-se do discurso da época e valorizou nos paulistas exatamente o seu papel de integrador nacional, e essa ação de integração era vista como resultado da atuação das bandeiras. Daí a razão para especificar São Paulo e seus habitantes no cenário nacional.

<sup>441</sup> DINIZ, C. L. C. *Tristeza tupiniquim: a melancolia brasileira no Retrato do Brasil* de Paulo Prado, p. 11.

<sup>442</sup> TARDIVO, E. M. *Terra radiosa, povo triste: a melancolia no Retrato do Brasil* de Paulo Prado, p. 19.

<sup>443</sup> PRADO, P. *Paulística etc.*, p. 57.

<sup>444</sup> ABUD, K. M. em *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições* – a construção de um símbolo paulista: o bandeirante, (p. 15) destacou o relato de vários historiadores apontando o fato.

<sup>445</sup> PRADO, P. *op. cit.*, p. 46.

<sup>446</sup> BOMFIM, M. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, p. 87.

<sup>447</sup> Idem, *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política*, p. 149.

Dessa forma, eles foram buscar nos traços típicos de São Paulo, como as características geográficas e a abundância do gentio, os fatores primeiros, que contribuíram para a formação de sua peculiar população. Para ambos, a singularidade de São Paulo em grande medida se devia a sua população mestiça, foi pelas mãos dessa gente que boa parte do Brasil tinha sido construída.

Paulo Prado, quando resgatou a São Paulo do império colonial, viu na região isolada no altiplano, ali onde Nóbrega e Anchieta se estabeleceram para seu apostolado, traços característicos de vida independente.<sup>448</sup> Divisou nos campos de Piratininga dominados pelo gentio, indícios precoces da formação nacional, e enxergou uma cidade que se desenvolveu, mesmo com a crise da metrópole. Salientou as circunstâncias históricas e geográficas que singularizaram o planalto e assinalou que, "no conjunto da formação do país se destaca a sua história regional com uma peculiaridade notável e que os séculos têm transmitido de geração em geração".<sup>449</sup>

Além das circunstâncias históricas, também interessava a Prado a formação étnica de sua gente, e, num momento em que a ciência se debatia nas discussões das "raças", questionou a possibilidade de uma "raça paulista", deixando clara a influência da leitura dos textos que o antecederam.<sup>450</sup> Destacou que O Caminho do Mar teve importância vital na constituição da individualidade histórica de São Paulo, propiciando o desenvolvimento da 'raça'. Entendia que as dificuldades colocadas pela natureza, afastando "durante séculos a montanha da capitania da estreita faixa litorânea, e, portanto, do contato pela navegação com o mundo civilizado", acabaram por influir na formação do caráter e do tipo desta população.<sup>451</sup>

Na visão do paulistano, cercados pela densa mata, os moradores do planalto uniam-se entre si em relações endogâmicas,<sup>452</sup> "protegendo o desenvolvimento da hereditariedade, que

---

<sup>448</sup> PRADO, P. *Paulística etc.*, p. 87.

<sup>449</sup> *Ibid.*, p. 46.

<sup>450</sup> A década de 1920 foi próspera na discussão da superioridade de São Paulo. Conforme Abud, em *o sangue intemorato* ..., p. 139, os principais representantes deste "orgulho paulista" eram Taunay, Alcântara Machado e Ellis Júnior. É no trabalho deste último que se faz mais presente a idéia da superioridade da "raça paulista".

<sup>451</sup> PRADO, P. *op. cit.*, p. 71.

<sup>452</sup> Prado falava em manter a pureza da raça com as relações endogâmicas, Levi, no estudo que fez da Família Prado mostrou que entre eles os cruzamentos consanguíneos foram constantes.



é o principal fator constitutivo das raças, e uma excelente condição para manter sua pureza".<sup>453</sup> Como destacou o autor:

Achou-se logo São Paulo integrado e isolado ao mesmo tempo na evolução do povo brasileiro. Os antecedentes étnicos do complexo social, o subconsciente coletivo das diferentes gerações – elementos de formação e elementos de crescimento num meio propício – deram-lhe logo a especificidade que o caracterizou durante o seu processo evolutivo (...).<sup>454</sup>

Orientado por Capistrano de Abreu, como mostrou Calil, Paulo Prado partiu da idéia de que o desenvolvimento da província seguia o esboço de uma "curva senóide", procurou demonstrar que:

a ascensão era o resultado do isolamento dos paulistas proporcionado pela difícil transposição do Caminho do Mar: o clímax fora obtido pela ação decisiva e imprevista dos bandeirantes predadores de índios e inimigos dos espanhóis; a decadência chegara com os governadores portugueses no início do século XVIII, e o desmembramento do território, com a perda de Minas, do Sul e de Goiás; a regeneração se iniciara em meados do século XIX, com as estradas de ferro, a plantação intensiva do café, a importação de mão-de-obra e a renovação do contingente humano pela imigração estrangeira.<sup>455</sup>

São Paulo, sem ter a riqueza gerada pelo comércio do açúcar, tal qual o nordeste brasileiro, levado pelo sucesso dos espanhóis em suas possessões na América, se dedicava à busca do ouro. Os paulistas organizavam expedições e rumavam para o interior do país, e, na ausência de metais preavam índios; essas expedições eram algo como 'uma marcha para o oeste'. Na visão de Bomfim, eles eram fortes, tenazes e ousados, enfim o tipo adequado para palmilhar as densas matas, o que possibilitou ao Brasil configurar um território tão vasto.<sup>456</sup> Um tipo étnico muito corajoso, que incorporava os valores da nova terra, e eles foram beneficiados pela natureza. Lima destacou que "por uma curiosa anomalia, os cursos da água da região de São Paulo ao Paraná correm do litoral para o interior, como se houvessem sido predestinados a conduzir para ali os aventureiros".<sup>457</sup>

Bomfim tomou por base os estudos de Karl Friedrich Phillipp von Martius, segundo o qual o português pioneiro, buscando a defesa do território, criou um "Sistema de Milícia",<sup>458</sup> que era uma organização surgida no próprio seio da população, e que poderia explicar o

---

<sup>453</sup> PRADO, P. *op. cit.*, p. 78.

<sup>454</sup> *Ibid.*, p. 47.

<sup>455</sup> CALIL, A. Introdução e cronologia. In. *Retrato do Brasil*, p. 11.

<sup>456</sup> BOMFIM, M. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, p. 237.

<sup>457</sup> LIMA, O. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*, p. 91.

<sup>458</sup> BOMFIM, M. *op. cit.*, p. 88.

espírito empreendedor dos bandeirantes paulistas. A ação das bandeiras era de "pioneiros livres e não soldados de um Estado", como ressaltou Bomfim,<sup>459</sup> eram o que Lima chamou de "aventureiros que se organizavam em bandos", e formavam as entradas para embrenhar-se pelo país, "quando as entradas se transformaram em expedições, mais numerosas e menos desorganizadas, receberam o nome de bandeiras".<sup>460</sup>

Diferentemente de Prado, o sergipano não atribuiu ao isolamento de São Paulo as razões de sua importância, aparentemente preferiu não se ocupar das características geográficas da cidade, pois para ele dizia muito mais o ânimo de seu povo. Na análise do sergipano, a valorização do bandeirante era decorrente, sobretudo, do papel de desbravador desses aventureiros. Era o ato da conquista de novos territórios, a expansão do Brasil, que os faziam tão especial aos olhos do autor, além de considerar que os paulistas realizaram ato único em toda a América, chamando-os de "pioneiros da tradição brasileira, no Sul", essa gente "com quem nasceu o Brasil do Sul, e que foi ação essencial na formação do conjunto".<sup>461</sup> Afirmou que assim foi até início do século XVIII e, lembrando a conquista das terras do Paraná, asseverou: "se o atual Paraná foi São Paulo por quase todo o período colonial, é que pelo paulista se conquistou, e desbravou, e colonizou a terra".<sup>462</sup>

Para o autor, a expansão territorial e a unificação eram elementos importantes, pois serviam como ponto de partida na formação nacional. Daí denominar a ação expansionista dos paulistas de "modeladora", e vê-los como promotores da unidade nacional: "pela sua atividade de pioneiros, foram os melhores instrumentos ou realizadores da fórmula unificadora".<sup>463</sup> Não era um desbravamento qualquer, na visão dele, os paulistas foram para o sul movidos "além do patriotismo, pelo interesse de captar escravos, e, sobretudo, de descobrir minas".<sup>464</sup>

Em sua retrospectiva histórica, Bomfim enxergou patriotismo nos paulistas já no primeiro quartel do século XVII. São Paulo era, segundo ele, "um viveiro de portentosas energias humanas"; e era daqui que irradiavam aqueles que iam "extinguir o domínio

---

<sup>459</sup> *Ibid.*, p. 363.

<sup>460</sup> LIMA, O. *op. cit.*, p. 88.

<sup>461</sup> BOMFIM, M. *op. cit.*, p. 87.

<sup>462</sup> *Ibid.*, p. 321.

<sup>463</sup> *Ibid.*, p. 325.

<sup>464</sup> Idem, *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política*, p. 368.

castelhano do alto do Paraná, estendendo o Brasil até às últimas águas do planalto".<sup>465</sup> E destacou:

O maior valor, constante em toda a historia dos Paulistas, são os intuitos patrioticos dos seus commettimentos aventurosos, a dominar territorios. (...) E, só por isso – porque procediam em patriotismo, a nacionalidade brasileira se poudé affirmar ao Sul. Na situação historica que lhe foi feita, não havia para a raça forte de Piratininga outra forma de afirmação. E, então, aos temiveis preadores de indios coube a missão de corrigir, no continente Sul, a monstruosa partilha de Tordesilhas.<sup>466</sup>

Sem se atropelar na questão racial, Bomfim enaltecia o mameluco, enlevava o paulista e, ainda que forçosamente, reconhecia na miragem do ouro o motor que os impulsionava e que eles não poupavam esforços para obter. Afinal, foi a sede de ouro que fez esses homens lançaram-se ao interior do Brasil. Por isso, afirmava que "os paulistas eram os condutores – o ânimo inteligente das empresas; o trabalho, a massa dos guerreiros, eram dados pelo esforço do caboclo".<sup>467</sup>

Os piratininganos eram os mestiços resultado da mescla da índia com o colono português, para Bomfim, ao avançar pelo território e anexar novas terras eles iam se fundindo com os nativos, assim, eles dilatavam os domínios nacionais e inseriam os índios na sociedade, por isso o sergipano os via como os grandes construtores da nação. Os mamelucos, continuava o autor, fez as primeiras glórias de São Paulo e notabilizou-se pelas aventuras no interior do país.

A visão de Paulo Prado acerca dos mamelucos é aquela cultuada pela historiografia predominante da época: um tipo humano resistente, que foi responsável pelo alargamento das fronteiras nacionais, embrenhavam-se pelos sertões, enfrentando a "natureza adusta e inesgotável",<sup>468</sup> e endossando as idéias de seu tempo, nos disse o autor de *Paulística*, que a mistura do português com o índio, "resultou na formação de uma sub-raça que a história e a lenda celebrizaram",<sup>469</sup> e ressaltou:

Do índio, vinha-lhe o ardil, o instinto, a maleabilidade, a coragem impassível, a observação agudíssima apurando os sentidos. Do branco, a obstinação, a inteligência, a imaginação, a cobiça. Corrigindo o velho fundo disciplinar e tradicional do europeu, a fraternidade comunista do indígena seria a semente da independência esquiva que veio caracterizar o novo tipo étnico em formação. E,

<sup>465</sup> Idem, *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, p. 382.

<sup>466</sup> Idem, *O Brasil na historia: deturpação das tradições, degradação política*, p. 106.

<sup>467</sup> Idem, *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, p. 125.

<sup>468</sup> PRADO, P. *Paulística etc.*, p. 104.

<sup>469</sup> *Ibid.*, p. 103.

desenvolvendo-se nesta luta de cada instante contra a Natureza, foi aí que se revelou a verdadeira grandeza da bandeira paulista.<sup>470</sup>

Prado destacou que se a mistura caracterizou o país, em São Paulo, ela ganhava um tom especial, pois aqui, assinalou, "a amalgamação se fez intensamente, como num cadinho e favorecida pelo segregamento", <sup>471</sup> contudo, considerava o habitante de São Paulo mais do que a simples união entre o português quinhentista e o nativo; contribuiu ainda, segundo o autor, uma "mescla de sangue judaico (...) [que] veio sem dúvida melhorar as qualidades étnicas do fator branco na constituição do novo tipo paulista".<sup>472</sup> A partir daí é que surgiu, de acordo com ele, "o tipo predestinado do mameluco",<sup>473</sup> que viria "a exercer grande influência na história do Brasil".<sup>474</sup> Observava que, no "final do século XVI, o caldeamento dos elementos étnicos estava, por assim dizer, realizado no planalto e, com os característicos de uma raça nova, ia surgir o paulista".<sup>475</sup> Com isso, o autor enfatizava a representação do branco e sua importância tanto no sangue como nos valores desse povo. E, nessa formação, não havia espaço para o negro africano, o paulista era, portanto, consequência de uma formação étnica singular, apurada ao longo dos anos, sob o influxo de clima e relevo específicos. Mamelucos, foi a designação dada pelos jesuítas, como notou Abreu, "isto é, filhos de cunhãs índias, denominação evidentemente exata, pois mulheres brancas não chegavam para aquelas brenhas".<sup>476</sup>

A mistura aqui era tanta que os sentidos de: caboclo, mameluco, bandeirante e paulista tornaram-se equivalentes, como ocorre nos textos de Paulo Prado e Manoel Bomfim. Mas, na opinião de Bomfim, até o século XVIII, em São Paulo, prevalecia a ascendência indígena, como na língua, afinal a expressão *língua da terra*<sup>477</sup> era a designação da língua tupi.<sup>478</sup> Os

---

<sup>470</sup> *Ibid.*, p. 104-5.

<sup>471</sup> PRADO, P. *Retrato do Brasil*, p. 192.

<sup>472</sup> *Idem*, *Paulística etc.*, p. 75-6.

<sup>473</sup> *Ibid.*, p. 76.

<sup>474</sup> PRADO, P. *Retrato do Brasil*, p. 70.

<sup>475</sup> *Idem*, *Paulística etc.*, p. 79.

<sup>476</sup> ABREU, C. Capítulos de história colonial, p. 129.

<sup>477</sup> Grifo do autor.

<sup>478</sup> BOMFIM, M. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, p. 114.

nomes de lugares e mesmo de utensílios domésticos eram todos deste idioma, cuja presença em São Paulo é marcante até hoje.

Entretanto, o avanço dos paulistas não poderia prescindir do auxílio indígena, de acordo com o médico, a experiência dos nativos foi de grande valia para os piratininganos, sem dúvida, muitas realizações destes se devem àqueles. Os tupis, por exemplo, eram grandes guerreiros e trilhavam caminhos pelas matas; cruzaram do Tietê ao Paraná, por todo o litoral de Bertiooga, e os paulistas aproveitaram estas trilhas para alcançar o mar. A mesma idéia Prado expressou em *Paulística*, mostrando que o Caminho do Mar já havia sido desbravado pelos nativos "pelo machado de pedra".<sup>479</sup> E, arrematava Bomfim, muito embora não se possa falar que todo paulista fosse mestiço, foi no influxo desta mistura que eles se tornaram um poderoso fator de "aproximação entre a gente da colônia e as tribos".<sup>480</sup>

Mas o bandeirantismo é resultado das circunstâncias históricas de São Paulo. Prado situou o movimento das bandeiras dentro do seu contexto socioeconômico, ao ressaltar que:

o bandeirismo é um resultado da localização do paulista no seu altiplano; a sua expansão, como se deu era fatal e lógica. Tudo empurrava o bandeirante para o interior da terra: o rio, a lenda das minas do Potosi, o mistério cheio de promessas das matas quase impenetráveis, escondendo duas fontes inesgotáveis de riqueza – o índio e o ouro. Nessa função histórica e geográfica a bandeira resumiu todas as qualidades e defeitos da raça que se apurara na segregação da montanha.<sup>481</sup>

Nesse sentido, argumentava Prado, as bandeiras foram importante fonte para suprir a carência de mão-de-obra na lavoura e na defesa das culturas e criações,<sup>482</sup> a solução encontrada pelos donatários foi a escravização do indígena. Diante das circunstâncias, e sendo o gentio um inimigo, assegurou o autor, a bandeira surgiu "como uma necessidade inelutável, fornecendo braços para a cultura das sesmarias e sítios, e arcos e flechas para a defesa e sustento do colono".<sup>483</sup> Além disso, alegava, o paulista palmilhou a terra inóspita quase só, sem nenhum auxílio oficial.<sup>484</sup>

E os bandeirantes avançavam, fosse pela busca de índios ou por terem sido expulsos da minas que haviam descoberto, muito incisivo na defesa dos paulistas, afirmava que estes

---

<sup>479</sup> PRADO, P. *Paulística etc.*, p. 66.

<sup>480</sup> BOMFIM, M. *op. cit.*, p. 119.

<sup>481</sup> PRADO, P. *op. cit.*, p.60.

<sup>482</sup> *Ibid.*, p. 136.

<sup>483</sup> *Ibid.*, p. 136.

<sup>484</sup> *Ibid.*, p. 145.

eram não desanimavam e mesmo despojados, aviltados e infamados, migravam à procura de novas descobertas,<sup>485</sup> e, assim, foi que fundaram Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, chegando até o Pará.<sup>486</sup>

Esse aspecto é muito frisado no trabalho de Bomfim, que repisou constantemente a importância das bandeiras na delimitação do território brasileiro, avançando sobre as possessões da colônia espanhola e garantindo mais terras ao domínio do Brasil. Narrou as várias façanhas dos paulistas nesta empreitada, como o caso da expansão para o norte do país, em que se dilataram as linhas divisórias, originalmente delimitadas entre Santos e Pernambuco.<sup>487</sup> E, como eles acumulavam êxitos, considerou não haver "na América do século XVII, povos que lhes pudessem fechar caminho", pois todos que os enfrentaram foram derrotados.<sup>488</sup> Mas o sergipano queria mais: talvez relacionando muito diretamente extensão territorial com importância política da nação, lamentou a perda da Cisplatina, concluindo que, fosse o Brasil paulista, Portugal não teria perdido o Uruguai, os bandeirantes continuariam avançando pelos territórios já ocupados pelos espanhóis e o mapa da América do Sul teria outra conformação.<sup>489</sup>

Com o tempo, os mamelucos se aprimoraram, ao menos aos olhos de Bomfim. A experiência das conquistas territoriais, as lutas contra o gentio, contra os espanhóis deram aos paulistas, além da má reputação, perícia em combates, suas habilidades eram frequentemente solicitadas em outras regiões do país, como foi o caso da Bahia, "os Paulistas são os Brasileiros de essencia, que acodem aos repetidos chamados da Bahia, na defesa contra o gentio Aymoré (...)", além disso, lutaram, ao lado de demais brasileiros, contra os holandeses e em favor de Pernambuco, no caso dos Palmares.<sup>490</sup> E, sempre insistindo no intuito nacionalista dos aventureiros, enxergou na luta contra os batavos uma autêntica ação patriótica dos naturais da terra.<sup>491</sup> Assim, os paulistas:

foram os melhores instrumentos ou realizadores da fórmula unificadora. (...) Nem se deve dizer que os bandeirantes paulistas foram, apenas, caçadores de índios e de

---

<sup>485</sup> BOMFIM, M. *op. cit.*, p. 96.

<sup>486</sup> *Ibid.*, p. 315-17.

<sup>487</sup> *Ibid.*, p. 237.

<sup>488</sup> *Ibid.*, p. 301.

<sup>489</sup> *Ibid.*, p. 301-3.

<sup>490</sup> Idem, *O Brasil na historia: deturpação das tradições, degradação política*, p. 153.

<sup>491</sup> Idem, *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, p. 259.

ouro, nômades inquietos, a riscar, tão somente, o território nacional. (...) como desbravaram, eles lavraram e povoaram.<sup>492</sup>

E, foram também os paulistas, de acordo com Bomfim, que impuseram fragorosa derrota aos castelhanos na América espanhola. A defesa dos bandeirantes vai além: o Brasil que se salvou foi aquele onde os bandeirantes imprimiram seus traços,<sup>493</sup> não fossem os brasileiros,

o colono português teria ficado nos limites das primeiras capitanias, se da colonização, ao influxo da terra, não houvesse surgido as gentes válidas que permitiram resistir (...) Ter-se-ia perdido, mesmo, grande parte dessas primeiras capitanias. Tal não se deu porque, com a herança da tenacidade portuguesa, o Brasil nascente teve a boa iniciação política do Portugal ainda são, explicitamente unificado, e patrioticamente homogêneo. Foi esse influxo, agindo sobre uma sociedade de formação rural, que produziu o glorioso Brasil do século XVII.<sup>494</sup>

É patente a admiração que os dois estudiosos tinham pelos bandeirantes, e é fato que os piratininganos se distinguiram na história do Brasil, foi Prado quem salientou que "a influência paulista teve uma função catalítica (...) na constituição da unidade nacional"<sup>495</sup> é claro que se referia à ocupação das terras, pois salientou: "formaram o grande processo de exploração e povoamento que é a própria história do país",<sup>496</sup> e, por isso, apesar de constatar vários 'núcleos de influência' das bandeiras, destacou que:

em parte alguma (...) além do planalto de Piratininga, aparece a bandeira como fenômeno histórico constante e especial. Aqui, apenas se constituiu nos seus rudimentos a povoação mestiça e independente, começa o grande movimento de conquista dos sertões.<sup>497</sup>

A despeito da simpatia que Bomfim e Prado podiam ter pelo bandeirantismo, da importância da ação dos paulistas na construção nacional, era inegável sua outra face. A origem popular desse movimento não lhe imprimiu traços de solidariedade humana e não o impediu de cometer muitas barbáries, as quais Manoel Bomfim preferiu "esquecê-las" ou "escondê-las". Foi com certa cautela que o médico sergipano admitiu ações violentas praticadas pelos mamelucos e, apesar de reconhecer que houve injustiças e crueldade, negava categoricamente ter havido extermínio. Tentando justificar a atitude dos paulistas, afirmava

---

<sup>492</sup> *Ibid.*, p. 325.

<sup>493</sup> *Ibid.*, p. 322.

<sup>494</sup> *Ibid.*, p. 300.

<sup>495</sup> PRADO, P. *op. cit.*, p. 47.

<sup>496</sup> *Idem*, *Retrato do Brasil*, p. 98.

<sup>497</sup> *Ibid.*, p. 88.

que: "obra de tanta monta, conduzidas por energias tais, nas idéias do tempo, não se faria sem muita maldade e muito sofrimento para os pobres indígenas".<sup>498</sup>

Já Paulo Prado reconheceu o verdadeiro intuito dessa organização desde o início, daí não ter negligenciado e ter apontado o desempenho dos bandeirantes em prear o nativo,

a bandeira foi sempre uma empresa concebida e organizada para a exploração de negócio. O granjeio do índio escravizado e vendido nos mercados a beira mar (...) tornou possível as entradas de mineração (...).<sup>499</sup>

Bomfim preferia abordar o assunto insistindo na ótica da conquista de terras, do alargamento dos domínios nacionais, da formação da pátria brasileira. E, por isso, enfatizava a importância das bandeiras que partiam de São Paulo, "as bandeiras de intrépidos que aniquilarão o domínio espanhol de Guairá, e se estenderão, de mais em mais, até conquistar, para o Brasil, todo o coração do continente".<sup>500</sup> Para ele tratava-se de uma disputa de território, o nacional contra o estrangeiro, era a leitura de um homem do século XX, envolto pelas discussões de seu momento olhando a história do Brasil. O seu nacionalismo o fazia "torcer" pelo seu país. Logo, a destruição de Guairá tornava-se inevitável, pois muito significativa para a colonização espanhola,

era o estabelecimento mais poderoso que as próprias reduções fundadas depois; constituía o germe de uma colônia espanhola, que dominaria toda a região, e chegaria, talvez, até a costa. O seu fracasso foi um choque que reduziu consideravelmente a expansão castelhana na América do Sul.<sup>501</sup>

O bandeirante não pensava em pátria, não tinha essa noção de nacionalidade tão cara ao sergipano. O ataque às reduções objetivava a captura do nativo já aliciado pelos padres e condicionado ao trabalho rotineiro. Era o preço da mão-de-obra que atraía esses aventureiros. Conforme Bomfim, os colonos ansiosos por braços para labutar a terra, "não hesitaram em apresá-los e reduzi-los ao cativoiro, para tirar deles o trabalho (...) o mal ainda se agravou porque especuladores desalmados trataram de converter os índios em gênero de negócio".<sup>502</sup>

Bomfim considerava esse o ponto de origem do ódio que os missionários alimentavam e a má fama que fomentavam contra os sertanistas. Em *O Brasil na América*, o autor reconheceu influência dos jesuítas na formação do Brasil nos primeiros tempos e que foi

---

<sup>498</sup> BOMFIM, M. *O Brasil na América*: caracterização da formação brasileira, p. 125.

<sup>499</sup> PRADO, P. *op. cit.*, p. 112.

<sup>500</sup> BOMFIM, M. *op. cit.*, p. 210.

<sup>501</sup> *Ibid.*, p. 312.

<sup>502</sup> *Ibid.*, p. 155.



decisiva por todo o período colonial.<sup>503</sup> Mas, que aos poucos, a atividade apostólico-política teria colidido com os interesses dos colonos, pois, à medida que os bandeirantes avançavam, iam se defrontando com os padres. E, assim, se fez presente a ação da Companhia com os padres acusando os colonos de escravizar os índios e impor a eles martírios e castigos.

Neste aspecto, o embate entre eles era previsível desde os primeiros tempos da ocupação, pois o desenvolvimento da agricultura, sobretudo a lavoura da cana-de-açúcar, exigia grande quantidade de trabalhadores. Além de a metrópole não ter contingente populacional suficiente para permitir o atendimento de tal demanda, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas ainda não estava perfeitamente esboçado, resultando daí a necessidade de lançar mão dos nativos em trabalho forçado.

Desse entrave se desenvolveu uma verdadeira guerra. Os padres difamavam os bandeirantes chamando-os de "salteadores, cruéis".<sup>504</sup> Bomfim defendeu os paulistas, argumentando que, mesmo sofrendo de carência moral, estes foram fundamentais na cimentação da pátria nascente e que as calúnias contra os bandeirantes contribuíram para turbar o desenvolvimento de nossa nacionalidade.<sup>505</sup> Os jesuítas pretendiam cumprir sua missão: a de salvar os ímpios selvagens. Reclamavam os índios,

para a *seara de Deus*<sup>506</sup>, a quem reservavam as suas almas. Mas, em criaturas simples como os pobres caboclos, a alma não se separa muito do corpo, e os *padres*, para êxito completo de sua obra – no governo das almas –, queriam também o governo material dos seus neófitos, pondo-os fora da ação dos colonos, que assim, ficam privados de obter trabalhadores.<sup>507</sup>

Ressalte-se, contudo, que o problema não se restringia a São Paulo. Em todo o Brasil, havia disputa pelos nativos entre os padres e os bandeirantes. E, se os colonos reclamavam o nativo para utilizar sua força de trabalho, historiadores apontam que os próprios missionários também o faziam. Simonsen relatou que, em meados do século XVIII, no norte e nordeste do Brasil havia nove vilas de povoamento em estado paupérrimo; enquanto os padres, lançando mão do trabalho servil em suas aldeias, logravam prosperidade.<sup>508</sup>

---

<sup>503</sup> *Ibid.*, p. 154.

<sup>504</sup> *Ibid.*, p. 309.

<sup>505</sup> *Ibid.*, p. 311.

<sup>506</sup> Grifo do autor.

<sup>507</sup> BOMFIM, M. *op. cit.*, p.156.

<sup>508</sup> SIMONSEN, R. C. *op. cit.*, p. 327/8.

Em *História Econômica do Brasil* são narradas as dificuldades dos colonos ante a carência de mão-de-obra por todo o período colonial. Não só a agricultura, mas também as extrações do ouro exigiam grande quantidade de operários e a colônia, especialmente os paulistas, não dispunha deste recurso, aí está a razão dos conflitos com os missionários que se arrastaram desde o século XVI. Como salientou Simonsen, sob a égide jesuítica nasceu o povoado e se constituiu a legislação protetora dos primitivos ocupantes da terra, contudo, salientou valeu a força do

imperativo econômico de um povo que queria expandir-se; a lei foi infringida, os jesuítas combatidos e até expulsos, dentro dos primeiros cem anos da vida piratiningana. E durante quase dois séculos irradiaram das capitanias paulistas, esses grupos de energia condensada que iriam conquistar e integrar na colônia mais da metade do Brasil de hoje.<sup>509</sup>

Para Paulo Prado, que deu maior destaque ao papel dos jesuítas em seu primeiro livro, *Paulística*, os religiosos e os colonizadores tinham a mesma origem e o mesmo perfil, distinguindo-se somente na sua esfera de atuação. Concordava que inimizade entre eles girava em torno da questão indígena, mas não só, outro fator da discórdia era o comportamento dos colonos. Segundo ele, mesmo protegidos do contágio europeu, os paulistas não escapavam "à dissolução geral dos costumes",<sup>510</sup> e a postura luxuriosa acarretava conflitos constantes entre eles. A contenda, na opinião de Prado, deve ter se iniciado por volta de 1554 e se prolongou até os "últimos anos do século XVII".<sup>511</sup> Todavia, notou o paulistano, a despeito das diferenças entre colonos e padres, a violência empregada no tratamento aos nativos era semelhante, pois, se o sertanista os resgatava para escravizá-los, aldeá-los ou vendê-los "para os mercados do litoral", os padres os queriam para "salvar-lhes a alma". Contudo, a brutalidade no método de conversão ficava patente pelas palavras de Anchieta: "para esse genero de gente não ha melhor pregação do que espada e vara de ferro, na qual mais do que em nenhuma outra é necessário que se cumpra o *compelle e os intrare*".<sup>512</sup>

O fato de capturar os nativos depunha contra os paulistas. Na tentativa de abrandar os acontecimentos, Bomfim, embora admitisse o fato, negava sua gravidade, atribuindo-o à intriga dos missionários, e alegando existirem "fartas provas de que os paulistas não

---

<sup>509</sup> *Ibid.*, p. 209.

<sup>510</sup> PRADO, P. *Retrato do Brasil*, p. 159-60.

<sup>511</sup> *Idem*, *Paulística etc.*, p. 83.

<sup>512</sup> *Ibid.*, p. 103. De acordo com Rónai (1980, p.42), *compelle intrare*, "obriga (-os) a entrar" \* Palavras do amo ao seu servo, na parábola da grande ceia, na tradução da *Vulgata* (Lucas, 14, 23).

cativavam tanto índio como pretendem os jesuítas", <sup>513</sup> dizia que os nativos eram pegos, mas não exterminados e que cativoiro não é extermínio. <sup>514</sup>

Paulo Prado, com seu olhar mais agudo, e sem qualquer intenção de dissimular o conflito, considerou que esses desentendimentos puseram "em evidência os vícios e virtudes tão peculiares ao tipo do bandeirante de São Paulo". <sup>515</sup>

Se os missionários difundiam a má fama dos paulistas, sem dúvida tinham razões de sobra para isso. Em *O Brasil na América*, o autor narra a sina dos padres, fugindo dos ataques dos bandeirantes, desde Guairá, até fundarem as Missões de Guaranis. Sempre compreendido como um "ato de libertação nacional", Bomfim falava que os "terríveis bandeirantes desbarataram de novo os padres espanhóis, e libertaram o território que consideravam da sua pátria". <sup>516</sup> E os bravos bandeirantes seguiam sendo enaltecidos pelo autor, para quem, somente no baixo Paraná-Uruguai é que os jesuítas ficaram fora do raio de ação dos paulistas e puderam subsistir aos ataques perpetrados por eles. Mas quem os deteve, escreveu Bomfim, foi a Coroa e não os missionários, pois estes "só lograram resistir porque o governo espanhol lhes forneceu armas", <sup>517</sup> e, por tudo isso, afirmou: "e o castelhano, jesuíta ou não, tanto como odeia, respeita o mameluco paulista". <sup>518</sup>

De um nacionalismo bem mais contido, e um crítica menos contundente, Prado, contudo, detratou o padre Vieira, <sup>519</sup> acusava-o de trair os interesses brasileiros no episódio da luta contra os holandeses e de faltar ao beato "a visão da nova nacionalidade que começava a se formar no monte das Tabocas e nos campos de Guararapes". <sup>520</sup> Seus comentários, no entanto, não avançaram deste ponto, ao que parece, o autor preferiu não se aprofundar no exame do tema. Em *Retrato do Brasil*, pouco se ocupou dele, chegando a afirmar que,

---

<sup>513</sup> BOMFIM, M. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, p. 311.

<sup>514</sup> *Ibid.*, p. 125.

<sup>515</sup> PRADO, P. *Retrato do Brasil*, p. 108.

<sup>516</sup> BOMFIM, M. *op. cit.*, p. 312.

<sup>517</sup> *Ibid.*, p. 312.

<sup>518</sup> Idem, *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política*, p. 100.

<sup>519</sup> Segundo Calil (2004, p. 10), em artigo publicado em *O Estado de São Paulo*, Prado considerou o Padre Vieira "um diplomata cosmopolita e tortuoso", o que lhe valeu uma dissensão com Amadeu Amaral. O paulistano treplicou com um artigo intitulado "O padre Vieira".

<sup>520</sup> PRADO, P. *Paulística etc.*, p. 244.

naquelas resumidas páginas, seria melhor não indagar a "influência dos jesuítas na formação de nossa nacionalidade".<sup>521</sup>

Se, no julgamento de Bomfim, eram membros da Companhia de Jesus que faziam 'campanha' contra os paulistas, no entender de Prado, foi a violência dirigida aos inimigos, a truculência no aprisionamento do índio e as revoltas na vila de Piratininga, protagonizadas pelos paulistas, que difundiram a má fama "por toda a colônia e por toda a América castelhana, até a Europa, dos crimes hediondos cometidos pelos mamelucos de São Paulo".<sup>522</sup> Era este perfil do paulista que Bomfim preferia ocultar e Prado justificá-lo, atribuindo seus atos à "rudeza dos tempos".<sup>523</sup> E, seguindo a trilha do grande mestre, Capistrano de Abreu, Paulo Prado recupera seu questionamento sobre a questão dos horrores e o montante de vidas humanas perdidas na expansão territorial do Brasil. Justificaria tanto sofrimento?<sup>524</sup> Prado deixa a questão em aberto, e salienta que tal interrogação permeará para sempre o estudo do bandeirantismo paulista.

O embate com os jesuítas era visto positivamente pelo sergipano, pois significava avanço territorial. Tanto ao retomar as terras brasileiras tomadas pelos missionários espanhóis, quanto incorporando novas terras ao Brasil, e mesmo muito crítico às missões religiosas, Bomfim ressaltava que a ação da Companhia de Jesus foi diferente no Brasil do resto da América. Segundo ele, a metrópole espanhola delegou aos padres a questão indígena se distanciando do problema, estes tinham independência, "foram senhores exclusivos da vida temporal e espiritual dos índios reduzidos", preocupavam-se mais com a Companhia do que com a pátria, chegando mesmo a ações antipatrióticas.<sup>525</sup> A ausência do sentimento nacional nos padres, na visão de Bomfim, foi muito nociva para as futuras nações hispano-americanas e a ação dos bandeirantes foi fundamental para conter a obra dos missionários em território brasileiro, e salientou que foram os paulistas que neutralizaram a atividade apostólico-política dos membros da Companhia de Jesus. Se eles "causaram muito mal" no Prata, como alega Bomfim, certamente é porque lá não havia nenhuma força capaz de controlá-los como houve

---

<sup>521</sup> PRADO, P. *Retrato do Brasil*, p. 107.

<sup>522</sup> Idem, *Paulística etc*, p. 84.

<sup>523</sup> *Ibid.*, p. 86.

<sup>524</sup> *Ibid.*, p. 133.

<sup>525</sup> BOMFIM, M. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, p. 161.

por aqui, mas os bandeirantes não agiram sós, e de acordo com Bomfim, quem "segurou" os jesuítas no Brasil foram o espírito nacional do brasileiro e a política do estado português.<sup>526</sup>

Isso não significa, como já foi observado, que os sertanistas fossem patriotas. Paulo Prado se aproxima mais da realidade ao afirmar que o que os movia era a sede de ouro. De ouro, de índio e de qualquer outra oportunidade de negócio vantajoso, sem terem em mente um projeto de pátria ou o sentimento de solidariedade, eles avançavam pelo continente devastando o que encontrassem pelo caminho.

E, já que era inevitável, posteriormente, Bomfim admitiu que parte da má fama dos paulistas era resultado de seus próprios feitos, mas ele acreditava que a metrópole utilizava estrategicamente a situação, pois visava "quebrar e deluir a tradição brasileira".<sup>527</sup> Retomando Southey, reafirmou que na América não teria havido mais bravura, patriotismo e intrepidez, insistindo na idéia de que a imagem negativa dos bandeirantes passada pelos jesuítas eram calúnias.<sup>528</sup> Alegava que os paulistas eram mais hábeis no trato com os nativos do que os missionários espanhóis e, por isso, fez dele as palavras de Southey ao falar dos mamelucos paulistas: "quando expulsos os jesuítas, entregues os seus aldeamentos aos espanhóis os exércitos brasileiros foram recebidos como libertadores".<sup>529</sup>

Mais prudente e menos otimista, Paulo Prado foi bem mais severo na avaliação dos seus conterrâneos, enxergava-os movidos somente por duas paixões: "o amor à riqueza e o ódio ao espanhol".<sup>530</sup> Diferentemente de Bomfim, não via neles resquício algum de patriotismo, conforme assinalou em *Retrato do Brasil*:

No fenômeno do bandeirismo tudo nos demonstra que a preocupação única do sertanista era a aquisição de riqueza, o desenvolvimento do seu negócio em escravos enquanto não afluía o metal, e, quando este surgiu, com eles feneceram as bandeiras. Não se lhe encontra o mínimo apego à pobre vila piratiningana donde partia (...) Do amor ao torrão natal, nem uma única palavra.<sup>531</sup>

---

<sup>526</sup> *Ibid.*, p. 380.

<sup>527</sup> *Idem*, *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política*, p. 93.

<sup>528</sup> *Idem*, *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, p. 305.

<sup>529</sup> *Ibid.*, p. 346.

<sup>530</sup> *Ibid.*, p. 88.

<sup>531</sup> PRADO, P. *Retrato do Brasil*, p. 146.

Os desentendimentos entre religiosos e colonos se seguiram, conforme narrou Bomfim, assumindo contornos insuperáveis e São Paulo se levantou; a revolta terminou em 1653, com um acordo selado entre as partes.<sup>532</sup>

Bomfim destacou, ainda, a relevância de São Paulo ao lado de Pernambuco como centros pioneiros em lutas explicitamente nacionalistas, lembrou dois episódios: a guerra dos emboabas, em 1708, e a guerra dos mascates, em 1710. A primeira envolveu os piratininganos numa luta para defender, e se apropriar, das então recentes descobertas auríferas, por esses desbravadores, na região das gerais. Na segunda, eram os senhores de terra e engenho pernambucanos nas ruas contra os comerciantes portugueses. Bomfim viu nesses movimentos, sobretudo em Pernambuco, o germe das lutas pela emancipação nacional, pois lá chegaram a falar em independência.<sup>533</sup>

Se o aspecto positivo das bandeiras era o avanço pelo interior e o desbravamento desse imenso país, tinha também seu lado negativo, o que não passou despercebido na análise do paulistano. Para Prado, ao mesmo tempo em que se avançavam ao coração do Brasil, São Paulo era abandonado e o afastamento de seus melhores filhos enfraqueceu a cidade<sup>534</sup>, despovoando "a pequena Vila Piratiningana com as contínuas entradas pelo sertão".<sup>535</sup> A descoberta do ouro, na visão de Prado, significou a decadência de Portugal, o martírio do Brasil e o êxodo de São Paulo, a febre do metal se apoderou daqueles homens rudes e ambiciosos como uma pandemia.<sup>536</sup>

A idéia do prejuízo das descobertas, manifestada por Prado, foi partilhada pelo sergipano, para quem o ouro trouxe conflitos para o Brasil. A notícia das jazidas atraía os colonos de várias regiões do país, e também portugueses. Conforme Bomfim, a metrópole insuflava os reinóis e os demais colonos contra os bandeirantes,

para amesquinhar os Paulistas, foram aceitas e repetidas todas as acusações dos seus tradicionaes inimigos, os jesuitas, convertidas, as suas façanhas, em objeto de libellos, para que, assim, ficassem os heróes do sertão despojados de tudo – de glorias e de minas. Capistrano de Abreu (...) é peremptorio: O Governo da metrópole sacrificava conscientemente S.Paulo a Minas (...).<sup>537</sup>

<sup>532</sup> BOMFIM, M., *op. cit.*, p. 159-60.

<sup>533</sup> *Ibid.*, p. 371-2.

<sup>534</sup> PRADO, P. *Paulística etc.*, p. 157.

<sup>535</sup> *Ibid.*, p. 138.

<sup>536</sup> *Ibid.*, p. 153.

<sup>537</sup> BOMFIM, M. *O Brazil na historia: deturpação das tradições, degradação política*, p. 87.

Além da busca pela riqueza, assinalou Prado, outro fator que exerceu forte influência no declínio de São Paulo foi a sua expansão. Esta era, conforme Berriel, a tese de Prado, "de que o isolamento de São Paulo era a razão de sua grandeza, e confirma também que o contato com outras populações só poderia trazer prejuízo para o paulista".<sup>538</sup> Como registrou em *Paulística*, "no primeiro quartel do século XVIII a capitania paulista, criada em 1709, abrangia os territórios de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, até a Colônia do Sacramento".<sup>539</sup> Todavia, lamentou, pouco a pouco, foi se desmembrando, e até o início do século XIX a capitania apresentava-se num "estado lastimável de decadência e aviltamento (...)".<sup>540</sup>

A descoberta do ouro foi o triunfo dos paulistas e o infortúnio de São Paulo, dessa forma, disse ele, "extinguiu-se de todo a chama ardente da antiga independência e altivez",<sup>541</sup> e na última metade do século XVIII, a cidade entrou em completo apagamento, chegando a se transformar numa "simples comarca do Rio de Janeiro".<sup>542</sup> E lamentando, ressaltou, ainda, que a involução da capitania, colocava um fim na "sonhada hegemonia paulista que a princípio parecia lhe dar a predestinação histórica e geográfica da evolução nacional".<sup>543</sup> Sonhos de hegemonia que os cafeicultores paulistas buscavam retomar no início do século XX.

Como já assinalado, o que movia de fato os mamelucos era a sede do ouro, ou, no dizer de Paulo Prado: a "cobiça". Quando Bomfim romanceia as entradas e bandeiras, realçando a bravura, o patriotismo e a intrepidez nos bandeirantes, tem em mente a formação da nação, e, por isso, dá tanta importância às aventuras dos sertanistas, anexando terras e unificando o Brasil. Prado, por seu turno, viu na cobiça desse aventureiro que corria atrás da prata, do ouro e das pedras preciosas um fator de degeneração da nação.

Com as jazidas se esgotando, as bandeiras também pouco a pouco vão perdendo o seu fulgor, muitos dos homens levados para longe pela ilusão do ouro não retornavam ao torrão

---

<sup>538</sup> BERRIEL, C. E. O. *op. cit.*, p. 145.

<sup>539</sup> PRADO, P. *Paulística etc.*, p. 157.

<sup>540</sup> *Ibid.*, p. 166.

<sup>541</sup> *Ibid.*, p. 48.

<sup>542</sup> *Ibid.*, p. 48.

<sup>543</sup> *Ibid.*, p. 200.

natal. Consoante as palavras de Prado, o bandeirante que havia conquistado terras por todo o Brasil,

transforma-se no colono e povoador das regiões do Sul, da ilha de Santa Catarina e da antiga capitania de São Pedro; ao Norte é ele o criador e fazendeiro dos caatingais baianos, até o Piauí, Ceará e Maranhão; o gado como elemento estabilizador fixa-o nos latifúndios desses sertões; para o interior profundo do país, a mina, em Goiás e Mato Grosso, extingue por seu turno e pela sua riqueza o nomadismo tradicional do antigo piratiningano.<sup>544</sup>

As conseqüências, contudo, puderam ser sentidas no perfil dos habitantes. Prado falou no desaparecimento do piratiningano e sua substituição pelo "paulista da decadência e o seu descendente do São Paulo moderno", aludiu a "uma nova raça", que seria o futuro povo paulista.<sup>545</sup>

Novamente se percebe a influência das teorias raciais da época, na análise do autor, ainda que não as tenha abraçado efetivamente, deixou transparecer, porém, sua crença na "degeneração da raça". Como destacou Leite, ele "aceita a idéia de que o mestiço degenera depois das primeiras gerações", <sup>546</sup> e, excetuando a mistura entre o índio e o branco, condenou a miscigenação, sobretudo no que se referia ao negro. Expressou-a ao apropriar-se de um provérbio dos "americanos do Norte" segundo o qual "Deus fez o branco, Deus fez o negro, mas o Diabo fez o mulato", <sup>547</sup> condenou a mistura porque era contundente no seu julgamento em relação a negros e índios; o negro era indolente e o índio "um animal lascivo" que vivia de acordo com as leis da natureza.<sup>548</sup>

No trabalho de Paulo Prado, a mestiçagem é uma idéia imprecisa. Se, de um lado, podia resolver o problema de ocupação do território e gerar o novo tipo brasileiro, de outro, o autor tinha reservas ao cruzamento com os negros e revelava seu preconceito de classe,<sup>549</sup> a única mistura bem vista era a do branco com o índio, afinal, ela gerou o bandeirante; no entanto, este, segundo o próprio autor, se amesquinhou "depois de se desenrolarem gerações e gerações desse cruzamento, o caboclo miserável – pálido epígono – é o descendente da

---

<sup>544</sup> *Ibid.*, p. 150-1.

<sup>545</sup> *Ibid.*, p. 90.

<sup>546</sup> LEITE, D. M. *op. cit.*, p. 264.

<sup>547</sup> PRADO, P. *Retrato do Brasil*, p. 191.

<sup>548</sup> *Ibid.*, p. 74.

<sup>549</sup> *Ibid.*, p. 69.



esplendida fortaleza do bandeirante mamaluco".<sup>550</sup> Crespo, ao analisar *Retrato do Brasil*, comparou o bandeirante ao Jeca Tatu de Monteiro Lobato e afirmou:

El caboclo, a quien Lobato se refería en 1914, según Prado había sido el bandeirante del pasado. Y éste materializaba la mezcla bien lograda entre el indígena y el portugués. Su papel en la formación de Brasil fue fundamental: al adentrarse temerariamente por la selva en expediciones en busca de oro y de esclavos, fue el bandeirante paulista quien expandió las fronteras del país hacia sus límites actuales. Sin embargo, para Paulo Prado, a lo largo del tiempo la mezcla degeneró. El resultado fue exactamente el tipo apático y miserable retratado como Jeca Tatu.<sup>551</sup>

Embora, Bomfim e Prado façam alusão às circunstâncias históricas, para ambos, os paulistas encerravam que havia de melhor na mistura: o bravo português, ou o português quinhentista com o natural da terra. Também para ambos a importância de São Paulo se explicava pelo ânimo dos mamelucos. Lançando mão da raça como categoria explicativa, buscavam reforçar suas premissas, ou seja, refutar a inferioridade dos latino-americanos, mais especificamente dos brasileiros, para o primeiro, e, ressaltar a degeneração, no caso do segundo.

---

<sup>550</sup> *Ibid.*, p. 192.

<sup>551</sup> CRESPO, R. A. Retratos de México, retratos de Brasil: José Vasconcelos, Monteiro Lobato, Paulo Prado y sus visiones de lo "nacional", p. 4.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A emergência das nações na Europa colocou na pauta do debate as questões nacionais durante os Oitocentos. As formações sociais que se estruturaram nos tempos modernos, orientavam-se fortemente pela idéia de valores comuns e tinham em seu cerne a presença do Estado nacional.

Para muitos autores, o mérito da nação reside na sua capacidade de reunir e abrigar indivíduos com história e laços semelhantes, formando uma unidade comum. Mas, a nação não é uma comunidade de iguais. Vista de uma perspectiva mais ampla, ela encobre conflitos – as contradições inerentes ao modo de produção, em que ela prospera. Dessa forma, nação não é um conceito neutro, é uma categoria ideológica, uma idéia que cumpre um papel social. Por esse motivo, não se afigura pertinente compreender a nação somente como o conjunto de pessoas que falam a mesma língua, compartilham as mesmas instituições e valores e, têm os mesmos interesses. O que caracteriza a nação é a sua propriedade de aglutinar interesses opostos, dirimindo as contradições sob o manto da igualdade.

Estudos da temática nacional ocuparam estudiosos de matizes teórico-ideológicos distintos. O pensamento conservador, já em fins do século XIX, tentava associar a idéia de nação, não ao capitalismo, não às relações de produção; mas, sim, a ancestralidade definida em termos lingüísticos e, principalmente, raciais.

Esta mentalidade teve efeito devastador em solo brasílico. A construção da nação encontrava obstáculos tanto externos quanto internos – o clima, a raça, a escravidão, a colonização portuguesa. Intelectuais brasileiros fundiam num só conceito as idéias de raça-povo-nação. O Brasil – resultado das três raças tristes –, com uma população tão heterogênea, não teria como pleitear seu lugar no mundo civilizado.

Os trabalhos de Bomfim e Prado se voltaram para a formação do Brasil. Embora partissem de preocupações muito próximas, trilharam caminhos diferentes e chegaram a propostas distintas.

Nação é o cerne do trabalho de Bomfim., segundo ele as especificidades de um grupo social frente aos demais é o que a caracteriza, é antes de tudo, a obra de um povo, ou ainda, "um mundo de inteligências morais" em que se "espande uma tradição que é a própria physionomia social do grupo".<sup>552</sup>

---

<sup>552</sup> BOMFIM, M. *O Brasil na historia: deturpação das tradições, degradação política*, p. 36.

O Brasil pensado pelo sergipano era um país descendente dos heróicos portugueses, aquele Portugal pioneiro na formação nacional. O português formador da nação brasileira era o virtuoso renascentista, tenaz e solidário, trazia consigo a determinação de uma pátria e o intuito explícito de fazer um novo país<sup>553</sup>. O segundo elemento étnico que contribuiu na formação do sangue nacional foi o indígena, tido como "autônomo e forte", <sup>554</sup> o gentio foi alvo de muita atenção do sergipano. "Generosos e benéficos" <sup>555</sup>, hábeis conhecedores das matas, foram os nativos que facilitaram a vida dos colonizadores. Quanto ao negro, Bomfim considerou que eles pouco contribuíram na formação do brasileiro devido à tardia inserção do africano em solo brasileiro. Afinal, "nos meados do século XVII, o Brasil já estava definido" <sup>556</sup> e os movimentos mais significativos de escravos ocorreram entre os anos de "1750 a 1850". <sup>557</sup>

Em sua "definição" de nação, ele não se utilizou do "recorte" raça, pois seu objeto de estudo era o Brasil e um Brasil miscigenado. Ao contrário dos pensadores da época, via com bons olhos essa mistura, entendia o brasileiro como resultado do que havia de melhor em cada uma das "raças" formadoras. Ele acreditava no Brasil e também nos brasileiros.

Desde sua primeira produção sobre o tema – *América Latina: males de origem*, a preocupação essencial de Bomfim foi a de demonstrar a viabilidade das nações pobres e miscigenadas do continente latino-americano. *O Brasil na América* é o empenho redobrado do autor em particularizar o seu país, enlevando todos os esforços que pudessem contribuir para a formação nacional. Essa particularização não foi infundada, pois o livro foi gestado na década de 1920, período de intenso debate sobre as questões nacionais, momento em que a palavra de ordem era a criação da nação, assunto que passava a "figurar como tema obrigatório no debate intelectual". <sup>558</sup>

Outro aspecto de Bomfim que vale a pena ressaltar é seu posicionamento político-ideológico. Considerando-se sua proposta de educação popular, a defesa da industrialização e o grande otimismo frente ao Brasil, talvez a qualificação adequada mais próxima seja retratá-

---

<sup>553</sup> BOMFIM, M. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, p. 88.

<sup>554</sup> Idem, p. 108.

<sup>555</sup> Idem, p. 140.

<sup>556</sup> Idem, p. 202.

<sup>557</sup> Idem, p. 202.

<sup>558</sup> VELLOSO, M. P. *A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*, p. 91.

lo, no contexto, como um nacionalista de esquerda, o que não impediu que sua obra fosse, em outros contextos, apropriada por nacionalistas de direita.

Bomfim ocultou conflitos e amenizou o embate dos colonizadores com os índios, além de negligenciar a participação do negro na composição da sociedade. Nesse sentido, é bastante procedente a avaliação de Uemori ao considerar esse 'esquecimento' como estratégia para a formação da nação.

Já Paulo Prado, ao contrario do sergipano, era pessimista, liberal, antiindustrialista, um grande defensor do *laissez-faire*, e pertencia a uma das famílias mais ricas do país, ligada à exportação do café. Para o cosmopolita paulistano, a nação não era meramente a organização social e política de um povo, mas antes, significava a consciência dos fatos históricos desse povo, o conhecimento geográfico das suas limitações de território, aliados ao princípio cooperativo, à disciplina e à religião. Para Prado, a língua e a religião eram indicações efetivas de vínculos coletivos, indícios de nacionalidade, mas ele também encarava nação como uma "vontade da convivência", expressando, neste caso, uma concepção voluntarista de nação.

A análise de Paulo Prado tem como referência as teorias raciais que marcaram a história das idéias no Brasil, desde 1870. Defendeu o branqueamento, falou de "raça paulista"<sup>559</sup>, "astenia da raça"<sup>560</sup>, e via o país como um "cadinho" das três "raças".<sup>561</sup> A nação brasileira, vista por ele, nascia fadada ao insucesso. Resultado do cruzamento das três raças tristes, o país era consequência da luxúria, estava manchado pela cobiça e mergulhado na tristeza. Os elementos das raças formadoras não eram virtuosos, como imaginava Bomfim. Ao contrário, eram devassos e gananciosos e, graças a eles, o Brasil estava condenado ao atraso. O negro pouco a pouco havia se misturado, "diluindo-se suavemente pela mestiçagem sem reboço".<sup>562</sup> O problema era o mestiço, expressão de degeneração racial na qual Paulo Prado acreditava<sup>563</sup>.

Prado fez questão de frisar as cissuras, de repisar os problemas que Bomfim se esforçou tanto para "esquecer". Detratou os elementos étnicos que compunham o Brasil,

---

<sup>559</sup> PRADO, P. *Paulística etc*, p. 58.

<sup>560</sup> BOMFIM, M. *op. cit.*, p. 183.

<sup>561</sup> *Ibid.*, p. 195.

<sup>562</sup> PRADO, P. *Retrato do Brasil*, p. 190.

<sup>563</sup> *Idem*, p. 192.

negou a 'existência' da nação, condenou a mestiçagem, e, bem diferente de Bomfim que acusava a classe dominante ou a metrópole, Prado culpou o povo pelo atraso.

Mas havia entre esses dois pensadores algumas particularidades que faziam suas idéias convergirem. Tanto Manoel Bomfim quanto Paulo Prado foram discípulos de Capistrano de Abreu e ambos foram muito críticos em relação à política adotada pela metrópole portuguesa, sobretudo no que se refere a Pernambuco no episódio da guerra contra os holandeses.<sup>564</sup> Contudo, a substância dessa convergência era a importância atribuída por eles ao papel dos mamelucos paulistas na história do Brasil.

A história de São Paulo explica o surgimento do bandeirante. Região de solo pobre, apartada pela montanha, sem qualquer atrativo econômico para a metrópole, São Paulo foi 'esquecida' pela administração colonial. Não podendo contar com as possibilidades locais, nem com o apoio metropolitano, os moradores do Planalto do Piratininga, rumaram para o interior do país em busca de oportunidades. Para Bomfim esses deslocamentos marcaram para sempre o país. Primeiro pelo aspecto geográfico. À medida que os paulistas avançavam, iam anexando terras aos domínios 'brasileiros', o que foi interpretado por Bomfim como uma 'manifestação de nacionalidade'. Outro aspecto era o papel de 'integrador nacional' dos mamelucos, os territórios anexados ou estavam sendo utilizados por índios, que eram capturados, ou por estrangeiros, que eram expulsos. E com isso, o Brasil distendia suas fronteiras e a nação ganhava corpo.

Paulo Prado enxergou na pequena vila indícios precoces da formação nacional. Muito voltado à questão étnica, o autor identificou uma "raça paulista", que havia florescido no isolamento da cidade. Esses habitantes, que eram descendentes do português quinhentista e do índio, possuíam uma constituição étnica singular, apurada ao longo dos anos, sob o influxo de clima e relevo específicos. Eram os mamelucos, assim chamados pelos jesuítas, e vistos por Paulo Prado como um tipo humano resistente, sendo os responsáveis pelo alargamento das fronteiras nacionais. Embrenhavam-se nas matas em busca de ouro e como não o encontravam, preavam índios para vendê-los aos proprietários de terra, a fim de trabalharem nas lavouras. Os feitos dos paulistas, especialmente as atrocidades cometidas contra os nativos, os notabilizaram, contudo, com a descoberta do ouro, eram cada vez mais freqüentes

---

<sup>564</sup> Prado falou que "(...) a guerra holandesa – primeira manifestação da nossa incipiente nacionalidade – foi a prova da incapacidade portuguesa" (Prado, 2004, p. 73) e Bomfim afirmou (...) "Portugal (...) abandonou Pernambuco, mostrando-se, por vezes, até molestado dos seus zelos patrióticos. Esteve a ponto de *vendê-lo* pelo preço da sua segurança na Europa" (Bomfim, 1997, p. 268).

as saídas de homens da cidade em busca do metal e muitos não retornavam, e, em consequência, a cidade entrou em declínio e o paulista se degenerou.

O resgate do bandeirantismo se dá nas primeiras décadas do século XX, época que Davidoff denominou como o "período áureo destes estudos em São Paulo",<sup>565</sup> quando a figura do bandeirante, cercada de mito, é recriada e reelaborada, de acordo com o aquele momento histórico.<sup>566</sup> Falava-se dos bravos aventureiros paulistas que incursionavam pelo sertão e redesenharam o mapa do Brasil, que auxiliaram na construção de uma pátria, mas silenciavam sobre as barbaridades cometidas contra os indígenas. O processo histórico brasileiro de formação nacional corrobora as palavras de Renan<sup>567</sup>, para quem, edificar uma nação implica ocultar importantes aspectos da própria História.

Cabe destacar que o tema 'nação' é muito fecundo e está longe de se esgotar.

Por fim, creio ser pertinente mencionar as dificuldades enfrentadas para a realização deste trabalho. Levando-se em conta as condições objetivas do mestrado no Brasil, a imposição de curtos prazos limita o aprofundamento da pesquisa. Todo estudo exige tempo, dedicação, determinação e disciplina para o processo de reflexão e amadurecimento. Ao término desta empreitada, muitas indagações se colocam, muitas outras propostas de trabalho se mostram viáveis. Mais um motivo para acreditar que esta dissertação é somente um começo.

---

<sup>565</sup> DAVIDOFF, C. H. *op. cit.*, p. 8-9.

<sup>566</sup> Nesta recuperação da imagem do bandeirante, há uma construção histórica, que é mítica. Conforme salienta Abud (1985, p. 190), a bravura é a principal virtude realçada e estabelece uma profunda relação com suas vestes, botas gibão, colete, por meio dos quais "procuravam dar a idéia de austeridade de seriedade" (...).

<sup>567</sup> Renan, E. Qu'est-ce qu'une nation? In: \_\_\_\_\_. *Discours et Conférences*. Paris: Calmann Lévy Éditeur, 1887. citado por Uemori, (2006, p. 108).

## FONTES

- BOMFIM, M. *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931. 572p.
- \_\_\_\_\_. *América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. 358p.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. 630p.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 451p.
- PRADO, P. *Retrato do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 319p.
- \_\_\_\_\_. PRADO, P. *Paulística etc.* São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 397p.

## BIBLIOGRAFIA

- ABDALA Júnior, B. Silvio Romero: história da literatura brasileira. In: MOTA, L. D. (org.). *Um banquete no trópico* (2). São Paulo: SENAC, 2001. p. 193-217.
- ABREU, C. *Capítulos de história colonial*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2000. 280p. (Sob licença de Itatiaia Limitada – Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- ABUD, K. M. *O sangue intímido e as nobilíssimas tradições – a construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. São Paulo, 1985, 242p. Tese de Doutorado – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- ADDUCI, C. C. A "pátria paulista": o separatismo como resposta à crise final do império brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000. 224p.
- AGUIAR, R. C. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000. 561p.
- ALMEIDA, L. F. *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: Educ. 1995. 214p.
- ALMEIDA, T. V. Retrato do Brasil no contexto pós-moderno. In: ROCHA, J. C. C. (org) *Nenhum Brasil existe – pequena enciclopédia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 343-48.
- ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989. 191p.
- APÓSTOLO NETO, J. Os Africanos no Brasil: Raça, Cientificismo e Ficção em Nina Rodrigues. *Revista Espaço Acadêmico*. Ano IV, nº 44. 2004.
- ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 562p.
- ARICÓ, J. Advertência. In: *La cuestión de las nacionalidades y la social democracia*. Madrid: Siglo XXI, 1979. 575p.
- ASSAD, S. Macunaíma e Retrato do Brasil: a construção da identidade nacional, sob o traço da luxúria. Consultado em 10/10/2006, no endereço eletrônico: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br>.
- AZEVEDO, C. M. M. *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2004. 143p.
- AZEVEDO, C. M. M. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. 267p.
- BAGEHOT, W. *Physics and Politics: or Thoughts on the Application of the Principles of Natural Selection and Inheritance to Political Society*. Ontário: Batoche Books, 2001. 125p.
- BAGGIO, K. G. *A outra América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. São Paulo, 1998, 224p. Tese de Doutorado (História

- Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- BAUER, O. A nação. In: BALAKRISHNAN, G. (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 45-83.
- \_\_\_\_\_. *La cuestión de las nacionalidades y la social democracia*. Madrid: Siglo XXI. 1979. 575p.
- BECELLI, R. S. *Nacionalismos anti-racistas: Manoel Bomfim e Manuel Gonzalez Prada (Brasil e Peru na passagem para o século XX)*. São Paulo, 2002, 161p. Dissertação de Mestrado (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- BERRIEL, C. E. O. *Tietê, Tejo e Sena: a obra de Paulo Prado*. Campinas: Papirus, 2000. 248p.
- BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1983. 582p.
- BUARQUE, C. Apresentação. In: *Georg Friedrich List: sistema nacional de economia política & Thomas Hodgskin: a defesa do trabalho contra as pretensões do capital, ou a improdutividade do capital demonstrada em relação às presentes associações de jornaleiros*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 338p.
- BUONICORE, A. C. Descobrimos o povo brasileiro. *Revista Princípios*. (São Paulo), n.º. 80, p. 13-17, 2005.
- CALIL, A. Introdução e cronologia. In: *Retrato do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 7-45.
- \_\_\_\_\_. Um brasileiro de São Paulo. In: *Paulística etc*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 9-41.
- CORREA, M. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998. 487p.
- COSTA, E. V. *Da senzala à colônia*. 4.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. 570p.
- CRESPO, R. A. Retratos de México, retratos de Brasil: José Vasconcelos, Monteiro Lobato, Paulo Prado y sus visiones de lo "nacional". *Revista Intellectus*. v.II, ano 04, p. 1-16, 2005.
- DAVIDOFF, C. H. *Bandeirantismo: verso e reverso*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Tudo é história, 47).
- DINIZ, C. L. C. *Tristeza tupiniquim: a melancolia brasileira no Retrato do Brasil de Paulo Prado*. Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. – UFOP/ICHS – Anais do I Encontro. Consultado em 10/10/2006, no endereço eletrônico: [http://www.ichs.ufop.br/Anais-Imemorial%20do%20ICHS/trab/h9\\_4.doc](http://www.ichs.ufop.br/Anais-Imemorial%20do%20ICHS/trab/h9_4.doc) br
- DUTRA, E. F. O não ser e o ser outro, Paulo Prado e seu *Retrato do Brasil*. *Estudos Históricos*, v14, n.º26, p233-252, 2000.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo Aurélio século XIX: o dicionário da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 2128p.
- FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*. 45. ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2001. 668p.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1974. 248p.
- GALVÃO, W. N. Euclides da Cunha: os sertões. In: MOTA, L. D. (org.). *Um banquete no trópico* (1). 3.ed. São Paulo: SENAC, 2001. p. 153-70.
- GELLNER, E. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993. 210p.
- GOTT, R. *À sombra do libertador: Hugo Chávez e a transformação da Venezuela*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 288p.
- GUIBERNAU, M. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. 188p.



- HOBBSWAM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 230p.
- IANNI, O. *A idéia de Brasil moderno*. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. 180p.
- KROPF, S. P. Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, III (1), p.80-98 Mar-Jun. 1996.
- LEITE, D. M. *O caráter nacional*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1969. 339p.
- LEVI, D. E. *A família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977. 357p.
- LIMA, O. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2000. 269p. (Sob licença de Topbooks – Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- LISBOA, A. M. *A modernidade tupiniquim*. Consultado em 12/11/2006 no endereço [www.naya.org.ar](http://www.naya.org.ar).
- MADRE DE DEUS, G. *Memórias para a história da capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins, s.d. 250p.
- MAGALHÃES, B. *Expansão geographica do Brasil colonial*. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1935. 403p.
- MARTINS, W. *História da inteligência brasileira: 1897-1914*. São Paulo: Cultrix. 1978, v.5. 581p.
- MORSE, R. M. *Formação histórica de São Paulo: (de comunidade à metrópole)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. 447p.
- NOGUEIRA, M. A. Paulo Prado: Retrato do Brasil. In: MOTA, L. D. (org.). *Um banquete no trópico* (1). 3.ed. São Paulo: SENAC, 2001. p. 193-213.
- NUNES, M. T. \_\_\_\_\_. Silvio Romero e Manoel Bomfim: pioneiros de uma ideologia nacional. Aracaju: cadernos da UFS, 1976.
- \_\_\_\_\_. Manoel Bomfim: pioneiro de uma ideologia nacional. In: *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 13-25.
- OLIVEIRA, F. Manoel Bomfim, o nascimento de uma nação. In: BOMFIM, M. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. p. 21-8.
- PRADO JUNIOR, C. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1969. 250p.
- \_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985. 364p.
- PRADO, M. E. Leituras da colonização portuguesa no Brasil do século XX. *Revista Intellectus*. v.I, ano 05, p. 1-14, 2006.
- RIBEIRO JUNIOR, J. O Brasil monárquico em face das repúblicas americanas. In: MOTA, C. G. (org.) *Brasil em perspectiva*. 15 ed. São Paulo: Difel, 1985.p.146-61
- RIBEIRO, D. Manoel Bomfim, antropólogo. In: BOMFIM, M. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. p. 9-20.
- RIBEIRO, R. A nação na Europa: breve discussão sobre a identidade nacional, nacionalismo e supranacionalismo. Consultado em 26/09/2007 no endereço <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5646/1/A%20na%C3%A7%C3%A3o%20na%20Europa>.
- RÓNAI, P. *Não perca seu latim*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 263p.
- SAES, D. *A formação do estado burguês no Brasil: (1888-1891)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 364p.
- \_\_\_\_\_. *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas: IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP, 1994. 195p. (Trajetória, 1).
- SALVADOR, F. V. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1965. 527p.
- SAMPAIO JÚNIOR, P. A. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999. 254p.

- SCHWARCZ, L. M. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro. In: SCHWARCZ, L. M. & QUEIROZ, R. S. (orgs.) *Raça e diversidade*. São Paulo: Estação Ciência/EDUSP, 1996, p. 147-85.
- \_\_\_\_\_. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 287p.
- SHOHAT, E., STAM, R. *Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação*. São Paulo: Cosac-Naify, 2006. 528p.
- SILVA, A. R. C. *Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio: 1783-1823*. Campinas: Editora Unicamp, 1999. 258p. Tempo & Memória, nº. 12.
- SIMONSEN, R. C. *História econômica do Brasil*. (1500/1820). São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1977. 475p.
- SMITH, A. *Las teorías del nacionalismo*. Barcelona: Península, 1976. 388p.
- SODRÉ, N. W. \_\_\_\_\_. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973. 406p.
- \_\_\_\_\_. *Memórias de um escritor I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. 377p.
- SOLÉ, C. Prólogo. In: *Las teorías del nacionalismo*. Barcelona: Península, 1976. p. 5-20.
- TARDIVO, E. M. *Terra radiosa, povo triste: a melancolia no Retrato do Brasil* de Paulo Prado. São Paulo, 2004, 101p. Dissertação de Mestrado – Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- UEMORI, C. N. *Explorando em campo minado: a sinuosa trajetória intelectual de Manoel Bomfim em busca da identidade nacional*. São Paulo, 2006, 194p. Tese de Doutorado – Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- VELLOSO, M. P. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v.6, nº11, 1993, p. 89-112.
- VENTURA, R. e SUSSEKIND, F. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984. 248p.
- VILAR, P. *Hidalgos, amotinados y guerrilleros*. Barcelona: Crítica, 1982. 314 p.
- \_\_\_\_\_. *Iniciação ao vocabulário da análise histórica*. Lisboa: Livraria Figueirinhas, 1985. 303p.